



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

JETUR LIMA DE CASTRO

**UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE A MEDIAÇÃO DA
INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA:**

os pressupostos do “o--que-é-ser- no ato de mediar entre a racionalidade e a concepção
representacionista da informação”

Belém/PA
2016

JETUR LIMA DE CASTRO

**UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE A MEDIAÇÃO DA
INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA:**

os pressupostos do “o--que-é-ser- no ato de mediar entre a racionalidade e a concepção representacionista da informação”

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia à Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Msc. Luiz Eduardo Ferreira da Silva.

Belém/PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C355u Castro, Jetur Lima de.

Uma Reflexão Filosófica sobre a Mediação da Informação na Biblioteconomia: os pressupostos do “o--que-é-ser-no ato de mediar entre a racionalidade e a concepção representacionista da informação” / Jetur Lima de Castro; orientador, Luiz Eduardo Ferreira da Silva. -- 2016.

116f.: il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2016.

1. Mediação. 2. Biblioteconomia. 3. Ação comunicativa. 4. Percepção-ação. 5. Emancipação. I. Universidade Federal do Pará. II. Silva, Luiz Eduardo Ferreira da, orient. III. Título.

CDD (22 ed.): 020.121.6

JETUR LIMA DE CASTRO

**UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE A MEDIAÇÃO DA
INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA:**

os pressupostos do “o--que-é-ser- no ato de mediar entre a racionalidade e a concepção
representacionista da informação”

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia à Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Msc. Luiz Eduardo Ferreira da Silva.

Banca Examinadora

Orientador

Prof. Msc. Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Mestre em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Membro

Prof. Dr. Lucivaldo de Vasconcelos Barros
Doutor em Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília - UNB

Membro

Prof. Esp. Diego Bil Barros
Especialista em Direito Público
Luís Flávio Gomes - LFG

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

*Dedico este trabalho à Bibliotecología
Progresista, para emancipação das
bibliotecas na busca de um conhecimento
mais crítico e democrático.*

AGRADECIMENTOS

Ao arquiteto deste imenso universo, fonte de luz inspiradora da inteligência dos homens, que me deu a oportunidade de participar de mais esta luta em prol do conhecimento, dando-me auxílio para a aplicação teórica dos ensinamentos recebidos em prol de uma sociedade democrática de conhecimento.

Aos meus pais, Ismael Castro e Lucileia Castro, que sempre me mostraram o caminho do respeito e da educação, a minha irmã, Kedma Castro, pelo diálogo aberto. A Alessandra Oliveira, por sua cumplicidade, carinho e seu esforço em sempre me ajudar nos momentos bons e de lutas.

Ao Prof. Dr. Aureliano da Silva Guedes, que desde o início da Graduação acreditou no meu potencial, reafirmando a autonomia de que podemos ir além das formas objetivas e contemplar o mundo e o conhecimento de uma outra forma.

Ao Prof. Msc. Luiz Eduardo Ferreira da Silva – meu orientador, grande amigo e incentivador que ganhei na vida, obrigado por me ensinar o significado da palavra coletividade e acreditar nos meus caminhos e potenciais. O pouco do que sei devo muito a você, pois, além de se mostrar competente e sempre disposto a me orientar é um exemplo de professor a ser seguido.

Ao Prof. Dr. Miguel Angel Márdero Arellano, que também me ajuda muito nas pesquisas sobre preservação digital. A Rede (Cariniana), por proporcionar a oportunidade de fazer parte deste grande grupo de pesquisa.

Ao Grupo de Filosofia Temática (GFT), que me amparou no momento que precisei muito para estudar sobre filosofia informacional, muito obrigado considero vocês como grandes amigos e pesquisadores. Ao Prof. Dr. Antônio Sérgio Nunes, um ser humano excepcional, um amigo que encontrei na vida acadêmica e que considero muito, obrigado pela confiança.

Ao Prof. Dr. Lucivaldo de Vasconcelos Barros, no qual tenho grande apreço e respeito, muito obrigado.

Aos amigos Enebdianos, os quais tive a oportunidade de conhecer a comunidade acadêmica e diversa de todo o Brasil. Quero dizer que vocês formam o ciclo emancipatório da biblioteconomia e buscam sempre humanizar e coletivizar a biblioteconomia para ela tornar-se mais social.

Aos amigos da turma de 2012 turno noite, que me receberam com muito carinho, não tenho dúvidas que são pessoas lutadoras e que buscam seus objetivos.

Aos amigos Erik André de Nazaré Pires, Rodrigo Oliveira de Paiva e Diego Bil Silva Barros, grandes profissionais excepcionais que conheci na graduação.

Meus agradecimentos a todos que, de certa forma, colaboraram para a realização deste Trabalho final de Graduação.

Conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

Paulo Freire

RESUMO

Proporciona o exercício da interpretação e reflexão acerca da mediação da informação na Biblioteconomia, sobretudo, na busca de indícios e pistas para construir concepções teóricas por meio das ações comunicativas. Investiga a aplicabilidade da Mediação da Informação na Biblioteconomia a partir do fundamento epistemológico de Habermas com a teoria crítica e Dretske sob à luz da Filosofia da Informação, com o auxílio da Ciência da Informação. Dispõe de uma pesquisa teórica, na qual procura compreender de forma crítica e interpretativa o cenário biblioteconômico, mediante a discussão em relação à mediação da informação enquanto fenômeno (emancipatório). Por intermédio da hermenêutica crítica, buscou através dos indícios interpretativos encontrar as pistas para a incerteza epistemológica na Biblioteconomia, no contexto da mediação da informação. Os resultados indiciários e interpretativos demonstram que a mediação da informação na biblioteconomia é dominada pela racionalidade instrumental da técnica que, por sua vez, precisa passar pelo plano das ações comunicativas e emancipatórias. Por fim, conclui-se que a mediação da informação na Biblioteconomia necessita de questionamentos teóricos, a fim de anunciar e consolidar com um olhar crítico as “novas” relações possíveis de debate em torno da mediação, para que os reflexos comunicativos possam transcender as políticas da razão instrumental (ideologia da técnica), com a intenção de produzir agenciamentos e ações coletivas emancipatórias no ambiente das bibliotecas e, por assim, reconstruir as práticas de ressignificação da mediação.

Palavras-chave: Mediação. Biblioteconomia. Ação comunicativa. Percepção-ação. Emancipação.

ABSTRACT

Provides the exercise of interpretation and reflection about the mediation of information in library science, especially in the search for evidence and clues to build theoretical conceptions, through communicative actions. Investigates the applicability of mediation of information on Librarianship from the epistemological basis of Habermas and critical theory on the light of philosophy Dretske information with the help of information science. It offers a theoretical research in which seeks to understand the criticism and interpretive Library Science scenario for debate on the mediation of information while phenomenon (emancipatory). Through the critical hermeneutics sought through the interpretative clues to find the clues to the epistemological uncertainty in library science in the context of mediation. The indication and interpretive results demonstrate that the mediation of information in library science is dominated by the instrumental rationality of (technical) and that, in turn, must pass through the plane of the communicative actions and emancipatory. Finally, we conclude that the mediation of information on library science need theoretical questions in order to proclaim and consolidate with a critical look at the "new" possible relations of debate around the mediation. So that the reflections can transcend the politics of communicative reason instrumental (technical ideology), with the intention of producing assemblages and emancipatory in the environment of collective actions libraries, and so, rebuild the ressignification of mediation practices.

Keywords: Mediation. Librarianship. Communicative action. Perception-action. Emancipation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A relação hermenêutica da pesquisa.....	18
Figura 2 - Relações da Racionalidade Instrumental (Técnica) e o (saber-fazer)	39
Figura 3 - Relações de Racionalidade entre Técnica – Mediação Emancipatória entre (Bibliotecário- Usuário)	40
Figura 4 - A Compreensão comunicativa entre atores.....	45
Figura 5 - A ação comunicativa e a ressignificação do sistema – (contexto da técnica)	63
Figura 6 - Ciclo da interação informacional na ambiente biblioteca.....	84
Figura 7 - Práticas de ressignificação dos valores socioculturais na biblioteconomia.....	99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Aportes Metodológicos	16
2 RASTREANDO O CONCEITO DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	20
2.1 Uma aproximação entre a mediação e o paradigma comunicativo	32
2.2 O problema da mediação na Biblioteconomia	42
3 “A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO” SOB A AÇÃO CRÍTICA DE HABERMAS..	48
3.1 “Mediar e parear” a ação comunicativa da Informação	55
3.2 Mediação e democratização da informação: retalhando o acesso	65
4 A VIRADA INFORMACIONAL E O ASPECTO REPRESENTACIONISTA DA MEDIAÇÃO	75
4.1 A ação informacional na biblioteconomia	79
4.2 A Reflexão no Ato de Mediar entre a Racionalidade, Percepção e Ação	83
5 NA “DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA”	86
5.1 A biblioteconomia e a ação progressista.....	94
5.2 “Para uma biblioteconomia mais crítica”: sob a ação analítica dos paradigmas.....	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

Ao considerar que na contemporaneidade as construções sociais baseiam-se na Ciência e Tecnologia, o processo de desenvolvimento humano requer sempre um olhar mais apurado dessas relações e as condições e modelos estruturados para o conhecimento. Desta forma, clarificamos que a ação humana é, deste modo, um ato de direito que legitima os indivíduos como cidadãos.

Percorrendo o universo pragmático no qual a Biblioteconomia foi condicionada pela dominação historicista e tecnicista, buscou-se esmiuçar o construto da mediação da informação no sentido de ressignificar de modo crítico e interpretativo o universo da ideologia da técnica, no qual pervade o campo de conhecimento da Biblioteconomia e as bibliotecas, no sentido característico de tomá-la de ações coletivas emancipatórias com as aporias comunicativas.

Com efeito, proporciona-se neste estudo o exercício da interpretação e reflexão acerca da mediação da informação na Biblioteconomia, buscando indícios e pistas para construir concepções teóricas por meio das razões comunicativas. Assim sendo, adentra-se no universo temático da mediação da informação, uma vez que se trata de uma questão que está sendo constantemente enfocada no *corpus científico* da Biblioteconomia. Desse modo, o tema traz a necessidade de estabelecer as concepções teóricas através de uma ação reflexiva, de forma que em seu bojo a mediação da informação não seja simplificada em informação o usuário e mediador de um modelo pragmático das ciências empírico-analíticas.

Assim, o estudo aqui desenvolvido partiu de um olhar hermenêutico, sobretudo, para compreender a mediação da informação como um fenômeno emancipatório na biblioteconomia, na qual é marcada pela incompreensão da razão técnica, podendo assim ser contextualizada e ressignificada para um olhar crítico a partir da teoria da ação comunicativa em Habermas.

Portanto, considera-se como justificativa para escolha da temática em questão a busca epistemológica, a qual é fundamental, pois pode-se de forma crítica analisar algumas concepções teóricas da Biblioteconomia. Dessa forma, para a Biblioteconomia essa pesquisa tem um caráter de contribuição, uma vez que é relevante emergir de forma profunda nos seus estratos teóricos. Para a sociedade essa pesquisa tem uma relevância, mormente porque a informação hoje está em todos os lugares, logo, é imprescindível analisar como esse fenômeno está sendo mediado na Biblioteconomia.

Sendo assim, institui-se que é preciso analisar a mediação na biblioteconomia, uma vez que, esboça-se os pressupostos de que ela é inferida pela objetividade das ciências positivistas

devido seu caráter técnico, torna-se imprescindível analisar esse fenômeno, tendo em vista buscar a necessidade de diálogo, compressão e reflexão.

Com efeito, coloca-se o diálogo reflexivo através de Habermas e Drestke para uma virada informacional do seu entendimento sobre ação mediada como foco racional e emancipatório no contexto da Biblioteconomia. Sobre isto é pertinente indagarmos: **De que forma pode-se pensar a aplicabilidade da Mediação da Informação na Biblioteconomia sob à luz da Filosofia da Informação com o auxílio da Ciência da Informação?**

Assim, os sinais e emblemas aguçam nosso olhar no sentido de investigar a aplicabilidade da Mediação da Informação na Biblioteconomia a partir do fundamento epistemológico de Habermas com a teoria crítica de Dretske sob à luz da Filosofia da Informação com o auxílio da Ciência da Informação.

Especificamente objetiva-se:

- a) Discutir criticamente a Mediação da informação a partir do caráter epistemológico na Biblioteconomia;
- b) Abordar a biblioteconomia, destacando os seus aspectos sociais e intersubjetivos, procurando aprofundar os problemas característicos da ação-mediada e percepção-ação;
- c) Identificar a corrente representacionista da informação na mediação da informação na Biblioteconomia;
- d) Analisar as *Affordances* (qualidade do objeto) na mediação da informação, como ponto de inserção na Biblioteconomia.

A partir destes pressupostos, busca-se estudar indiciariamente a ação/mediada e a percepção/ação na Mediação da Informação na Biblioteconomia a partir do seu substrato epistemológico, como forma de reflexão racional e da ação representacionista de informação, através de um diálogo entre Habermas e Dretske, onde Habermas (1987) apresenta a prática da reflexão dos conhecimentos na fundamentação em que se consolida nos termos de subjetividade transcendente, uma qualidade que caracteriza o sujeito como ser-intersubjetivo na busca pelo interesse emancipatório.

Sobre a refutação, aspira-se proporcionar a mediação para o ato comunicativo e compreender o aspecto interno e externo da mediação da informação na biblioteconomia como pressupostos do que venha ser o ato da mediação e sua representacionalidade perceptiva e racionalidade da biblioteconomia, que será engendrado no desenvolvimento da pesquisa, colocando os aspectos conceituais dos teóricos Habermas (1981) e Dretske (1981) como reflexão epistêmica para análises de diálogos e refutações.

No *status* metodológico pensa-se as causas que norteiam o estudo e, sobre isto, abordamos a investigação teórica, qualitativa e bibliográfica. Em resumo, podemos afirmar que a pesquisa teórica não requer coleta de dados, pois, de modo geral, ela busca compreender ou adequar-se no ambiente de discussão sobre determinado tema ou questões que intrigam a realidade.

Inconscientes do que é e faz a ciência na sociedade, os cientistas são incapazes de controlar os poderes escravizadores ou destrutores gerados pelo saber [...] o conhecimento escapa-lhes e constitui uma potência que se torna estranha e ameaçadora (MORIN, 2011, p. 23).

Assim, considera-se que o papel da compreensão é justamente olhar a ciência de forma crítica, examinando sempre com um olhar denso os fenômenos a serem estudados. Neste sentido, contextualizamos que a mediação vem a ser uma ação coletiva emancipatória, na qual é necessário ser estudada de forma crítica e interpretativa.

Conforme a **abordagem hermenêutica**, os estudos da informação não deveriam propor-se, porém, à separação entre o discurso informativo e os não informativos; trata-se, antes bem, de compreender a inextrincável relação da informação e da desinformação como dimensões do mundo de partilhar com outros a abertura de um mundo. Dês-informação e informação seriam, assim, abreviações das experiências de mentir, iludir, distorcer, errar, ocultar, fazer propaganda, ou – de outro modo – de buscar a comunicação pública, a orientação à verdade, qual a abordagem adequada para tratar problema ou assunto; de escutar o ponto de vista dos outros, de argumentar, **de cultivar o pensamento crítico** (GONZALEZ DE GOMEZ, 2011, p. 36-37, grifo nosso).¹

Por conseguinte, situamos pensar e cultivar o pensamento crítico e mostrar a relevância de uma razão compreensiva e social da biblioteconomia na mediação da informação, como uma forma de ação coletiva emancipatória. Porquanto, pode-se contextualizar que essa ação é edificada pela capacidade de compreender a informação e as inquietações sociais na sociedade sobre a essência do olhar histórico-hermenêutico, das razões comunicativas e seus múltiplos olhares na percepção-ação na biblioteconomia e no ambiente (biblioteca).

De modo a, investigar sobre a aplicabilidade da Mediação da Informação na Biblioteconomia, a partir do fundamento epistemológico sobre a luz da filosofia da informação, considera-se a construção estrutural do texto deu-se a partir da especificidade teórica e interpretativa sobre o fenômeno estudado. Desta forma, esclarece-se que o trabalho está organizado em seis capítulos, ficando da seguinte forma:

¹ O enquadramento metodológico que estabelece o sentido da validade desta categoria de enunciados críticos avalia-se pelo conceito da auto-reflexão. Esta liberta o sujeito da dependência de poderes hipostasiados. A auto-reflexão está determinada por um interesse emancipatório do conhecimento. As ciências de orientação crítica partilham-no com a filosofia (HABERMAS, 2009, p. 140).

No **Capítulo 1**, contextualizamos a delimitação dos aspectos da pesquisa, como justificativa, problemática, objetivo geral e objetivos específicos, assim como os aportes metodológicos que fundamentam os sinais do estudo abordando a investigação teórica, qualitativa e bibliográfica, por meio da relação da hermenêutica crítica.

No **Capítulo 2**, explicitamos a mediação da informação, contemplando uma ação coletiva emancipatória da informação. A mediação da informação sendo pensada na forma de uma ação comunicativa entre atores (usuários) e as ações do bibliotecário na busca do consenso crítico.

No **Capítulo 3**, discutimos a ação crítica de Habermas no contexto da mediação e da socialização da informação, de modo a recriar significados emancipatórios através de ações coletivas. Buscamos a ação comunicativa em Habermas, a fim de ressignificar as fronteiras instrumentais que são balizadas nos espaços das organizações, principalmente no contexto das bibliotecas.

No **Capítulo 4**, trilhamos dois momentos. Num primeiro mostramos a virada informacional e os aspectos da ação informacional em Dretske (1981) no contexto da mediação na biblioteconomia, a partir de um enfoque crítico e interpretativo, considerando a informação enquanto um fenômeno de uma ação cognitiva da qual emerge, fissurando as estruturas duras da teoria da informação. No segundo momento analisamos as *Affordances* (indícios e pistas de informação que podem ser percebidas em ambientes informacionais), a qual é responsável pela formação de padrões que direcionam a percepção-ação.

No **Capítulo 5**, apontamos a prática intersubjetiva na biblioteconomia e a ação progressista, buscando pistas, indícios sobre a receptividade que abarca a biblioteconomia como uma área e profissão humanística, instituindo os fios de pensamentos críticos e emancipatórios que visam a cooperatividade no meio social, contemplando teoria e prática, buscando ressignificar a ação técnica pela ação progressista (social).

No **Capítulo 6**, apresentamos as considerações finais, onde constatamos os resultados interpretativos de que a mediação da informação na biblioteconomia é inferida pela racionalidade instrumental da técnica e, por sua vez, precisa passar pelo plano das ações comunicativas e emancipatórias, a fim de transcender as políticas da razão instrumental (ideologia da técnica), com a intenção de produzir agenciamentos e ações coletivas emancipatórias no ambiente das bibliotecas e, por assim, reconstruir as práticas de ressignificação da mediação.

1.1 Aportes Metodológicos

Saber consiste, pois, em inferir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso segundo do comentário. O que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, mas interpretar (FOUCAULT, 2002, p. 55).

No percurso metodológico discorre-se as causas que norteiam o estudo e, sobre isto, os indícios e procedimentos são característicos de uma pesquisa teórica, na qual procura compreender de forma crítica e interpretativa o cenário biblioteconômico, mediante a discussão em relação a mediação da informação enquanto fenômeno emancipatório.

Tem por intermédio o auxílio da hermenêutica² crítica, uma vez que busca através dos indícios interpretativos encontrar as pistas para a incerteza epistemológica na biblioteconomia, sobretudo, no contexto da mediação da informação, dispendo de sua compreensão e observação.

Da pesquisa teórica Köche (1997, p. 99) destaca que, “a teoria se manifesta como uma eterna hipótese que mantém viva a necessidade da indagação, da investigação, fazendo da ciência um edifício em permanente construção”.

Em resumo, a pesquisa teórica é “dedicada a reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO, 2000, p. 20). A análise do estudo implica das questões epistemológicas da Biblioteconomia, sobretudo, na mediação da informação como fator para poder aprimorar os seus estudos através de um diálogo filosófico, aperfeiçoando as suas investigações e construindo novos conhecimentos.

Como resultado do método teórico esta pesquisa caracteriza-se também como qualitativa, tendo como auxílio a hermenêutica crítica como fundamento interpretativo da pesquisa. Nas questões hermenêuticas a pesquisa é feita a partir de observações e interpretações que dão a base qualitativa para o substrato da pesquisa, sobre isto discorreremos que “o pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos” (OLIVEIRA, 2008, p.7).

² O termo hermenêutico é um vocábulo grecozido, do século XVII, que ingressou, sobretudo na teologia protestante, em substituição à expressão humanístico-latina mais antiga *arsinterpretandi*. Sua origem deriva do verbo grego ἑρμηνεύειν que se refere ao deus Hermes, o mensageiro dos deuses, aquele que traz notícias. Por outro lado, o substantivo ἑρμηνεύς (intérprete) é atribuído por Platão aos poetas que estariam encarregados não só da exposição, mas também da interpretação das palavras e textos. Como ressalta Apel, desde sua origem a hermenêutica coloca o problema da possibilidade de o ‘intérprete’ interpretar a palavra do autor sem pressupor já de antemão, em seu ‘compreender’ o que foi dito, um saber sobre a verdade ou falsidade objetiva do que se diz (APEL, 2000, p.329).

O círculo hermenêutico cumpre-se, desconstruindo um a um os diferentes objetos teóricos que a ciência constrói sobre si própria e, com eles, as diferentes imagens que dá de si, a fim de tornar compreensível por que razão foram construídos esses objetos e não outros. A desconstrução faz-se mediante o apelo ao inobjetivável e ao inimaginável que tornam ou tornaram-se socialmente possíveis os objetos e as imagens científicas em uso. De modo que, como Bachelard, a teoria do objetivo deve ser construída contra o objeto (1972: 250), assim também só aplicando a ciência contra a ciência é possível levá-la a dizer não só o que sabe de si, mas tudo aquilo que tem de ignorar a seu respeito para poder saber da sociedade o que esperamos que ela saiba (SANTOS, 1989, p. 13).

Pautando-se na caracterização hermenêutica a pesquisa se desenvolve em observar a ação desenvolvida pela biblioteconomia como diálogo intersubjetivo entre sujeito e objeto no processo da mediação da informação.

As discussões metodológicas em sentido mais restrito sobre a construção lógica de teorias e sobre a relação de teorias com a experiência foram ultrapassadas por investigações (epistemológicas) acerca da construção lógico-transcendental do mundo de sujeitos possíveis e acerca das condições da intersubjetividade da compreensão (HABERMAS, 2009, p. 144).

Nessa discussão metodológica, discorre-se o sentido mais estreito do desenvolvimento de nossos pressupostos, especulações e julgamentos epistemológicos. A natureza da informação está presente em todas as atividades da biblioteconomia e dos profissionais e, por isto, pode ser discutida nas inteirezas de seus próprios conhecimentos, com suas experiências, com sua maneira de perceber o mundo e os objetos ao seu redor, através do ato hermenêutico sobre o desenvolvimento racional acerca do mundo como é concebível e sobre a intersubjetividade das condições de compreensão.

Deste modo, elenca-se alguns critérios da prática hermenêutica, a saber:

1º A hermenêutica é capaz de descrever as estruturas da reconstituição da comunicação perturbada. 2º A hermenêutica, e nisso seu juízo coincide com o de Gadamer, está necessariamente referida à práxis. 3º A hermenêutica destrói a autossuficiência objetivista das ciências do espírito assim como vêm tradicionalmente apresentadas. 4º A hermenêutica tem importância para as ciências sociais, na medida em que mostra que seu domínio objetivo está preestruturado pela tradição e que elas mesmas, bem como o sujeito que compreende, têm seu lugar histórico determinado (HABERMAS, 1987, p. 107-108).

Da mesma forma, Marcondes e Lakatos (2010, p. 111) abordam sobre a técnica de observação que “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade [...], mas também em examinar fatos ou fenômenos que desejam estudar”. Conforme Medeiros (2008, p. 79) “a hermenêutica habermasiana subsidiou nossa busca pela compreensão de sentidos sobre o fenômeno, cuja prevalência de significados permaneceu embaraçada”.

Sobre a teia hermenêutica, colocamos o estudo da mediação como subsídio para a compreensão dos leitores na construção do diálogo intersubjetivo e a percepção

representacionista do conhecimento para a construção epistemológica da mediação na informação na Biblioteconomia.

E neste caminho, consideramos a pesquisa bibliográfica:

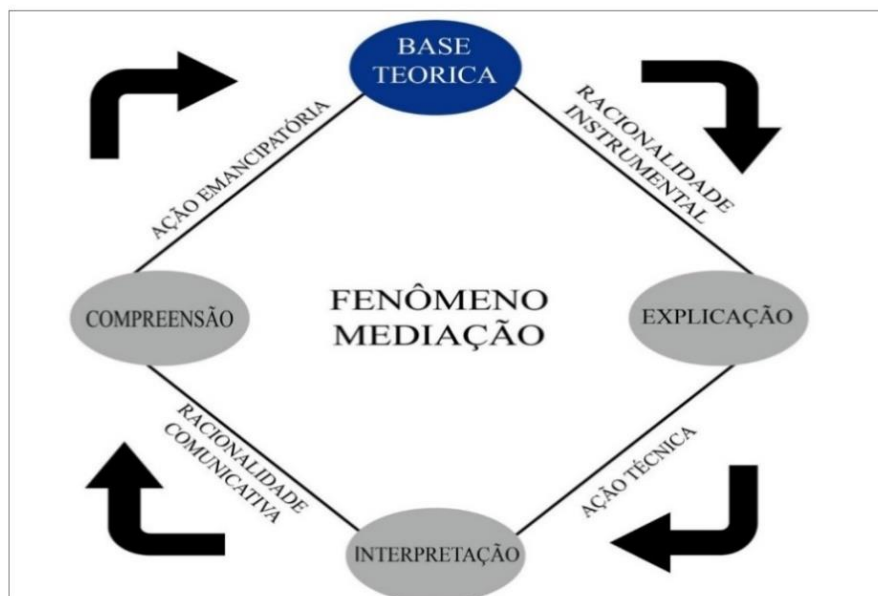
[...] que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve procurar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação (KOCHE, 1997, p. 122).

Desta forma, esclarece-se que a pesquisa bibliográfica é imprescindível neste estudo, uma vez que tenta explicar e desenvolver um problema, usando conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras homólogas.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica se desenvolve mediante o material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, com conceitos de estudiosos sobre a temática em foco. Por conseguinte, considera-se que o pesquisador precisa procurar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas para analisar e avaliar a sua contribuição, visando ajudar na compreensão crítica do tema da pesquisa.

Deste modo, através da **Figura – 1** mostra-se o esboço metodológico da pesquisa, visando o entendimento e a necessidade de discutir de forma crítica e interpretativa a relação da mediação da informação enquanto fenômeno emancipatório.

Figura 1- A relação hermenêutica da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Como resultado, a metodologia tem como provocação **examinar os indícios, as pistas e as sintonias dessas características que são atribuídas ao universo da Mediação, porque suspeitamos ser problemática o fato de como o fenômeno informação está sendo mediado na Biblioteconomia.** Assim, avaliamos essas implicações teóricas com o auxílio da hermenêutica (interpretação) que nos apresentaram uma vertente investigativa ao pensarmos neste fenômeno e, do mesmo modo, tomarmos uma postura em relação ao que se propõe investigar.

2 RASTREANDO O CONCEITO DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Meu papel – mas esse é um termo muito pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam; que elas tomam por verdadeiro, por evidentes, certos temas fabricados em um momento particular da História, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída (FOUCAULT, 2004, p. 295).

Ao explicitar sobre o tema mediação da informação, temos em vista algo que está sendo constantemente mencionado na literatura da Biblioteconomia e CI, em detrimento da Sociedade da Informação, que se fundamenta a partir dos processos organizacionais e uso das tecnologias de informação como armazenamento e recuperação da informação.

Procuramos percorrer este caminho contemplando a mediação da informação como uma ação coletiva emancipatória da informação, que no atual campo da CI e da Biblioteconomia carecem de estudos teóricos mais aprofundados, onde se possa aferir questionamentos endossados e que culminam os fatores da emancipação.

Por conseguinte, tomada por um grande impasse de objetividade no campo de estudo da informação, Almeida Junior (2009) reforça que no antigo e atual modelo conceitual da literatura da Ciência da informação, a mediação da informação é considerada uma base compreensiva, assimilativa e apreendida, visto que está provida da ideia de que não é necessária sua própria conceituação.

Apesar de ultimamente ser muito citada na literatura especializada da área, a mediação da informação não possuía conceito específico que respondesse aos questionamentos surgidos no decorrer dos projetos de pesquisa que tinham a mediação da informação como objeto (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 91).

Embora amplamente mencionada na literatura da Biblioteconomia, a mediação da informação está inferida pelas ciências empírico-analíticas³ e presa no processo que se manifesta a partir do agir instrumental⁴. Porquanto, apresentamos que a mediação é acometida como processo normativo arraigado das ciências positivistas e também proveniente de modelos coercitivos como o da Teoria Matemática da Comunicação (TMC), que deu provimento ao conceito científico de informação (meio físico) por designar questões unicamente objetivas concernentes à comunicação da informação.

³ As ciências empírico-analíticas exploram a realidade na medida em que esta se manifesta no raio da atividade instrumental; enunciados nomológicos acerca desse domínio do objeto estão assim presos, de acordo com seu sentido imanente, a um determinado contexto de aplicação; eles apreendem a realidade em vista de uma disponibilidade técnica que, em condições específicas, é sempre e em toda parte possível (HABERMAS, 1987, p. 216-217).

⁴ “O agir instrumental rege-se por regras técnicas baseadas no saber empírico. Elas implicam, em cada caso, prognósticos condicionais sobre acontecimentos observáveis, físicos ou sociais; esses prognósticos podem se evidenciar como corretos ou como falsos” (HABERMAS, 1980, p. 320).

Shannon e Weaver reconhecem que as questões relativas à comunicação envolvem três níveis de problemas. O primeiro trata dos problemas técnicos, relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação (como, por exemplo, o volume do som numa conversa ou a qualidade da impressão em um papel). O segundo nível se refere aos problemas semânticos, isto é, se relaciona com a atribuição de significado. Enquanto o primeiro nível envolve apenas uma operação mecânica (reconhecer as letras num papel, captar os sons de uma fala), o segundo se relaciona a uma operação mental específica, a de depreender, de determinada materialidade (sonora, visual, etc), um sentido, que pode se dar de maneira conotativa ou denotativa, literal ou irônica, metafórica, etc. O terceiro nível é o pragmático, relaciona-se com a eficácia. Quem emite informações a outrem deseja, de algum modo, provocar um comportamento, causar alguma reação (convencer alguém a comprar um produto, eleger um candidato, pedir um favor, etc) (ARAÚJO, C., 2009, p. 193).

Doravante, contextualizamos a Teoria Matemática de Shannon/Weaver, onde em teoria trouxe uma reforma na direção da informação se abeirando mais da tecnologia dura⁵. Deste modo, a questão da transmissão de mensagens se vincula através da normativa probabilística dos rastros mecânicos da comunicação da informação e das concepções referentes à circulação de informações em sistemas de informação.

Ao referenciar a Teoria Matemática da Comunicação (TMC), Araújo (2009, p. 193) remonta que “Shannon e Weaver descartam a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma aproximação dela enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada ‘cientificamente’ ”.

Neste momento, a informação torna-se um quadro científico, postulado e estabelecido como campo de estudo para a CI. Notoriamente a Informação Científica Tecnológica⁶ converte-se em um modelo catalisador, por meio da transferência de informações que é subsidiada aos modelos técnicos de precisão lógica para representar e recuperar em sistemas de informação.

Deste modo, a partir da explosão informacional que ocorreu após a segunda guerra, a CI e a Biblioteconomia se estabeleceram a partir dos processos de quantificação de informações científicas e da especialidade de atividades voltadas para organização do conhecimento acumulado, controle da produção científica e necessidade de desenvolvimento tecnológico. Atividades essas que entram no campo da biblioteconomia para dar mobilidade de mercado, com especialidades no contexto tecnológico.

⁵ São tecnologias baseadas no conhecimento de ciências exatas e naturais, como física, química e biologia. Se ocupam em transformar materiais para produzir objetos tangíveis, reais e concretos para consumo.

⁶ [...] insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse tipo de informação, resultado das pesquisas científicas, é divulgado à comunidade por meio de revistas. Os procedimentos para a publicação dessa informação foram estabelecidos pelo sistema de comunicação científica, o qual vem se consolidando ao longo de mais de três séculos (KUMAROTO, 2006, p. 91).

Neste sentido, a notoriedade sobre as propriedades dos sistemas de representação simbólica e de transmissão de sinais de telecomunicações trouxe para o campo teórico da CI e da Biblioteconomia uma repaginada na direção da informação, aproximando mais da tecnologia dura. Neste contexto, se enfatiza que por meio das ideias teóricas de Shannon e Weaver sobre o movimento da informação ocasionaram problemas que adormeceram a compreensão da informação na transmissão de mensagens através das vias mecânicas de comunicação.

Em vista disso, o modelo matemático da comunicação trouxe inferência por sua natureza objetiva. Quando pensamos na mediação da informação na biblioteconomia e seu modelo estrutural como as bibliotecas e sua organização, essa objetividade reporta para construção dos vários níveis que tratam da técnica, sobretudo, com os problemas técnicos, relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação, de forma que desatrelou-se a subjetividade da informação e, deste modo, a informação foi acoplada a um processo instrumental (técnica), normativo de métricas, probabilístico e linear.

Nesta relação crítica a ação hermenêutica é válida por compreendermos a questão da Mediação da Informação além do seu aspecto físico, na qual é reportado o que o emissor transmite a um receptor (informação), explicitando assim seu contexto subjetivo e não do “ser” objetivo.

Desta forma, clarificamos a necessidade de esmiuçar indiciariamente os pressupostos sobre o “ato mediador da informação” nas concepções epistemológicas da CI e da biblioteconomia, sobretudo, numa tentativa de repensar criticamente a sustentação do campo da biblioteconomia em relação à mediação da informação como um laço homogêneo de uma normatividade e também de que “a informação não é uma propriedade de fatos, mas é dependente do contexto e das limitações” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 170).

Assim, ao se inferir questionamentos no contexto da mediação da informação, nos reportamos à inquirição de Habermas (1987) que engaja em um traço da análise crítica, sendo preponderante ir além das evidências empírico-analíticas que ainda são emaranhadas sobre o campo teórico da CI. Sobre isto, contextualizamos a compreensão hermenêutica⁷ com o intuito de mostrar o ato comunicativo e prático da mediação da informação na biblioteconomia, uma vez que mostra-se em total liberdade com a compreensão através do diálogo, a fim de exceder sua forma heurística e ir além da transmissão de mensagens em sistemas de informação.

⁷ A compreensão hermenêutica é a interpretação de textos a partir do conhecimento de textos já compreendidos; ela conduz a novos processos de formação a partir do horizonte de processos de formação já realizados; trata-se de um novo processo de socialização, que se articula com uma socialização já percorrida, na medida em que ela se apropria da tradição, ela dá prosseguimento à tradição (HABERMAS, 1987, p. 237-238).

De todo modo, buscamos com o incremento da teoria habermasiana repensar de forma interpretativa o processo da mediação da informação, sobretudo, buscando indícios de como ela foi entorpecida por esses modelos que a condicionaram. Do mesmo modo, averiguando as evidências desde o agir funcional instrumental, na qual é um legado das ciências positivistas consolidada no modelo teórico matemático da comunicação de Shannon e Weaver com o paradigma físico, reduzindo e privando a mediação de uma ação coletiva emancipatória.

Para uma melhor construção das questões que colocam a mediação da informação como processo de intercessão, nessa perspectiva, hasteamos pensar a mediação como um canal comunicativo que foi endossado com o avanço da tecnologia de informação, sendo que a mediação não pode ser colocada como valor absoluto.

Almeida Junior (2009, p. 92) coloca que mediação da informação:

é toda a ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. [...] a mediação não estaria restrita apenas a atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as ações do profissional bibliotecário, em todo fazer desse profissional.

Neste contexto se analisa a ação de interferência, visto que ela traz em questão apenas a informação como processo circunstancial, uma vez que a ação de interferência e apropriação da informação encontra-se entorpecida pela objetividade das ciências duras, que estão condicionadas nas atividades técnicas que regem a biblioteconomia. Todavia, o que se lista sobre esse conceito é exatamente a superação da sua objetividade, ou seja, a mediação sendo pensada como um canal comunicativo de ação emancipatória.

A ação emancipatória⁸ pressupõe uma atividade engajada para compreensão, um processo de reflexão para realizar criações mais exigentes através do procedimento da argumentação. Apresenta-se a partir da crítica da ação instrumental da racionalidade moderna, o que não significa deixar a razão humana de lado, mas sim encontrar elementos que possam reconstruir a razão que foi neutralizada pela razão científica. Todavia, a ação emancipatória seria capaz de libertar a razão positiva em vista do ato comunicativo emancipado em que Habermas (1999a) evoca como paradigma legitimador do discurso e da ação⁹.

⁸ “A emancipação pressupõe uma ação voltada para compreensão, o que faz com esta só seja possível quando ocorrer a “ampliação dos processos de ação comunicativa”, que se fundam essencialmente na capacidade da humanidade de alcançar composições racionais através do processo de argumentação” (HABERMAS, 1999a, p.161).

⁹ A teoria do agir comunicativo de Habermas (1987c) tem manifestado a sua produtividade teórica para a tematização da mediação, principalmente quando a compreendemos no sentido de um processo formativo que

Sobre ação reflexiva devemos analisar a mediação da informação não de forma isolada, visto que seu substrato é incomensurável. Gonzalez de Gomez (1993) reporta sobre o conceito de transferência de informação¹⁰, que é caracterizada por um conjunto de ações através das quais grupos sociais e as próprias instituições organizam e implementam a comunicação de informações. Todavia, elucidamos que este modelo de transferência de informação é visto de forma linear e mecanizada, tendemos pensá-la como um canal comunicativo que foi endossado com o avanço da tecnologia de informação.

Sendo assim, a transferência da informação¹¹ proporciona a informação a ser mediada por indivíduos que estabeleceram um ponto de comunicação entre as instituições e organizações sociais de forma crítica, tendo em vista que esse processo precisaria passar pelo crivo das razões comunicativas para estar presente em todas as ações do profissional de informação da biblioteconomia.

Com base no conhecimento das ciências empírico-analíticas, a mediação da informação dispõe-se apenas vinculada ao serviço de informação e a referência da biblioteca, seguindo de maneira o reducionismo¹², mais especificamente nos espaços e ações que visam o serviço do usuário em bibliotecas.

Em referência a ação reflexiva, propormos pensar a mediação como um canal comunicativo que aproxima o bibliotecário e o usuário. Entretanto, essa proximidade equivale ao diálogo comunicativo entre bibliotecário e usuário. Deste modo, esse fenômeno traz a ideia de emancipação articulada na comunicação mediatizada, assim, as menções desses ingredientes são centrais em toda a extensa produção teórica que está postulada ao estudo.

Na relação entre o estado profissional do bibliotecário permanece válida a postura transparente de emancipação, na qual podemos pensar, de tal modo, a mediação como um canal comunicativo que aproxima o bibliotecário e o usuário, uma vez que somente pelo viés da teoria crítica podemos repensar a mediação como ato de emancipação, pois,

pode, na perspectiva do consenso, contribuir para a formação da competência comunicativa dos Profissionais da informação.

¹⁰ “[...] relação entre emissor e receptor através da transmissão da informação. Neste modelo um emissor comunica uma mensagem a um receptor através de um canal. Nesta relação, a informação é vista de forma linear e mecanizada; o que não representa a realidade do processo de comunicação” (ARAUJO, E., 1997, p. 69).

¹¹ A autocompreensão objetivista da ciência, pela qual ela reprime a estrutura de interesses que condiciona a objetividade de seus enunciados, tem como correlato a autocompreensão tecnocrática do poder, pela qual ele reprime o substrato político de ações praticadas em nome de uma racionalidade técnica. Em um e outro caso, trata-se de trazer à tona esses momentos reprimidos, e nesse processo de crítica contribuirá para revelar, não somente a interpenetração da falsa teoria e da falsa práxis (positivismo e capitalismo tardio) como a interpenetração, em geral, da teoria e da práxis (FREITAG; ROUANET, 1993, p. 17).

¹² Segundo Abbagnano (2003) o reducionismo é definido como algo que foi reduzido, alterado, modificado, manipulado, em nome da ciência.

[...] enquanto o conhecimento instrumental busca a satisfação de necessidades possibilitando ao homem libertar-se da natureza por meio da produção, o conhecimento comunicativo seria a maneira de emancipar-se de todas as formas de repressão social ou de seus correspondentes intrapsíquicos. A emancipação é não só um fim em si mesma, mas um marco no qual a teoria crítica percebe as demais ciências e a si mesma como interessadas. Através da crítica, da auto-reflexão e do auto-questionamento, os momentos reprimidos pelo processo histórico do conhecimento podem ser reelaborados e conscientizados, permitindo redescobrir o interesse fundamental: a emancipação (FREITAG; ROUANET, 1993, p. 13).

Nos moldes da Biblioteconomia e CI os usuários se regularam ao conhecimento instrumental por meio da produção de documentos, regime da produção científica, através do paradigma físico que adveio das ciências duras e configurou-se sob o modelo da Teoria Matemática da Comunicação (TMC)¹³.

Essa configuração trouxe um vasto problema na compreensão da transmissão de mensagens, sendo incompreensível poder interpretá-la e ser extraída dela o significado esperado pelo emissor, tendo em vista que no processo histórico envolvente da biblioteconomia e da documentação objetivou-se padrões técnicos e pragmáticos sem um trato com as ações comunicativas.

O ato comunicativo na Biblioteconomia e na CI está agregado ao processo de mediação, onde é representado pela ideologia emancipatória. Assim sendo, não se configura o regime histórico objetivo classificador da informação, na qual reduz a compreensão, mas sim no trato com a autorreflexão¹⁴, no sentido transformador de novos conhecimentos, em busca de novos processos, ou seja, na inquirição do seu próprio substrato científico.

Seguindo alguns aspectos, em relação à mediação como uma ação coletiva emancipatória, suplantamos em argumentar dois aspectos que rodeiam a mediação da informação como o fator mediado na ação profissional dos bibliotecários em bibliotecas.

Desta forma, situamos na biblioteconomia primeiramente:

A **mediação implícita**, que ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A **mediação explícita**, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sinequa non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 92-93, grifo nosso).¹⁵

¹³ Para Shannon (1948) um sistema de transmissão deve ser capaz de transmitir qualquer dos sinais disponíveis, não importando o significado que tenham.

¹⁴ “Autorreflexão é percepção sensível e emancipação, compreensão imperativa e libertação da dependência dogmática numa mesma experiência” (HABERMAS, 1987, p. 228).

¹⁵ “O primeiro compreendia as ações desenvolvidas de maneira consciente e tendo como base os conhecimentos que dominamos e o exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarcaria as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 93).

Desta forma, a mediação é inserida objetivamente como condutor para acesso aos equipamentos informativos, o que chamamos a maneira de mediação implícita¹⁶, convalidada por somente um indivíduo (Bibliotecário) que faz a seleção, o armazenamento e processamento da informação.

Neste contexto, a inferência do que se coloca como a mediação implícita é linear da ação da mediação explícita, visto que ela acontece apenas com um processo circunstancial que propicia o agir instrumental regido pela ação normativa, a técnica que ocorre no espaço onde não ocorre a visibilidade dos usuários. Todavia, o que se lista sobre esse conceito é exatamente a superação da sua objetividade, ou seja, como um canal comunicativo de ação emancipatória.

Por mais que sejam avaliados o estudo e a necessidade dos usuários, a validação dos serviços oferecidos pelo organismo biblioteca ainda é uma forma clássica de se mediar, uma vez que a informação continua sem um trato com a compreensão.

O modelo funcional instrumental (técnica) banaliza a informação reduzindo-a apenas como processo objetivo do mundo. Esse processo enfrenta dificuldades de compreensão no ato de mediar. Neste sentido, constatamos que o aspecto implícito e explícito da mediação é desprovido de entendimento e da falta de diálogo e regido apenas de sua funcionalidade (técnica).

Contextualizamos que a mediação se estabelece pela expressão do conhecimento hermenêutico, visto que a hermenêutica “assegura a intersubjetividade de uma compreensão entre indivíduos, capaz de orientar a ação (horizontalmente, em vista da interpretação de culturas estranhas, e verticalmente, tendo em vista a apropriação de tradições próprias)” (HABERMAS, 1987, p. 212). Assim sendo, quando tomada por sua validade é refletida na construção de novos conhecimentos ou até mesmo na reconstrução das ciências modernas.

Sobre isto, torna-se perceptível o caráter emancipador do ato comunicativo, uma vez que promove o diálogo necessário para pensar na mediação como uma ação coletiva emancipatória, a qual se estabelece entre os indivíduos e no contexto social para construção do conhecimento. Deste modo, colocam-se questões e convalidações em relação a mediação, onde seu aparato torna-se parte de estudo para biblioteconomia, dentre os vários fatores das quais trazem congruência a biblioteconomia, devido aos processos de comunicação humana, que neste sentido é incorporado.

¹⁶ “[...] informação como “coisa” [...] é cristalizada nos sistemas “técnicos” de informação que surgem como panacéias mágicas e/ou “neutras” para os problemas distintos, mas concomitantes, de “acesso a” e/ou ‘excesso de informação’ ” (ALMEIDA, 2008, p. 14).

Para as Ciências Sociais, a noção de mediação está intrinsecamente ligada às chamadas “teorias da ação¹⁷”. Nesse sentido, “ações sociais são sempre parte de sistemas mais amplos e de processos de compreensão intersubjetiva, o que introduz a questão do papel do agente (‘mediação humana’) nos processos através dos quais as ações são coordenadas (ALMEIDA, 2008, p. 3)

Para Almeida (2008), as ações sociais são ligantes que fazem parte de um sistema para agenciar com a intersubjetividade de agentes (mediação humana), de forma que ela seja elo de compreensão por parte desse agente que conduz a ação mediada na conjuntura do sistema de ações sociais. O autor também chama a atenção para um dos sentidos do bom senso aplicado para ideia da mediação.

Segundo Davalon (2003), a ideia de mediação para a atuação de ação como intermediário ou o ser que faz a mediação se converte no conceito de que esta ação não é estabelecida por uma relação simples entre dois termos de mesmo nível, mas que em si está produzindo algo mais.

Na prática do processo da mediação da CI e da biblioteconomia a mediação se estabelece como processo técnico e não como uma ação interpretativa emancipatória que se liberta das ciências empíricas, aquela do agir funcional instrumental (técnica). Desta forma, situamos que a mediação é vista como modelo objetivo e legitimada pelo seu senso normativo.

E sobre isto, tendemos procurar sua máxima objetividade, buscando possibilitar os caminhos práticos a partir do uso de métodos das ciências sociais, no que se refere ao processo prático das atividades da biblioteca e do bibliotecário, a fim de remodelar o seu substrato objetivo, reencontrando os elementos entorpecidos pela razão científica, através da ação comunicativa.

Nesta conjuntura se coloca a questão efetiva da mediação, o que de fato podemos pensar sobre a praticidade da mediação da informação em seu sustentáculo? Portanto, pensaríamos o que de fato entorpece a mediação para prevalecer no processo de informação acumulativo, mecanizado e estocado em não se consolidar em uma ação coletiva emancipatória?

Nessa concepção social enfatizamos a compreensão hermenêutica, inferindo pressupostos de algo a ser o bem da transparência, atingindo focos e emblemas de seu objeto no caso, o diálogo informacional, que segundo Habermas (1987) destrói a construção positivista

¹⁷ Para Habermas há duas dimensões da sociedade que se interpelam: o Mundo da Vida, onde o processo comunicativo se dá, onde relações intersubjetivas se organizam intuitivamente, onde ocorrem as problematizações e discussões práticas que podem ou não levar às discussões de valores morais; e o Mundo do Sistema, que se caracteriza pela organização estratégica econômica e política, onde impera a não linguagem, a não discussão, ou seja, é a macroestrutura na qual se organizam as formas de produção do capitalismo mecânico e instrumental que comanda, mais ou menos, o mundo simbólico da vida (FIEDLER, 2006, p, 96).

sobre a ação feita na mediação da informação como algo compreensivo. Neste sentido, colocamos a mediação da informação com ato crítico.

Porquanto, entendemos que a partir de uma ação crítica:

a consciência hermenêutica destrói a autocompreensão objetivista das ciências tradicionais do espírito. Da vinculação do intérprete científico a sua situação hermenêutica de partida se segue que a objetividade da compreensão (Verstehen) não pode assegurar-se abstraindo dos pressupostos, mas somente mediante uma reflexão acerca do complexo de influências e efeitos que une de antemão aos sujeitos cognocentes com seu objeto (HABERMAS, 1990a, p. 282, tradução nossa).

Assim sendo, dispomos da ação crítica de Habermas (1987) e a compreensão hermenêutica, na qual faz-se um liame nas ações humanas e sociais dos indivíduos, preservando sua individualidade e reagindo a inércia da objetividade das ciências duras, acolhendo possibilidades de concepção e comunicação integradas entre os próprios indivíduos e seus grupos, buscando um entendimento vivo e recíproco.

Para Almeida Junior (2009, p. 93), o conceito de mediação da informação:

[...] destaca-se na afirmação de que é ela uma interferência. Em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho, defendemos a existência da interferência. É ela constante e indissociada do fazer do profissional da informação. A imparcialidade e a neutralidade, embora procuradas, não se concretizam, pois, o profissional da informação atua como matéria-prima que, por si, não é neutra. A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc.

Com base no argumento do autor a interferência na mediação não deve ser rejeitada, pois ela pressupõe que o profissional pode lidar com as ocorrências e para poder minimizar os problemas que podem surgir, mas situamos que este em seu fazer profissional deve agir comunicativamente, compreendendo novos modelos de racionalização¹⁸, “contra a razão instrumental, manipuladora e violadora do real e do outro” (REIS, 2000, p. 190).

Neste contexto, Valetim (2010, p.15-17) pressupõe que:

a mediação da informação propõe seu objeto ou núcleo epistemológico na ciência da informação[...] e estuda várias formas de mediação, a recepção e a apropriação da informação em diferentes contextos, de forma a refletir o papel do profissional da informação e compreender o usuário em sua complexidade.

Em seu aspecto, a mediação da informação ajuda-nos a entender como a informação presume em uma ação comunicativa quando mediada emancipatoriamente. A exemplo,

¹⁸ “Racionalizar significa a superação de tal comunicação sistematicamente distorcida. A racionalização do agir não tem efeitos apenas sobre as forças produtivas, mas também, de modo autônomo sobre as estruturas normativas” (HABERMAS, 1983a, p. 31).

consideramos que não podemos propiciar a mediação entre bibliotecário e usuário como “concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 97).

Porquanto, devemos refletir sobre o ato comunicativo dos bibliotecários para desempenhar seu papel de mediador na ação emancipatória, com intuito de incrementar ideias pela qual a racionalidade crítica vem a ser umas das principais questões a serem discutidas na sociedade. Por conseguinte, apresentamos possibilidades de concepção e comunicação integradas entre os próprios indivíduos e seus grupos, buscando um entendimento vivo e recíproco (emancipação).

Neste sentido, não podemos colocar a mediação da informação como apropriação da informação, uma vez que ela entorpece a razão libertadora (emancipatória) e perceptiva da mediação, de modo que, com o advento das tecnologias do século XXI, essa relação propiciou:

o efeito globalizador dos mercados e tecnologias de informação pressupõe a vigência de uma premissa epistemológica de máximo alcance, que assegure condições de uniformidade linguísticas ou lógicas de uso da informação, ou seja, que ocupe o lugar que, no primeiro paradigma da modernidade, fora preenchido pela institucionalização dos modelos de ação racional (GONZALEZ DE GOMEZ, 1993, p. 218).

Todavia, a autora se atenta para o efeito globalizador das tecnologias, mostrando que essas são facilitadoras em várias questões, mas também apontamos que o mau uso das tecnologias acarreta prejuízos imensuráveis no trato da informação.

Neste contexto, as atividades oferecidas pelo profissional da informação – especificamente do bibliotecário trouxe implicações das mais diversas, embora seu objetivo seja colocar da melhor forma a informação aos usuários. Trazemos como exemplo, as bibliotecas e seus serviços de informação presenciais e virtuais, que se constituíram com o advento da internet, os mecanismos de busca e disseminação da informação, bases de dados de periódicos eletrônicos e a difusão de mecanismos de informação como videoconferências e até mesmo *blogs* e *podcasts*, técnicas de armazenagem e recuperação rápida da informação modificando diretamente o mecanismo social.

Deste modo, atua de modo a alcançar as composições racionais providas das ferramentas tecnológicas de maneira não limitativa no estado transcendente na qual se encontra como ingrediente em seu interior.

Em detrimento da sociedade da informação, o efeito global das tecnologias começa a mudar o contexto social dos indivíduos, uma vez que as ferramentas tecnológicas estão firmemente atreladas a preocupar-se com os procedimentos de transmissão, armazenamento e recuperação.

Para Habermas (1987) é imprescindível a superação desse contorno das tecnologias ao efeito globalizador da ação instrumental (técnica) e, portanto, considera que não

[...] podemos conceber a realidade sob o ponto de vista da manipulação técnica possível, e apreender a experiência operacional correspondente como sendo um caso limite. Este caso limite possui os seguintes caracteres: a linguagem está dissociada das interações nas quais se encontra engajada e tende a ser monológica; a atividade está separada da comunicação e reduzida ao ato solitário de uma utilização de recursos racionais-finalistas; por fim, a experiência biográfica individualizada está eliminada em favor da experiência repetitiva dos sucessos do agir instrumental em suma, as condições da atividade própria à comunicação encontram-se, precisamente aqui, suprimidas (HABERMAS, 1987, p. 214).

Neste sentido se torna um alvo de preocupação, visto que a relação dialogal entre os seres humanos torna-se uma dialética fechada em vista do processo tecnológico de comunicação dirimido, na qual entorpece o diálogo crítico, enfraquecendo as fronteiras da ação coletiva emancipatória.

Nesta lógica, no atual contexto da CI e da Biblioteconomia:

O profissional da informação, mesmo buscando a imparcialidade – e sabendo que ela nunca será alcançada – deve se preocupar com a relação muito próxima entre interferência e manipulação. Esta, sim, deve ser totalmente abolida das ações do profissional, embora no trabalho cotidiano, mesmo que inconscientemente, todo o profissional está sujeito a se defrontar com ela em seu fazer. A linha que separa a interferência da manipulação é extremamente tênue. Apesar disso, o profissional da informação deve procurar o difícil equilíbrio sobre essa linha. A interferência no fazer do profissional da informação nega a postura, enfaticamente defendida, de que esse profissional é passivo, subserviente, destituído de uma atitude pró-ativa, sem iniciativa, que apenas contribui, auxilia e apóia (ALMEIDA JUNIOR; BORTOLIN, 2007, p.7).¹⁹

A questão simplista do saber-fazer, modelo de racionalização do *agir funcional instrumental* (técnica) condensou a informação. No processo entre mediador, a informação e usuário se convalidou pelo trabalho e a necessidade da informação em volta da própria necessidade da sociedade e do ser humano, posto que possa postular somente o saber-fazer, na força de produção e normas, nas quais são convalidados na ação da razão técnica.

O conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas, já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). A técnica é, em cada caso, um projeto

¹⁹ Devemos, portanto, **rever os contextos em que atuamos como profissionais e os princípios que supostamente fundamentam os objetivos e fins sociais dos serviços públicos, em particular, as bibliotecas: analisar criticamente, os discursos e práticas que nos agenciam e que levam à criação e fortalecimento da esfera pública** – no qual ajuda os cidadãos de forma a se auto-educar etc., para entrar no mundo do trabalho, mas também para que eles possam participar na construção das regras de convivência que beneficiam as maiorias – nas bases ideológicas e operacionais. Para que não suponham a generalização da concepção acrítica da gestão dos serviços de informação ou até mesmo na sustentação do pensamento na construção da sociedade da informação e do conhecimento gerado em relação à profissão que contribui para a manutenção do *status quo*, **a neutralidade bibliotecômica de permanecer no mesmo estado de sempre** (KLEIN, 2003, p.3, tradução nossa, grifo do autor).

histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas (HABERMAS, 2009, p. 46-47).

Almeida (2008) acentua a postura de que a mediação tem em sua essência um lado não definitivo que trata a própria mediação para a CI e a Comunicação. O autor destaca que a mediação constitui,

[...] em linha geral, uma construção teórica destinada a refletir sobre as práticas e os dispositivos que compõem os arranjos de sentidos e as formas comunicacionais e informacionais nas sociedades atuais, sem perder de vista os elos que, tanto os conteúdos, quanto os suportes e os acervos mantêm com a tradição cultural (ALMEIDA, 2009, p. 12)

De maneira conjunta contextualizamos a mediação da informação com o intuito de refletir a comunicação e seu contexto informacional na sociedade. Deste modo, infere-se nas questões teóricas, para pensar no diálogo prático que envolve as formas culturais que se configuram o estado da informação e da comunicação no contexto social.

Almeida (2008) reporta que o contexto social das interações comunicacionais na história humana pouco se modificou até o século XV, quando predominaram as interações face a face. Dentro destas interações houveram alternâncias e arranjos de significados das diversas formas de informação na sociedade. Para o autor essa decorrência é vista pelos fatores estruturais tecnológicos, que transcorreram para um olhar em seu conteúdo e nos suportes tecnológicos que abarcam o conhecimento.

O intercâmbio de informação e conteúdo simbólico sofre uma profunda mudança com as inovações tecnológicas (imprensa e, posteriormente, meios eletrônicos): que as interações face a face cedam cada vez mais espaço para as interações mediadas e as “interações quase mediadas” as relações que as pessoas estabelecem com os conteúdos dos meios (ALMEIDA, 2008, p.13).

Com a amplificação dos meios comunicacionais se reconstitui muitas formas de mediação, do mesmo modo que se compõe hoje a forma da ação mediada²⁰, na qual implica uma analítica, onde busca investigar o agir comportamental do indivíduo a partir dos meios que se comunica. Em síntese, essa ação torna-se uma problemática na mediação da informação na Biblioteconomia, isto é, o bibliotecário frente a ação de fronteira entre informação e usuários nas bibliotecas. Como seria então, a perspectiva referente ao mediador? Qual seria os

²⁰ Uma ação mediada se desenvolve à medida que o agente vai aprendendo a utilizar a ferramenta cultural escolhida, ou seja, se o agente for hábil na sua utilização. Isto significa que para uma ação mediada desenvolver-se há necessidade da adequação entre a relação ‘agente utilizando uma ferramenta cultural’ e o contexto desta utilização (SESSA, 2013, p. 39).

pressupostos da mediação “ser” uma ação coletiva emancipatória? Visto que a ação-mediada pressupõe a postura do “ser do bibliotecário” com o ambiente inserido e seu contexto.

Em resumo, a aplicabilidade da mediação sobre a biblioteconomia ainda é um acaso, pois, ela necessita de uma discussão epistemológica mais acurada, no sentido de consolidar seus alicerces teórico-metodológicos e produzir satisfatoriamente uma razão crítica capaz de desfazer a atividade instrumental, regida por regras técnicas baseadas no saber empírico e que, por conseguinte, priva os usuários de sua comunicação.

2.1 Uma aproximação entre a mediação e o paradigma comunicativo

O entendimento funciona como mecanismo de coordenação da ação do seguinte modo: os participantes na interação concordam sobre a validade que pretendem para suas emissões, quer dizer, reconhecem intersubjetivamente as pretensões de validade que reciprocamente se estabelecem uns aos outros (HABERMAS, 1982, p. 493).

Adentrando o universo comunicativo de Habermas, contextualizamos a mediação da informação como forma da ação comunicativa entre atores (usuários) e as ações do bibliotecário, na busca do consenso crítico que é amparado da realidade aceita dos diálogos entre esses atores (bibliotecário e usuário) com visões subjetivas. Tendo em vista que, quanto mais complexo o diálogo maior será seu grau de desenvolvimento e da aproximação com a compreensão.

O entendimento mútuo entre esses atores é inferido pela objetividade da informação e a natureza técnica que foi condicionada pelas ciências positivistas²¹. Porquanto, situamos que a prática biblioteconômica é observada por um processo objetivo no contexto informacional, aprisionada pela lógica iluminista e do modelo instrumental das ciências modernas.

Deste modo, tendemos pensar a mediação da informação como ato comunicativo livre, crítico e racional, ou seja, como uma forma de emancipação do indivíduo (usuário) e da comunidade na qual está inserido (biblioteca). Contextualizamos a mudança de paradigma do agir funcional instrumental²² (técnica) para uma relação dialógica com o intuito de alcançar a paridade social e seu estado de emancipação.

²¹O modelo de ciência então dominante, oriundo das ciências exatas e naturais, voltado para a busca de regularidades, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos, se expandiu para as ciências sociais e humanas através do Positivismo. Esse é o modelo que inspirou as pioneiras conformações científicas da Biblioteconomia, que privilegiou os procedimentos técnicos de intervenção: a catalogação e a classificação (ARAÚJO, C., 2013, p. 43).

²²A crítica da racionalidade instrumental ou técnica. Uma tentativa crítica reconceituada enxerga a racionalidade instrumental/da tecnologia como um dos aspectos mais opressivos da sociedade contemporânea. Essa forma de “hiper-razão” envolve uma obsessão com os meios e não com os fins. Os teóricos críticos alegam que a racionalidade instrumental/técnica está mais interessada no método e na eficiência do que na finalidade, delimitando suas dúvidas a “de que forma”, e não a “por que deveria”. Em um contexto de pesquisa, os teóricos críticos alegam que muitos estudiosos racionalistas ficam tão obcecados com questões envolvendo a técnica, o

Em vista disso, lançamos que a mediação da informação é recolocada aqui como um fenômeno, uma ação emancipatória coletiva, livre do regime de informação normativo propiciado por um canal de transferência de informação. É neste contexto que Habermas (1987) trata a hermenêutica como traço indispensável no ato comunicativo.

Porquanto, para o escritor é:

a interpretação, que precisa entrar em ação no momento em que entra em crise uma experiência comunicativa, comprovada sob os esquemas comuns da apreensão do mundo e da ação, não visa só às experiências adquiridas no seio de um mundo constituído pela linguagem ordinária, mas também às regras gramaticais, correspondentes ao ato-de-constituir o mundo enquanto tal (HABERMAS, 1987, p. 215).

Neste sentido, afirmamos que é imprescindível a luz das ciências do espírito²³, uma vez que ela traz o caráter intersubjetivo do homem e sua experiência ligada à condição humana e o pensamento como forma de significação no contexto social. Deste modo, a racionalidade comunicativa é indispensável nas ações que comportam a mediação da informação como processo esmerado e propiciado de condições normativas.

Porquanto,

[...] no caso da ação comunicativa a linguagem se constitui num meio capaz de possibilitar inteiramente o entendimento mútuo. A linguagem se apresenta, então, como motor da integração social, tendo a comunicação como o veículo de construção de uma identidade comum entre indivíduos.²⁴

Assim sendo, clarificamos que essa relação será perceptível quando proceder a racionalidade intersubjetiva dos sujeitos e o provimento de suas ações. Neste contexto, Habermas (1981) mostra que a ação comunicativa tem papel importante na linguagem e na interação humana, visto que o entendimento mútuo entre os atores significará em um diálogo crítico.

Deste modo, os indícios e pistas são necessários para compreender de forma interpretativa como está acontecendo a mediação na biblioteconomia, o diálogo e as vertentes

procedimento e o método correto que esquecem da finalidade humanista do ato da pesquisa. A racionalidade instrumental/técnica geralmente separa o fato do valor em sua obsessão pelo método “apropriado”, perdendo, no processo, uma compreensão das escolhas de valor sempre envolvidas na produção dos assim chamados fatos (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 284-285).

²³As ciências humanas se fundamentam necessariamente em uma experiência natural da intersubjetividade e no modo de ser que essa experiência implica ao homem, isto é, no modo ou conjunto de experiências e de teses que toda vida em comum suscita efetivamente, quer disto tenham consciência ou não, isto quer dizer que essa realidade revela-se e manifesta-se ao cientista como a ativação de algumas formas e variáveis de algumas possibilidades fundamentais ligadas a toda vida humana, possibilidades cujo significado só poderá alcançar relativamente a uma experiência efetiva de intersubjetividade, experiência efetiva que o próprio cientista vive (GILES, 1979, p. 103).

²⁴ COUTINHO, Sérgio Ricardo. A Recepção Como " Pragmática Argumentativa" Uma Visita Ao Conceito Pelo Olhar Habermasiano. **Perspectiva Teológica**, v. 37, n. 103, 2010. p. 343.

objetivas que se arraigam no processo regimentar da informação²⁵, entorpecendo a compreensão da ação-mediada entre os atores (bibliotecário - usuários).

No sentido de cultivar o pensamento racional, esmiuçamos, por meio da hermenêutica, a reconstrução dos paradigmas incompressíveis e modelos lineares e mecânicos que entorpeceram a mediação.

Os pressupostos que orientam o estudo estão em busca da superação do paradigma simplificador das ciências empírico-analíticas. Este modelo isolou-se radicalmente, reduzindo o campo do conhecimento, tornando-se um entendimento objetivo em torno da ciência.

Tal conhecimento, necessariamente, baseava seu rigor e sua operacionalidade na medida e no cálculo; mas, cada vez mais, a matematização e a formalização desintegraram os seres e os entes para só considerar como únicas realidades as fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas. Enfim, o pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo (*unitat multiplex*). Ou ele unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade (MORIN, 2011, p.12)

Deste modo, mostra-se que o conhecimento simplificador anula a diversidade do contexto informacional do conhecimento científico, baseando-se na instrumentalidade operacional medidora de cálculos matemáticos, a qual divide os seres em unidade métrica.

No campo teórico da Biblioteconomia e da CI, esse processo simplificador do conhecimento é tratado de forma linear, visto que seu campo teórico trouxe uma repaginada na direção da informação, aproximando mais da tecnologia dura, no trato com a informação, através das técnicas de armazenagem e recuperação rápida da informação, modificando diretamente o mecanismo social.

Com esta finalidade “reduzora” a biblioteconomia e a CI rodeariam através dos regimes de informação, ou seja, através de um “processo sequencial, no qual a informação circularia entre diferentes atores, organizações e finalidades” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2012, p. 45).

No entanto, este processo sequencial é alocado de maneira exponencial objetiva, visto que no trato com a informação sua finalidade dialogal é “superficial”, uma vez que a mediação excede aos processos mecânicos de sistematização e do tratamento e recuperação da informação. Morin (2011) evoca o pensamento científico para trabalhar coletivamente e condena a prática da ciência moderna como um saber fragmentado e parcelado de sua totalidade.

²⁵ “Regimes de informação remete às relações informação-poder, relações que hoje estariam alavancadas pela pressuposição de que a informação, como algo imerso nas tecnologias digitais e ubíquas, seria aquilo que nelas circula e as dinamiza” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2012, p. 44).

Problematizamos o contexto simplificador da Biblioteconomia e a CI na mudança de seus paradigmas e a superação do agir instrumental que enrijeceram sua compreensão com os atores (usuários - bibliotecários) para pensar a mediação como ação coletiva emancipatória.

Neste sentido, erigimos o agir comunicativo²⁶ como uma teoria crítica que se baseia no conceito de ação e que pode ser compreendida como a capacidade de atores sociais dialogarem de forma cooperativa. Neste segmento, destacamos os bibliotecários e usuários interagindo racionalmente com o intuito de se descobrirem como reais atores da ação.

A teoria da ação comunicativa,

[...] não se fundamenta simplesmente normas morais ou ideais políticos. Ela tem, adicionalmente, um sentido descritivo, identificando na própria prática cotidiana a voz persistente da razão comunicativa, mesmo em situações em que essa está subjugada, distorcida e desfigurada.²⁷

Nesta lógica, Habermas (1989) instituirá uma seção de compreensão do ser humano em sociedade como processos informativos, de acordo com as questões que caracterizam-se com a mediação dialógica entre os diferentes agenciadores.

É dessa maneira que na biblioteconomia e na CI a mediação da informação passa a ser um diálogo aberto, uma ação coletiva emancipatória, uma ação de diálogo constante entre bibliotecário – usuário, no qual o contexto da ação crítica é imprescindível através da racionalidade comunicativa. Nessa lógica o “agir” dos atores (Bibliotecário - Usuários) deve ser estabelecido como:

[...] processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis”, bem como é o produto “das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria (HABERMAS, 1989, p. 166).

A ação comunicativa vem a reboque, priorizando a compreensão dos atores, neste sentido, os usuários e os bibliotecários são os mentores da ação. Habermas (1989) afirma que por meio da prática da argumentação, as “pretensões de legitimidade”, das quais os atores são guiados, são enfatizadas e questionadas.

Deste modo, as ações normativas (técnica) são refletidas no organismo informacional como forma de se promulgar ações emancipatórias entre seus entes, exercendo um discurso

²⁶ Habermas, “pressupõe a linguagem como um meio de entendimento [...] em que falantes e ouvintes se referem, a partir do horizonte pré-interpretado pelo mundo da vida, simultaneamente há algo no mundo objetivo, social e subjetivo, a fim de negociar definições das situações que possam ser compartilhadas por todos” (HABERMAS, 1999a, p. 134).

²⁷ HABERMAS, Jürgen (1989). Jürgen Habermas fala a Tempo Brasileiro - Entrevista por Barbara Freitag. **Revista Tempo Brasileiro** 1(98): 5-21. p. 9.

prático, que é deixado em aberto para questão da validade das normas que podem ser contestadas.

Para mudanças nesses aspectos normativos entravados na estrutura teórica da Biblioteconomia e na CI, devem ser repensados os terrenos tomados como verdade, pensando num reformismo necessário para revisitar ação das técnicas improvisadas e dirimidas no seu domínio investigativo.

Assim sendo, consideramos que a mediação da informação é inferida pelo processo normativo “regimentar de informação”, procedimento de padronização de normas que condicionam a linguagem de forma limitada no âmbito cultural, político e social.

Para Gonzalez de Gomez (2012, p. 43) “regime de informação” é considerado como:

o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância.

Deste modo, pensa-se em uma nova roupagem dialogal e reflexiva no contexto social, de forma que possibilite as instituições (biblioteca) a resilirem-se das “regras técnicas baseadas no saber empírico” (HABERMAS, 2009, p. 57). Do mesmo modo, pode ser pensada através da ação comunicativa, na qual propicia possibilidades de comunicação, dialogando de forma recíproca como seus entes, equivalendo uma ação coletiva emancipatória e não mais condicionada a artefatos normativos do processo regimentar de informação.

Desta forma, contextualizamos que a prática da mediação, o ato normativo dos profissionais bibliotecários, as ações dos usuários e a criterização da informação necessitam ser abarcadas pelo ato comunicativo. Logo, a mediação entre seus atores (bibliotecário e usuários) precisa ser estabelecida no âmbito comunicacional como ação emancipatória e democrática que vem em busca do diálogo consensual.

Assim sendo, consideramos que para tomada de consciência dos bibliotecários - usuários,

o processo de comunicação só pode realizar-se plenamente numa sociedade emancipada, que propicie as condições para que seus membros atinjam a maturidade, criando possibilidades para a existência de um modelo de identidade do Ego formado na reciprocidade e na ideia de um verdadeiro consenso (HABERMAS, 1983b, p. 310).

Ponderamos que a comunicação entre os bibliotecários – usuários é condensada por um diálogo objetivo, emanado da instrumentalidade das técnicas regimentares e dos paradigmas

normativos das organizações. Por conseguinte, revelamos que a mediação ainda se aprovisiona por cadeias informacionais que são condicionadas pelo conhecimento empírico.

Deste modo, “a “cadeia de informação²⁸”, ainda em suas versões mais tradicionais, transcende o sistema de tratamento e recuperação da informação, assim como os atos gnosiológicos pontuais de seus usuários, ainda quando poderia ou deveria incluí-los” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2012, p. 45-46). Emanada do agir instrumental, a mediação da informação é conduzida por erros constantes nas ações das técnicas, sua interatividade é submergida pela normatização cognitivista da organização, recuperação, disseminação da informação.

Habermas (2009) conduz um diálogo entre atores que interagem, diferenciando seu diálogo da ação racional teleológica²⁹. Para o autor, “a alternativa à técnica existente, a projeto de uma natureza como interlocutor em vez de objeto, refere-se a uma estrutura alternativa da ação: a interação simbolicamente mediada, que é diferente da ação racional teleológica” (HABERMAS, 2009, p. 53).

A ação comunicativa de Habermas (2009) pressupõe a ação coletiva emancipatória, que emerge de uma intersubjetividade ainda incompleta, uma vez que para o autor a ação emancipada só será concretizada quando os atores conhecerem um ao outro, fora da dominação de seus idealismos.

Só quando os homens comunicarem sem coações e cada um se puder reconhecer no outro, poderia o gênero humano reconhecer a natureza como um outro sujeito – e não, como queria o Idealismo, reconhecê-la como o seu outro, mas, antes reconhecer-se nela como noutro sujeito.³⁰

No âmbito biblioteconômico o agir comunicativo se constituirá quando os atores (bibliotecários-usuários) irromperem de uma objetividade excêntrica, das rédeas bibliométricas e da normatização cognitivista, que é secada pela área, estabelecendo um diálogo usualmente entre os atores, facilitando suas ações e o senso crítico.

Deste modo, a ação comunicativa de Habermas é imprescindível, visto que sua perspectiva é de unir teoria e prática sobre o viés da teoria crítica. Os atores (Bibliotecário-Usuários) por meio do conhecimento emancipatório apresentam o uso da linguagem, atos

²⁸ Para Gonzalez de Gomez (2012, p. 45) um processo seqüencial, no qual a informação circularia entre diferentes atores, organizações e finalidades.

²⁹ A ação racional teleológica realiza fins definidos sob condições dadas; mas, enquanto a ação instrumental organiza meios que são adequados ou inadequados segundo critérios de um controlo eficiente da realidade, a ação estratégica depende apenas de uma valoração correcta de possíveis alternativas de comportamento, que só pode obter-se de uma dedução feita com o auxílio de valores e máximas (HABERMAS, 2009, p. 57).

³⁰ HABERMAS, 2009, p. 53.

cooperativos, conhecimento vivo e recíproco através da intersubjetividade dos atores, produzindo assim uma dialética diferente e que viabilize a superação da razão instrumental (técnica).

Pensamos a mediação da informação como ação coletiva emancipatória, percorrida através do espaço (biblioteca), onde ocorre as ações mediadas entre bibliotecário e usuário com vista no processo de diálogo. Logo, pensamos em um espaço que permeia a ordem política entre os atores bibliotecário e usuário por meio da comunicação, no sentido de aplicar a validade do uso da linguagem entre o que é compreendido e a veracidade do argumento.

Assim, consolidamos que a mediação da informação na biblioteconomia compreende na ação instrumental a técnica e na ação prática o saber-fazer. De todo modo, para Habermas (2009, p. 101), a técnica versa “a disposição cientificamente racionalizada sobre processos objetivados; referimo-nos assim ao sistema em que a investigação e a técnica se encontram com a economia e a administração e são por elas retro-alimentadas”.

Para o autor o saber técnico é “um tal saber reflexivo, que se sintetiza na consciência hermenêutica, distingue-se evidentemente do saber-fazer que caracteriza a compreensão e o próprio discurso disciplinado” (HABERMAS, 2009, p. 302).

Para isso, por meio da compreensão hermenêutica Habermasiana situamos em compreender a técnica de maneira a chegar a um conhecimento que se autoanalise, possibilitando neste momento uma ação coletiva emancipatória.

Neste sentido, Habermas valida explicações sobre a racionalidade técnica, como pode ser validada através da compreensão hermenêutica dos atores.

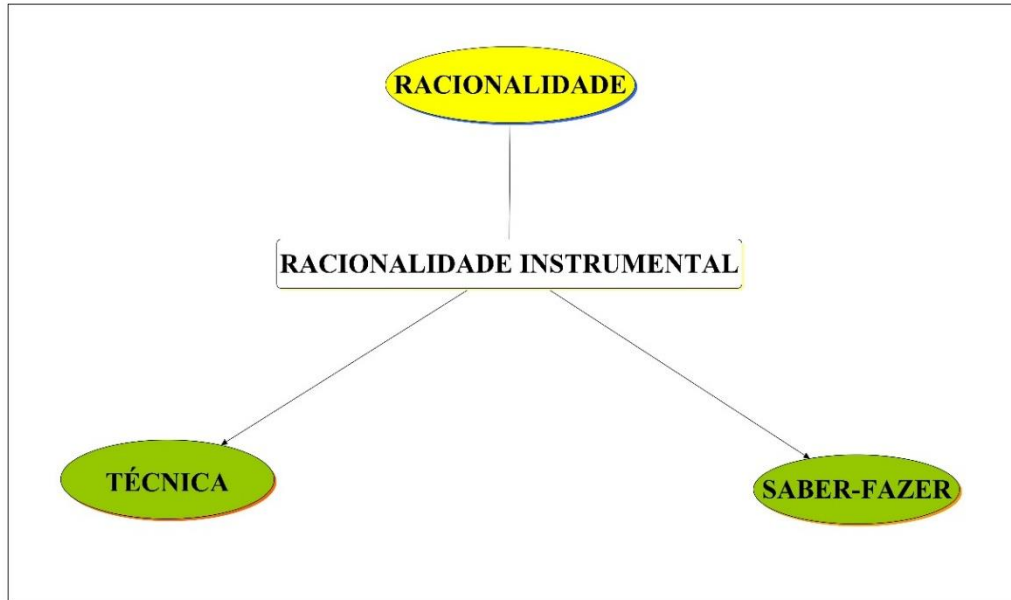
Que explicações causais (as quais se apóiam sobre um saber empírico-analítico) possam ser em princípio convertidas em um saber tecnicamente aproveitável, e explicações narrativas (as quais se apóiam em um saber hermenêutico) em um saber prático, permanecerá um fenômeno apenas curioso, caso não pudéssemos explicar e fundamentar esta circunstância como transcendentemente necessária, a partir da inserção condicional do saber teórico em uma conexão universal de interesse (HABERMAS, 1987, p. 345).

Nesse sentido, a mediação da informação se alimentará de concepção da prática do saber-fazer na instrumentalidade da biblioteconomia. Desta forma, Silva (2013) mostra que “o *saber fazer*” direciona as técnicas do campo da Biblioteconomia às ações práticas, gerando então uma concepção de relação entre o agir funcional instrumental e o agir comunicativo como formas ideológicas do conhecimento prático.

Contextualizamos a seguir a **Figura – 2**, no sentido de analisar a **Racionalidade**, sendo a ampliação compressiva do conhecimento, **Racionalidade Instrumental**, relação entre os

meios e os fins, a **técnica** como saber ideológico interessada no método e no processo de produção e o **saber-fazer**, que propicia um novo conhecimento prático para operacionalizar os processos da técnica.

Figura 2 – Relações da Racionalidade Instrumental (Técnica) e o (saber-fazer)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Deste modo, a **Figura – 2** contextualiza a relação da racionalidade dominante conduzida pelas forças produtivas que são associadas ao progresso, ou seja, uma ação mecânica e em si “uma “ideologia” sem o trato com a compreensão, adormecida pela racionalidade que visa somente a forma da atividade econômica capitalista, do tráfego social regido pelo direito privado burguês e da dominação burocrática” (HABERMAS, 2009, p. 45).

De igual modo, a racionalidade instrumental assume o regime dominante no meio social da força de produção a partir do desenvolvimento técnico científico,

[...] o método científico, que levava sempre a uma dominação cada vez mais eficaz da natureza, proporcionou depois também os conceitos puros e os instrumentos para uma dominação cada vez mais eficiente do homem sobre os homens, através da dominação da natureza (HABERMAS, 2009 p. 49).

Desta forma, a técnica e o saber-fazer por via da razão instrumental se desenvolvem pelos processos operacionalizados, sendo partes do instrumento de poder e dominação. Assim, a produção do saber técnico e a prática está integralmente erigida ao conhecimento biblioteconômico.

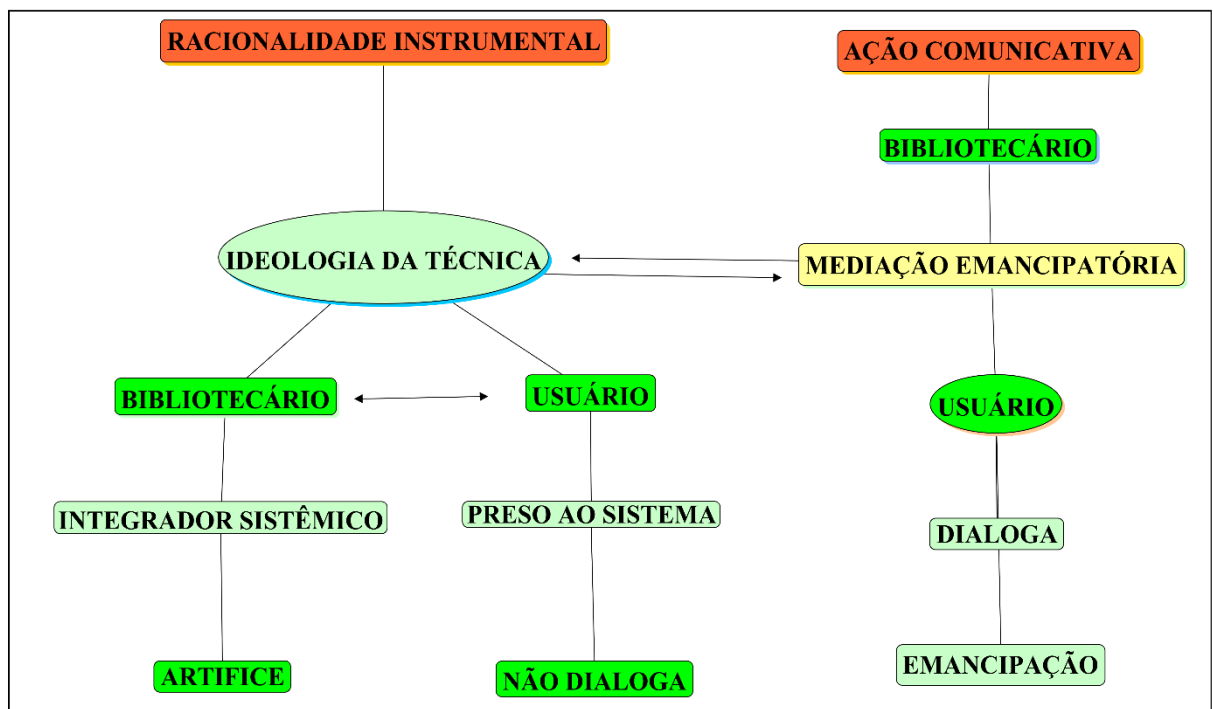
Nesta perspectiva, a ação instrumental funcional (técnica) está diretamente relacionada com formas práticas do saber-fazer, que não são tão diferentes da configuração atual da

Biblioteconomia, com práticas de representação e gestão da informação e instrumentos de organização nas bibliotecas.

Assim sendo, julgamos que o saber-fazer eleva a técnica a uma reflexão prática, que é aproximada por meio da cooperação entre os atores, um conhecimento prático e reflexivo. Consideramos pertinente nessa relação a compressão hermenêutica para analisar a forma como acontece o fenômeno da mediação e seu fio conceitual a partir do agir comunicativo na biblioteconomia, através de parâmetros conceituais e epistemológicos que se consolidaram enquanto área do conhecimento.

A **Figura – 3** tem a provocação de analisar como acontece a correlação da racionalidade instrumental (técnica), explorando o entendimento da ação comunicativa como ato emancipatório entre os atores bibliotecário-usuário.

Figura 3 - Relações de Racionalidade entre Técnica – Mediação Emancipatória entre (Bibliotecário - Usuário)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Neste sentido, a **Figura – 3** sintetiza a ideologia da técnica no fazer do bibliotecário, na qual constitui o integrador sistêmico de normativas institucionais na biblioteca, onde não dialogam com os usuários. Assim sendo, consideramos que a biblioteconomia é influenciada por correntes que se projetaram por meio da “dominação” em suas estruturas e alicerces. Deste modo, se observa que na estrutura sistêmica da biblioteca ocorre um interesse dominante, uma vez que, em seu bojo ela serve para atender as instituições a partir de demandas imediatas.

Destarte, analisamos que o diálogo dos atores bibliotecário-usuário é entorpecido pela estruturação do sistema, pois, seu confinamento permanece na dependência de uma estrutura coercitiva, sobretudo, dos processos instrumentais de classificação, catalogação, na qual deixa o bibliotecário-usuário em uma dependência ortodoxa, cartesiana e funcionalista.

Nesta lógica, discorremos que a ação comunicativa provoca o diálogo mútuo com os atores, uma vez que o conjunto instrumental de um ato mediado dificulta a emancipação mediada. Isso se dá porque o recurso pragmático entorpece o sujeito dentro de uma estrutura coercitiva, isto é, o armazenamento da informação é alimentado pelo sistema de controle do qual os atores bibliotecário-usuário permanecem sobre a dependência normativa.

Deste modo, através do diálogo mútuo e cooperativo entre os atores bibliotecário-usuário torna-se possível realizar a ação emancipatória, uma vez que a razão técnica entorpece o estado das significações dos atores, dispensando-os de sua subjetividade acarretando numa cientificidade instrumental (técnica).

Portanto, completamos que observando o caráter técnico na biblioteconomia podemos traçar os pressupostos de que ela é inferida pela objetividade das ciências positivistas devido o seu caráter instrumental (técnica), sendo assim, é imprescindível inferir questionamentos, propondo a ação comunicativa entre os atores, tendo em vista o diálogo, compreensão e reflexão.

Assim sendo, a ação comunicativa cria o viés crítico conduzido pelos atores, tornando-se predominante no ato histórico-hermenêutico, influenciando diretamente na mediação da informação. Neste contexto,

A racionalidade deve ser entendida, antes de tudo, como a disposição dos sujeitos capazes de falar e de agir, de buscar um entendimento acerca do mundo, orientando-se pelas pretensões de validade que estão assentadas no reconhecimento intersubjetivo (HABERMAS, 1998, p. 437).

Neste sentido, os atores bibliotecário-usuário saem do modelo estático e instrumental que os impele de emancipar-se. A partir disso, o ato comunicativo ocorre de forma emancipatória, isto é, fora das aporias da técnica, de forma que os atores alcancem a intersubjetividade, a compreensão comunicacional e a troca de informação, provisionando num “agenciamento coletivo”.

Destarte, através da cooperação mútua dos atores bibliotecário-usuário, o diálogo é compartilhado e os atores tornam-se responsáveis pela integração dialógica. Desta forma, a autorreflexão entre os atores bibliotecários-usuários se institui por uma mediação coletiva

emancipatória, uma vez que os atores saem das aporias do agir instrumental (técnica) e da natureza externa.

Por conseguinte, situamos que a instrumentalidade da técnica visa a informação como objeto de produção capitalista, que em Habermas (2009) procede pela natureza da dominação, segundo os fins e tem base no trabalho e nos processos de produção.

No que diz respeito ao processo de produção de conhecimento em ciência e tecnologia, sustentamos que a informação é uma via de troca no processo capitalista, na qual consideramos que esta proporciona o contexto dos processos técnicos da biblioteconomia, que são baseados no processamento, armazenamento e disseminação por sistemas coercitivos. E neste seguimento traçou-se o patamar teórico da biblioteconomia.

De toda forma, completamos que embora se transcorra os processos normativos que se instauraram a partir da teoria e na atuação profissional do bibliotecário é preciso começar a repensar o campo teórico, as práticas profissionais e seus modelos de instrumentalização. Uma vez que é preciso romper com essas aporias tradicionais da biblioteconomia que é um símbolo de “cegueira da modernidade”.

Desta forma, é preciso que (re) pensemos o plano teórico, e obviamente se mudarão as práticas e o atual contexto da Biblioteconomia se tornará mais consistente, o que fará do profissional bibliotecário um ser mais preocupado com a qualidade da informação, a linguagem o entendimento do “ser” e sua preocupação com o usuário.

2.2 O problema da mediação na Biblioteconomia

“A Consciência é um ser que, em seu ser, é consciência do nada de seu ser”.

(Sartre, O ser e o Nada, 2011, p.35)

No contexto histórico-social, a biblioteconomia se consolidou como campo científico no final do século XX, com a explosão das informações, determinadas pela grande quantidade de informações para atividades como controle da produção científica e organização do conhecimento em acervos custodiados nas bibliotecas. Neste âmbito, seu desenvolvimento veio para expandir e desenhar perspectivas contemporâneas no modo de organização e uso, mas, sobretudo, do acesso, colocando vários aspectos sobre as questões de informações, tecnologia, armazenamento e recuperação da informação.

Sendo assim, a biblioteconomia foi importante para a institucionalização do conhecimento, no sentido de que as bibliotecas se tornaram instituições que organizam informação. Habermas (2009, p. 126) reporta que “as instituições encontram-se em uma

conexão funcional, se é que elas são demarcáveis como um sistema (com valores de controle e condições internas), em relações às condições externas do meio”.

Desta forma, refletimos que a biblioteconomia tornou-se confinada e presa à normativa tecnocrata, um certo problema contemporâneo, já que a informação está “institucionalizada”, isto é, entorpecida pelo funcionalismo, na qual torna o acesso ao conhecimento “uniforme” preso a uma estrutura coativa e classificatória.

Deste modo, contextualizamos que o agir funcional instrumental (técnica) dificulta o processo da mediação na biblioteconomia. Isso acontece porque o recurso pragmático entorpece o sujeito (usuário) dentro de uma estrutura coercitiva. Deste modo, contextualizamos a mediação da informação como provimento imediato de diálogo com o efeito da técnica e das relações práticas que se relacionam no âmbito teórico da biblioteconomia. Assim, trazemos a seguinte questão: Qual o problema da mediação na biblioteconomia que a inviabiliza de ser uma ação emancipatória?

Neste âmbito, ponderamos racionalizar a mediação como uma ação coletiva emancipatória, dadas as questões pragmáticas em relação a medição da informação, colocamos a reboque os “erros” constantes nas ações das técnicas, da organização, recuperação, disseminação da informação como todo e o seu desenvolvimento com as tecnologias que precisam ser observadas incessantemente em interatividade com atores bibliotecário-usuário, tendo em vista a se chegar em um ato coletivo para estear ações de diálogos de informação sobre o viés intersubjetivo, sobretudo, analisando o processo de compreensão da informação no âmbito teórico-prático.

Assim sendo, ocorreria de modo prático a emergência de questionamentos teóricos através da interpretação dos atores, o que significa dizer que é uma maneira nova de pensar a relação teoria - prática, já que muitas das vezes se concebe a prática como uma aplicação da teoria, como uma consequência; as vezes ao contrário, como devendo inspirar a teoria, como sendo ela própria criadora com relação a uma forma futura de teoria, no sentido de criar agenciamentos de diálogo onde se possa estabelecer ações discursivas, que ultrapassem as barreiras das ciências empíricas, dando mais autonomia aos que promulgam o discurso de terem a oportunidade de falar por si mesmos.

Neste sentido, apresentamos o modelo teórico-prático da Biblioteconomia, pensando a mediação como um tecido de eventos de ações coletivas emancipatórias, que emergem de um sistema desprovido de um diálogo compreensivo dos atores. Assim, consideramos que a mediação na Biblioteconomia deve ser vista como fator social onde se possam aprofundar o caráter teórico-prático nas relações humanas, nas ferramentas de natureza informativa e na

efetiva participação na representação de contextos (destaco o diálogo compreensivo dos atores bibliotecários e usuários).

Porquanto, na esfera biblioteconômica, a mediação deve ser estabelecida pelas ações sociais com uma ação de emancipação entre bibliotecário – usuários como protagonistas de ações, onde reconhecem o eu e o outro através da consciência intersubjetiva. Segundo Sartre (2011, p. 290, grifo nosso) uma dimensão essencial do “ser”, posto que “**eu reconheço que sou como o outro me vê**”, no sentido de que [...] “**o outro é o mediador indispensável entre mim e mim mesmo**”. Para o autor as relações de diálogo devem ser um entendimento subjetivo dos sujeitos.

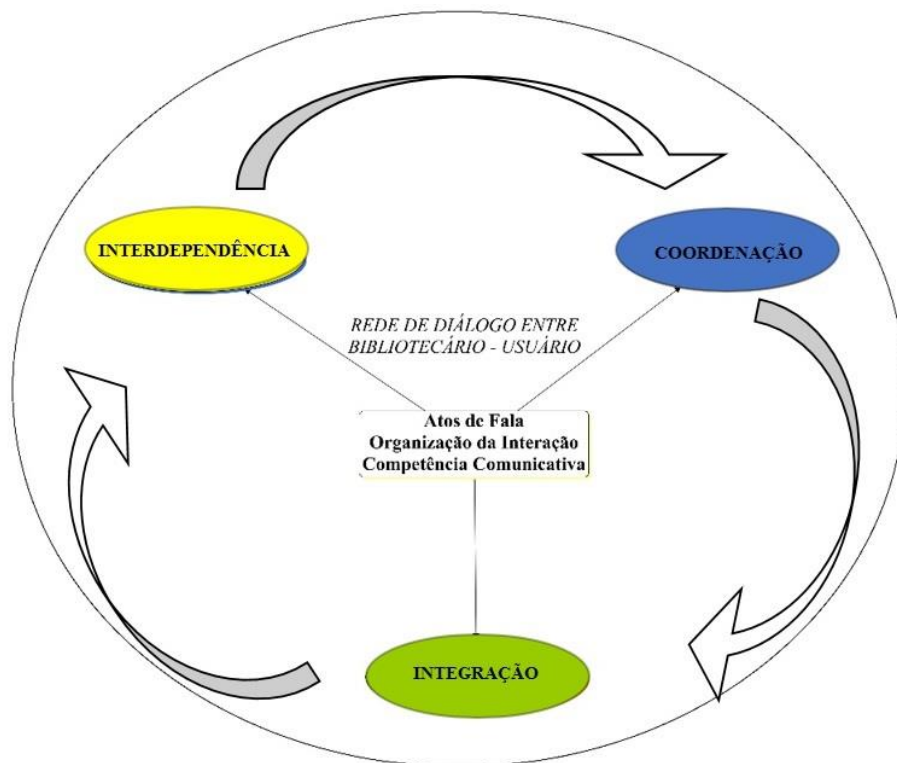
Entretanto, Guattari, (1992, p. 11) ressalta que a subjetividade é provocada por “[...] instâncias individuais, coletivas e institucionais” sem parâmetros classificatórios entre elas. Para Habermas deve-se agir comunicativamente, de modo que os atores façam a “[...] relação interpessoal, na qual se entendem sobre algo no mundo objetivo e admitem os mesmos referentes mundanos” (HABERMAS, 2002, p. 53).

Assim sendo, os atores (bibliotecário - usuários) trazem uma nova percepção de diálogo, baseada na racionalidade hermenêutica. Quando se fala de uma racionalidade intersubjetiva, Habermas dá forma para mediação entre os atores, sobretudo, enquanto tarefa típica da modernidade, nisto se incorpora uma pluralidade de razões, sem que tropece no relativismo e também não corra o risco de compreendê-la somente pelo viés da técnica.

Nesta lógica, se a racionalidade vem por caminhos torcidos a mediação como ato coletivo emancipatório pode reorganizar os processos das ações das técnicas, da organização, recuperação, disseminação da informação na biblioteconomia, de modo que seja capaz de pensar num entendimento interdisciplinar e com habilidades e competências comunicativas.

A **Figura – 4** esboça a rede de etapas construtivas que o bibliotecário – usuário devem estabelecer comunicativamente.

Figura 4– A Compreensão comunicativa entre atores



Fonte: Adaptada de Lima e Rivera (2009).

A interação entre bibliotecário - usuário na relação comunicativa tem um viés de redes de diálogo, onde os atores para construírem um diálogo devem ter autonomia nos atos de mediação e isso ocorre da interação dos atores entre **interdependência, coordenação e integração**.

Segundo Lima e Rivera (2009):

- **Interdependência:** caracterizada em função das relações entre Bibliotecário – usuários;
- **Coordenação:** amplia e melhora a comunicação, reduzindo as incertezas para evitar conflitos. (Embora os conflitos sejam parte inerente a qualquer organização social);
- **Integração:** processo mediado pela linguagem e que consiste na autonomia dos atores (bibliotecário - usuário) permitindo-lhes atos de cooperação para a realização de ação coletivo emancipatória;

Neste sentido, a ideia de rede de Lima e Rivera (2009) se deve a interação do conjunto de retalhos que se interligam por meio do diálogo, através da conversação, competência comunicativa e os atos de fala nelas implicados, tornam-se objeto das ações comunicativas entre bibliotecário - usuário (Centro do quadro – análise).

A rede de diálogo é uma ação-mediada pelos atores bibliotecário - usuário. Essa relação se dá através das “relações não hierárquicas e interdependentes, vinculando gestores, profissionais/ prestadores e usuários mediante a conversação para concretizar seus diversos interesses e promover a integração dos serviços”. (LIMA; RIVERA, 2009, *idem.*).

A rede de diálogo³¹ segue o modelo de sistema informacional aberto, que se descentra da ação instrumental (técnica) de regras e normas, que são entorpecidas na mediação. Sendo assim, na rede de diálogo os atos de mediação entre bibliotecários e os usuários se entrecruzam e desconstituem o fluxo de informações. Para Lima e Rivera (2009) a ideia é fazer uma intensa rede de conversa e análise e, portanto, uma possível maneira de entender o diálogo na rede informacional.

Desta forma, a rede de diálogo bibliotecário - usuário depende da ação comunicativa dos atores. Uma vez que, o agir é “orientado para o entendimento mútuo entre os atores, além de esboçar os conceitos conexos do mundo social e do agir regulado por normas que resultam do descentramento da compreensão do mundo” (HABERMAS, 1989, p. 164). Para o autor a ação emancipatória é agenciada da construção de acordos, de consenso e construída sobre interações coletivas, e não de eventos ou até mesmo de influxos externos entre os atores.

Deste modo, a contextualização da mediação na biblioteconomia é tangenciada pela própria ideologia da técnica da ciência moderna, uma vez que, no contexto da Biblioteconomia essa ação tem sido intensificada pelas aporias da “técnica”, dos processos normativos de descrição e representação das fontes informacionais, não havendo de forma alguma emancipação no sentido de que a informação seja “cada vez mais, um elemento de inclusão social, trazendo desenvolvimento para as pessoas e nações” (FREIRE, 2006, p. 16).

Destarte, o problema da mediação na biblioteconomia é contextualizado a partir do “confinamento das regras” que deixam o bibliotecário - usuário na dependência de normas e procedimentos técnicos dominantes de representação da informação, presos e dependentes de um sistema estrutural.

Assim, apresentamos o processo emancipatório para desfazer a dependência do bibliotecário - usuário do sistema, uma vez que a mediação e a informação se dará na intersubjetividade, ou seja, no agir comunicativo de uma ação. E, desta forma, a rede de diálogo

³¹ Segue o conceito tipo rizoma onde analisa [...] a linguagem efetuando um descentramento sobre outras dimensões e outros registros. Neste sentido, a rede de diálogo será considerada como um agenciamento onde [...] não existem pontos ou posições, [...] descentrada da lógica dialética, o rizoma não se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz ele nele existe somente linhas (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p.16).

acontecerá da compreensão dos atores, visto que através do agir comunicativo suas ações nulificam as normas e traçam um saber intersubjetivo, proporcional e de confiança recíproca.

Porquanto, a ação emancipatória dá aportes aos atores bibliotecário - usuário para autorreflexão e isso elucubra a ideologia da técnica trazida como emblema para a Biblioteconomia, pois os mesmos se relacionam com moldes do suporte tecnicista e positivista.

Em razão disso, estamos convencidos que a racionalidade instrumental (técnica) entorpece a mediação na biblioteconomia, deixando-a engessada pelo condicionamento de sua objetividade e que através da ação coletiva emancipatória há a superação desse paradigma. Portanto, situamos que o processo de mediação acontecerá na emancipação e não na tecnicidade com seus regimes.

3 “A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO” SOB A AÇÃO CRÍTICA DE HABERMAS NA BIBLIOTECONOMIA

A razão não pode tornar-se, ela mesma, transparente enquanto os homens agem como membros de um organismo irracional (HORKHEIMER, 1983, p. 131).

Na abordagem a seguir buscamos a ação crítica de Habermas na mediação da informação no contexto cultural e social dos espaços da biblioteconomia. Deste modo, contextualizamos que mediar é recriar significados emancipatórios através de uma ação comunicativa. Então, através da emancipação a biblioteca assume seu caráter cultural pelo viés da ação comunicativa, ressignificando as fronteiras instrumentais da mediação.

Sendo assim, contemplamos a ação crítica de Habermas na “sociedade do espetáculo”³², no sentido de desatar as amarras instrumentais de forma crítica e interpretativa. Para Debord (1997, p. 15) “o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante [...] é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente”. É, sobretudo, a dominação de uma *razão funcional instrumental* (técnica), isto é, uma realidade da sociedade vestida na imagem e nos meios de produção.

Por conseguinte, em decorrência disto os meios de comunicação se intensificaram, veiculando a informação como “produto” de massa. E sobre tal obstáculo, propomos que Habermas se deterá nos seus estudos da ação comunicativa, uma vez que é importante ir além da aporias da “tecnificação”, buscando o autoentendimento, um olhar intersubjetivo (emancipatório) para buscar a compreensão e diálogo na esfera pública.

Assim, situamos que a técnica é um ato instrumental de herança das ciências empírico-analíticas, isto é, de processos lineares atestados pela ciência e racionalizados pela lógica instrumental.

O saber produzido pelo Iluminismo não conduzia à emancipação e sim à técnica e ciência moderna que mantêm com seu objeto uma relação ditatorial. A razão que hoje se manifesta na ciência e na técnica é uma razão instrumental, repressiva. Enquanto o mito original se transformava em Iluminismo, a natureza se convertia em cega objetividade. Horkheimer denuncia o caráter alienado da ciência e técnica positivista, cujo substrato comum é a razão instrumental (FREITAG, 2004, p. 35).

³² Na sociedade do espetáculo, as relações sociais se dão simultaneamente por meio da produção e do consumo de mercadorias e da produção e do consumo de imagens. O que distingue o modo de produção capitalista de outras formas de vida social é a tendência para a mercantilização de todas as relações sociais, o que define o período histórico a partir do qual a sociedade capitalista transformou-se na sociedade do espetáculo é a mudança quantitativa e qualitativa no processo de produção e consumo de imagens. (COELHO, 2014, p.6).

Desta forma, contextualizamos que a cópula da razão instrumental (técnica) se sucedeu na biblioteconomia devido à ênfase que se deu nos processos normativos de descrição e representação das fontes informacionais.

A exemplo a catalogação, que versa sobre o:

[...] processo de descrição dos elementos informativos que permitem identificar um documento, e de indicação dos pontos de acesso que remetam a estes elementos. Os pontos de acesso devem ser controlados de modo a evitar ambiguidade ou dúvida na informação (OKADA; ORTEGA, 2009, p. 20).

De tal modo, apresentamos que a mediação da informação é entorpecida pelo aparato da representação e descrição da informação, uma vez que ela torna o bibliotecário preso a esses sistemas sem promover um diálogo emancipatório. Isto posto, contextualizamos que na “sociedade do espetáculo” as relações de produção procedem da racionalização instrumental, uma vez que no contexto filosófico a ciência foi entorpecida pelo viés positivista (ideologia da técnica). O “Iluminismo, privilegiou o desdobramento da razão instrumental em detrimento da razão emancipatória, que ficou reprimida e atrofiada” (FREITAG, 2004, p. 48-49).

Sendo assim, Habermas (1998) reforça que o modelo atual é regido por premissas da racionalidade instrumentalizada das ciências empírico-analíticas. Deste modo, a sociedade versa sob um regime de “tecnificação do conhecimento”³³. Nesta lógica Habermas (1998) propõe compreender os processos de racionalização do pensamento, uma vez que a modernidade segue “processos acumulativos”, o qual o autor considera como uma “diversidade de processos”.

Porquanto, em Habermas a modernidade é representada por:

[...] um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc (HABERMAS, 1998, p.5).

³³ Uma tentativa crítica reconceituada enxerga a racionalidade instrumental/da tecnologia como um dos aspectos mais opressivos da sociedade contemporânea. Essa forma de “hiper-razão” envolve uma obsessão com os meios e não com os fins. Os teóricos críticos alegam que a racionalidade instrumental/técnica está mais interessada no método e na eficiência do que na finalidade, delimitando suas dúvidas a “de que forma”, e não a “por que deveria”. Em um contexto de pesquisa, os teóricos críticos alegam que muitos estudiosos racionalistas ficam tão obcecados com questões envolvendo a técnica, o procedimento e o método correto que esquecem da finalidade humanista do ato da pesquisa. A racionalidade instrumental/técnica geralmente separa o fato do valor em sua obsessão pelo método “apropriado”, perdendo, no processo, uma compreensão das escolhas de valor sempre envolvidas na produção dos assim chamados fatos (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 284-285).

Logo, a modernidade em Habermas (1998) é característica de estrutura social automatizada procedente pela racionalidade instrumental (técnica), uma vez que para o autor o processo é o desenvolvimento das forças de produções e seus substratos tecnológicos, já que assim o conhecimento se tornou um fator de produção e, sobretudo, de medida para utilidade de fins.

Assim, em Habermas o paradigma social e cultural só pode ser consolidado a partir de uma ação emancipatória que busca um agir comunicativamente através de mecanismos democráticos onde aconteça a intersubjetividade dos sujeitos.

Para Habermas (1990b, p. 135):

A interpretação intersubjetivista parte da idéia que F realiza uma ação de fala bem-sucedida quando chega a se entender com o destinatário sobre algo no mundo. Com isso, a descrição intencionalista é substituída, não somente através de uma conceitualização mais complexa (e por conseguinte mais imprecisa), mas também por uma *outra* conceitualização. Através de um proferimento 'x', F propicia ao seu destinatário a possibilidade de tomar posição em termos de 'sim' ou de 'não' com relação àquilo sobre o qual ele gostaria de chegar a um consenso com ele.

Desta forma, na ação crítica em Habermas a emancipação é imprescindível, uma vez que a mediação entre os sujeitos acontecerá da perspectiva das ações estabelecidas entre as relações desses na busca para recriar significados emancipatórios, que devem desvincular da “tecnificação” e das aporias do regime da razão instrumental³⁴.

Assim, no contexto da Biblioteconomia a informação sempre foi concebida da necessidade de transmiti-la a partir do recurso pragmático, ou seja, o armazenamento da informação que assim entorpece o sujeito dentro da estrutura coercitiva, sobretudo, na criação de leis gerais como o processo de catalogação e classificação.

Desta maneira, para um melhor entendimento sobre a informação como ação emancipatória contextualizamos que através do conhecimento hermenêutico poderemos aprofundar a relação de diálogo mútuo, onde a informação seja promulgada de forma efetiva e democrática e esteja diretamente ligada aos aspectos de compreender o conhecimento, usando a racionalidade em diferentes contextos, como um fundamento crítico que possibilitaria outras formas de pensar e questionar a compreensão social.

³⁴A postura dos atores, agentes ou funcionários (arquivistas, bibliotecários e documentalistas) modelou decisivamente a mediação das respectivas estruturas no espaço social, reproduzindo dentro delas e projectando através delas o paradigma custodial, patrimonialista e historicista originário, em que foram sendo formatados no século XIX, e no componente tecnicista, da viragem para novecentos, que implicou alterações nos dois tipos de mediação em jogo (SILVA, A., 2010, p. 18).

Igualmente, contextualizamos que a informação é um fenômeno, uma ação emancipatória no meio social que deve proceder a partir de uma razão “que não se impõe meramente enquanto poder absoluto da subjectividade a um outro. Mas que, ao mesmo tempo, não tem a sua subsistência e o seu movimento em nada mais que tão-somente contrariar todas as absolutizações” (HABERMAS, 1998, p. 42).

A racionalidade orientada para um fim aponta para as condições necessárias a uma intervenção, eficiente do ponto de vista causal, no mundo dos estados de coisas existentes; ao passo que a racionalidade dos processos de entendimento mede-se pelo conjunto de condições de validade exigidas para atos de fala, por pretensões de validade, que se manifestam através de atos de fala, e por razões para o resgate discursivo dessas pretensões (HABERMAS, 1990b, p. 70).

Sendo assim, a razão instrumental tende a dificultar a emancipação mediada, uma vez que na biblioteconomia se tornou engessada devido ao pragmatismo normativo promovido pelo interesse da técnica. Desta forma, se torna entorpecida sua ação, uma vez que suas técnicas são presas e classificadas por sistemas, sem pensar na sua relação intersubjetiva, tornando o modelo de mediação objetivado por vias mecânicas.

Doravante, a biblioteconomia como campo de conhecimento tem a necessidade de buscar seu universo transcendental por meio de discussões. Assim, organizar e representar informações contidas em documentos são indícios tradicionais arraigados em seu núcleo e não possibilitam um olhar mais apurado e crítico das técnicas usadas, o que nos posiciona, averiguar também como procede a mediação pela técnica instrumentalizada, partindo para uma teoria que não condicione suas ações, uma vez que foi marcada pelo funcionalismo pragmático do processo historicista.

Na modernidade a técnica se tornou o sentido/ideologia, uma vez que a “tecnificação” seria uma nova maneira de categorizar as relações sociais. Desta forma, observamos que modernidade se subsiste pela ideologia da técnica. Assim, na “sociedade do espetáculo” a cultura por assim viria elucidar a inclusão do homem com a técnica, uma vez que acontece o inestimado “espetáculo” da vida do homem, a sua individualidade presa na imagem, por assim convertida por meio de recursos performáticos e aplaudida pela instrumentalidade tecnológica.

Porquanto, na visão de Habermas (1990b) a cultura passa pela ação comunicativa, uma vez que a sociedade compõe ordens legítimas onde regulam a comunicação nos grupos sociais que garantem a sentença da solidariedade. Desta forma, para o autor “cultura é o armazém de saber, do qual os participantes da comunicação extraem interpretações no momento em que se entendem mutuamente sobre algo” (HABERMAS, 1990b, p. 96).

Assim sendo, por meio da ação comunicativa podemos ressignificar as fronteiras instrumentais da mediação no contexto da biblioteconomia. Neste sentido, descrevemos que a biblioteconomia é acometida por vários paradigmas e fundamentos que se voltam para o saber-fazer³⁵. No atual contexto social o campo organizacional é permeado por discussões de formalidade como parte do processo de institucionalização. Isto se transcorre devido a relação entre as organizações e seus ambientes marcados, ambos por níveis elevados de autonomia em relação a formatação de atividades.

No contexto biblioteconômico, por exemplo, as bibliotecas se dissolvem como organizações de cunho social, sendo prestadoras de serviços de informação, que fomentam a pesquisa e o ensino com numerosos acervos de documentos, além de tratarem por meio de técnicas como a catalogação, indexação e classificação para tornar a informação disponível aos usuários.

Deste modo, no contexto da biblioteconomia e da CI:

O paradigma pós-custodial, informacional e científico implica, também, uma mudança de postura epistemológica fundamental: da ênfase nas abordagens instrumentais, práticas, normativas e prevalentemente descritivas dos documentos-artefactos tem de se passar para a compreensão e a explicação do fenómeno informacional patente num conjunto sequencial de etapas/momentos intrínsecos à capacidade simbólico-relacional dos seres humanos - origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação (SILVA, A., 2010, p. 13).

No contexto mais específico analisamos a mediação como ação emancipatória e o agir comunicativo através da teoria crítica em Habermas. Porquanto, a ação comunicativa na biblioteconomia vai além dos meios de comunicação, além das práticas, sendo responsável por transcender os padrões de ajustamento que operam como recursos e práticas que visam dissolver os conflitos de normas.

Destarte, uma das principais dificuldades no âmbito biblioteconômico é o fato da técnica não ter uma relação com a compreensão e tornar seu sentido, isto é, uma dialética que leve a um estado emancipatório onde os agentes possam proceder a informação de maneira democrática e coletiva. Desta forma, a biblioteca enquanto instituição deve cumprir “um papel positivo na construção do conhecimento, já que possibilita as mediações necessárias para que os atores e fenômenos conservem sua “substância” (um conjunto de características reconhecíveis) duradoura e sustentável” (ALMEIDA, 2009, p. 12).

³⁵[...] os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isso é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer, e saber-ser [...]. Esse enfoque considera que o profissional, sua prática e seus saberes não são entidades separadas, mas "copertencem" a uma situação de trabalho na qual "coevoluem" e se transformam [...] (TARDIF, 2010, p. 255-257).

Na modernidade constatamos que a atuação profissional na biblioteconomia se encontra nas bibliotecas e centros de informação e documentação. Assim sendo, contextualizamos que a racionalidade instrumental (técnica) se centra em regras e normas que entorpecem o diálogo entre os atores de uma ação.

Sendo assim, apresentamos que através da ação crítica de Habermas no contexto dos espaços onde se media a informação como nas bibliotecas, devem proporcionar diálogos comunicativos, uma vez que nesse viés a mediação entre os atores podem ser recriadas por meio de novos espaços de diálogo e que podem constituir um caráter mais cultural entre bibliotecário e usuários, ressignificando as fronteiras instrumentais da mediação.

Segundo Almeida Junior (2009) a informação é o elemento de estudo da biblioteconomia e da CI, uma vez que ela abarca não só o serviço de referência, mas todo fazer do profissional da informação. Desta forma, o autor destaca que na sociedade atual a mediação tem sido entorpecida pelos laços de poder, uma vez que a democratização da informação não é somente condicionada por aparatos tecnológicos, mas tornou-se a “ilusão da sociedade”, uma vez que a informação se tornou o capital, que conforme Debord (1997) é a projeção dos meios de produção, um processo de um adereço decorativo.

A mediação tornou-se objeto condicionado que passou a ser estudado pela Biblioteconomia e a CI, uma vez que a mediação da informação abarca “todo o fazer do profissional da informação – desde o armazenamento até a disseminação – tal mediação passa a se constituir não como coadjuvante no âmbito da CI, mas interferindo em seu próprio objeto (ALMEIDA JUNIOR, 2009).

Contextualizamos a biblioteca, enquanto exemplo é condicionada pelos atos normativos advindas das técnicas de gestão informacional³⁶. Na Biblioteca, por exemplo, sua gerência é basicamente estratégica, uma vez que seus processos implicam da razão instrumentalizada da técnica por meio do controle de normas, coleta de dados quantitativos, planos de ação, etc.

Porquanto, a racionalidade estratégica segue “a constelação do agir e do falar modifica-se. Aqui as forças ilocucionárias de ligação enfraquecem; a linguagem encolhe-se, transfonando-se num simples meio de informação” (HABERMAS, 1990b, p. 76). E, deste modo, é norteadada para o êxito, sendo uma ação condicionada pela racionalidade instrumental. Pelo viés do agir comunicativo bibliotecário - usuário assume o comprometimento por via de diálogo, ressignificando a racionalidade apoiada por ações.

³⁶ [...] um conjunto de estratégias que visa identificar as necessidades informacionais, mapear os fluxos formais de informação nos diferentes ambientes da organização, assim como sua coleta, filtragem, análise, organização, armazenagem e disseminação, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão no ambiente corporativo (VALENTIM et al, 2008, p. 187).

De tal modo, em Habermas:

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente (HABERMAS, 1990b, p. 74).

Assim, explicamos que o agir comunicativo é uma ação precursora de um ato emancipatório, uma vez que em biblioteca a ação da técnica deve buscar compreensão hermenêutica entre os agentes para mediar as informações, de forma que possa ser considerado um diálogo cooperativo em busca da coletividade.

Desta forma,

Por via da auto-reflexão, o sujeito torna-se consciente dos pressupostos inconscientes de suas ações efetuadas até então, sobre o conhecimento da sua realidade (*intentio recta*). Assim, a consciência hermenêutica é resultado de uma auto-reflexão que o sujeito falante torna-se consciente de suas liberdades peculiares e dependências para a linguagem. Por este meio dissolvem-se tanto os aspectos subjetivos quanto objetivos, em que a consciência cotidiana é presa. A auto-reflexão esclarece experiências que o sujeito falante faz, usando a sua competência comunicativa, mas não explica este evento (HABERMAS, 1990a, 281-282, tradução nossa).

Na ação de mediar o bibliotecário estará refletido na ação comunicativa com os usuários, por meio da autorreflexão emancipatória, uma vez que se tornam conscientes do conhecimento sobre sua realidade. Segundo Habermas (1990) a autorreflexão segue o entendimento intersubjetivo dos atores, uma vez que é permeada de ações que possibilitam a compreensão no espaço emancipatório. Desta forma, a relação da informação entre os atores conflui de forma emancipatória, considerando as ações de mediação e os fins do entendimento que por final é a compreensão dos atores e o reconhecimento do diálogo.

Desta forma, a ação crítica de Habermas permeia a racionalidade instrumental, uma vez que na biblioteconomia a técnica se reduz aos atos instrumentais diante de um contexto produtivo, isto é, com o avanço da tecnologia a ideologia da técnica foi ainda mais incrementada nos atos biblioteconômicos. A ideologia da técnica é permeada por condicionamentos institucionais, culturais e econômicos existentes em vários contextos sócio-nacionais e que definem o modo de ser e de ver e, portanto, acarreta códigos procedimentares (SOUSA, 2007).

Porquanto, na atuação dos profissionais da informação, a ideologia da técnica entorpece o diálogo, aprisionando a ações dos atores bibliotecário - usuário. “Essas grandiosas unilateralizações, que constituem a rubrica da modernidade, não carecem de fundação e justificação; mas geram problemas da mediação” (HABERMAS, 1989, p. 32).

Destarte,

Os problemas de mediação colocam-se inicialmente no interior da esfera da ciência, da moral e da arte. É aqui que surgem movimentos de reação. Assim, as abordagens não-objetivistas no quadro das ciências humanas fazem valer, sem pôr em perigo o primado das questões de verdade, também pontos de vista da crítica moral e da crítica estética. Assim também a discussão sobre a ética da responsabilidade e da convicção e a consideração mais intensa de motivos utilitaristas no quadro de éticas universalistas põem em jogo pontos de vista do cálculo de conseqüências e da interpretação de necessidades, que pertencem ao domínio do cognitivo e do expressivo (HABERMAS, 1989, p. 32-33).

Assim, propomos que na “Sociedade do Espetáculo” as ações culturais das bibliotecas e centros de informação devem ressignificar as suas ações instrumentais através da ação comunicativa. Os atores bibliotecário - usuário devem proceder um diálogo intersubjetivo que possam construir diálogos recíprocos, uma vez que a biblioteca enquanto um espaço cultural e social precisa tornar-se um instrumento de legitimação e de democracia.

E, desta forma, deve mostrar sua Cultura intersubjetiva (intersomática social)³⁷, mostrando ações coletivas emancipatórias no contexto da biblioteca que desconstruam a “tecnificação” cultural que procedeu pelo regime das regras sobre as bibliotecas e ações dos bibliotecários presos a sistemas e normativas.

Do mesmo modo, expomos que ações coletivas emancipatórias devem abarcar a intersubjetividade dos agentes e o meio, neste sentido bibliotecário - usuário e o ambiente (biblioteca), uma vez que a mediação se tributaria da compreensão hermenêutica dos atores, compreendendo a informação e, desta forma, a hermenêutica vai além das aporias instrumentais e seus correlatos semântico-referenciais, seja nas práticas cotidianas ou especializadas da biblioteconomia que deixam os atores presos ao sistema.

Portanto, o processo de mediação e informação deve acontecer na emancipação e não na tecnicidade dos regimes instrumentais, para que ela possa conduzir uma experiência emancipatória, lembrando que a mediação é um fenômeno de uma ação emancipatória que conduz aos atores se libertarem da sua objetividade e transgredir o sistema.

3.1 “Mediar e parear” a Ação Comunicativa da Informação

Em vez da natureza explorada, podemos buscar a natureza fraternal. Na esfera de uma intersubjetividade ainda incompleta podemos presumir subjectividade nos animais, nas plantas e até nas pedras, e comunicar com a natureza, em vez de nos limitarmos a trabalhá-la com rotura da comunicação.

(Jürgen Habermas)

³⁷ Chamada de cultura social evoca a relação de instituições, costumes, cerimônias, que constituem o comportamento dos indivíduos como membros de um grupo social (SIERRA, 2001).

Para delinear este tópico descrevemos uma forma construtiva e reflexiva da teoria da ação comunicativa de Habermas, enfocando a relação da comunicação, dos processos e fluxos de informação que sobrevêm no ambiente da biblioteca. Desta forma, apresentamos que na tencionada modernidade as relações de comunicação são constituídas de maneira linear, uma estrutura informacional hierárquica de transmissão de mensagens que tem por provimento “medir cientificamente a informação” e abarcar a racionalidade instrumental (técnica) que se acerta por meio das tecnologias de informação.

Assim sendo, a modernidade emana da instrumentalidade das relações de produção, atividades econômicas e regras que entorpecem a ação cultural. Desta forma, essas relações de racionalidade versam,

[...] a forma da atividade econômica capitalista, do tráfego social regido pelo direito privado burguês e da dominação burocrática. [...] a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional. A isso corresponde a industrialização do trabalho social com a consequência de critérios da ação instrumental penetram, também noutros âmbitos da vida (urbanização das formas de existência, tecnificação do tráfego e comunicação).³⁸

Deveras, a sociedade e seus mecanismos tecnológicos tem se energizado pela ideologia da técnica através da cultura capitalista, além de se equivaler da relação do poder e da mediação dos meios de comunicação, das quais estão presentes na esfera pública burguesa. Para Marcondes Filho (2004, p. 8) “[...] a sociedade da comunicação é uma sociedade em que a comunicação real vai ficando cada vez mais rara, remota, difícil e vive-se na ilusão da comunicação, na encenação de uma comunicação que, de fato, jamais se realiza em sua plenitude”.

Deste modo, Habermas (1999b) explicita a abordagem do agir comunicativo como uma teoria de racionalidade comunicativa que se move para além da razão funcional instrumental. Porquanto, para o autor na modernidade a racionalidade é moldada pela pragmática normativa, uma vez que as relações de comunicação ficam a par de aspectos estruturais e funcionais.

Desta maneira, a pragmática normativa³⁹ é postulada pela racionalidade funcional instrumental e, por conseguinte, as relações de comunicação neste contexto são presas a estruturas normológicas e representadas por fluxos de informação, da qual o sujeito assimila o

³⁸ HABERMAS, 2009, loc. cit.

³⁹ Um sistema de regras gerais e abstratas que estabelecem uma mediação entre o intercâmbio econômico (racional nos termos do fim), para fins analíticos-normativo que servem de hipótese e nutrida de conteúdo empírico. E do mesmo modo para fins de exercício burocrático do poder representado pela “institucionalização” do Estado (HABERMAS, 1990a).

conhecimento. Shannon e Weaver descreveram o processo de comunicação como codificação e decodificação de mensagens, porquanto, essa relação de comunicação isola o sujeito de um diálogo deixando-o sobre o aspecto de manipulação.

Para Habermas (1989) as relações de comunicação versam por meio da intersubjetividade dos atores, uma vez que validam seus argumentos, a fim de compreenderem suas ações. Uma vez que, “nesta medida, o mundo da vida é um conceito oposto às idealizações que formam o campo de objetos das ciências naturais. Contra as idealizações do medir, da suposição de causalidade e da matematização e contra uma tendência à tecnicização [...]” (HABERMAS, 1990b, p.88).

No lugar do sujeito solitário, que se volta para objetos e que, na reflexão, se toma a si mesmo por objeto, entra não somente a idéia de um conhecimento lingüísticamente mediatizado e relacionado com o agir, mas também o nexa da prática e da comunicação quotidianas, no qual estão inseridas as operações cognitivas que têm desde a origem um caráter intersubjetivo e ao mesmo tempo cooperativo (HABERMAS, 1989, p. 25).

Em Habermas (1987, p. 191) essa relação emerge por “uma interpretação que não pode atingir e perpassar um objeto senão na proporção em que o intérprete reflete o objeto e, ao mesmo tempo, a si mesmo, como momento de um conjunto objetivo”. Desta forma, consideramos que a ideologia da técnica entorpece o conhecimento objetivo entre os atores, uma vez que evita a emancipação das relações de comunicação entre esses isolando-os de um diálogo cooperativo.

Para Capurro e Hjørland (2007, p. 159):

A informação, de acordo com a visão global moderna mais geral, mudou de um cosmos ordenado divinamente para um sistema governado pelo movimento de corpúsculos. Sob a tutela do empirismo, a informação gradualmente moveu-se da estrutura para a essência, da forma para a substância, da ordem intelectual para os impulsos sensoriais.

Segundo Habermas (1990b) essa relação de comunicação está presa ao paradigma da consciência, na qual é centrada no sujeito e objeto, fundamentada no conjunto instrumental das ciências empíricas que controlam tecnicamente os processos objetivados da sociedade moderna como pensamento dominante. Porquanto, consideramos a mediação nesta perspectiva constitui um fluxo de informações na qual está sob a tutela do empirismo, ou seja, da racionalidade instrumental que se coloca entre os paradigmas da consciência e do entendimento comunicativo.

Assim sendo, o conhecimento pervade a instrumentalidade da técnica, pois, no contexto da CI tornou-se entorpecido o conhecimento científico, já que é condicionado às estruturas de

regras gerais e sistemas programados. Apresentamos que por meio da ação comunicativa a comunicação e os influxos de informação podem ser ressignificados em seus fundamentos.

Deste modo, se desconstrói a visão de que a informação é provida pela lógica instrumental racionalista e que é aparelhada por processos empíricos ancorados em procedimentos normativos e regimentares.

Segundo Barreto (2002, p. 73):

O conhecimento, destino da informação, é organizado em estruturas mentais por meio das quais um sujeito *assimila* a "coisa" informação. Conhecer é um ato de interpretação individual, uma apropriação do objeto informação pelas estruturas mentais de cada sujeito. Acredita-se que estruturas mentais não são pré-formatadas, com intuito de serem programadas nos genes. As estruturas mentais são construídas pelo sujeito sensível, que percebe o meio.

O conhecimento não é somente um processo de assimilação de informações em estruturas mentais onde os sujeitos absorvem a informação “coisificada”, a informação e o conhecimento, tornando-a presa a um sistema lógico permeado pela racionalidade dos sujeitos.

Em Habermas o conhecimento parte da ação comunicativa⁴⁰, orientado pelas pretensões de validade estabelecidas pelas ações da discursividade intersubjetiva dos atores. Para o autor, o mais importante é a forma como os agentes interagem com seus conhecimentos, seja por ações de diálogo cooperativo e a forma como os atores agem em empregam o conhecimento de forma coletiva e não simplesmente sendo parte de uma apropriação individual do saber.

Desta forma, Habermas destaca que:

A racionalidade orientada para um fim aponta para as condições necessárias a uma intervenção, eficiente do ponto de vista causal, no mundo dos estados de coisas existentes; ao passo que a racionalidade dos processos de entendimento mede-se pelo conjunto de condições de validade exigidas para atos de fala, por pretensões de validade, que se manifestam através de atos de fala, e por razões para o resgate discursivo dessas pretensões. O formato das condições requeridas para a racionalidade de ações de fala bem-sucedidas não é o mesmo das condições para o sucesso da racionalidade da atividade que visa fins (HABERMAS, 1990b, p.70).

Neste contexto, a representação e assimilação da informação são conjunções da razão instrumental (técnica) dirimida, uma vez que a informação neste sentido é “coisificada” com aparatos e suportes tecnológicos que, sobretudo, condicionam seu sinal de mensagem sobre estruturas normativas. Desta forma, apresentamos que a comunicação e a transmissão de

⁴⁰ “[...] os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo” (HABERMAS, 1990b, p. 72).

mensagens são condensadas no emissor-receptor. Conforme Capurro e Hjørland (2007, p. 148), “a informação, à primeira vista é algo que influi o emissor e um receptor”.

Portanto, processo de comunicação neste contexto é pragmático, uma vez que não manifesta a compreensão nas relações de diálogo entre os atores. Destarte, o paradigma atual de comunicação do conhecimento não tem auxiliado, de forma eficaz, as necessidades individuais e coletivas da sociedade, porquanto, demonstra restrições nos pressupostos que norteiam a difusão do conhecimento (LEITE, 1996).

As relações da comunicação atualmente partem de uma perspectiva tomada pelos meios de produção, um regime desigual de acesso que se desencadeia por meio das instâncias de poder. A construção cultural da sociedade está arraigada por construtos desiguais de poder das forças produtivas. Habermas (2009) reporta que a comunicação é restringida por pressões que culminam o meio de produção e que outrora essa relação de poder na modernidade passa a ser institucionalizada.

Deste modo, consideramos que atualmente na modernidade,

A informação passou de posse de alguns poucos para um bem desejável e adquirível por qualquer pessoa como alavanca social e pela sociedade como condição fundamental para o seu próprio desenvolvimento. A posse do conhecimento por um indivíduo pode definir a sua colocação na escala social. A informação passou a ter um valor e um preço. As nações, por questões estratégicas de crescimento, desenvolveram políticas de informação, criando condições para armazená-la de forma organizada e com segurança, bem como fazer chegar o conhecimento necessário aos que dela necessitam para desenvolver pesquisas e produzir novas informações (MILANESI, 2002a, p. 53)

Atentamos as relações de poder nas organizações que objetivamente tornaram-se institucionalizadas e balizadas pelo regime tecnocrata. O processo da técnica adentrou a esfera pública das organizações, principalmente no contexto das bibliotecas.

O agir tornou-se dominação das normas por meio da técnica, ou seja, um abastecimento de metodologias que passaram a produzir um conhecimento reduzido na ciência e tecnologia – a comunicação científica. Para Habermas (2009, p. 96) “a massa do saber técnico já não se reduz às técnicas pragmaticamente aprendidas dos ofícios clássicos. Assumiu a forma de informações científicas que podem transformar-se em tecnologias”.

O modelo comunicacional restrito à emancipação social circula nas organizações por meio da transferência de informação. Isto é, atualmente a dominação das normas transcendeu para as tecnologias que são balizadas na esfera cultural.

Hoje, a dominação eterniza-se e amplia-se não só mediante a tecnologia, mas como tecnologia; e esta proporciona a grande legitimação ao poder político expansivo, que

assume em si todas as esferas da cultura. Neste universo, a tecnologia proporciona igualmente a grande racionalização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade 'técnica' de ser autônomo, de determinar pessoalmente a sua vida (HABERMAS, 2009, p. 49).

Conforme já foi constatado, a comunicação deixou certas fissuras, principalmente em se obter a informação, uma vez que esse fator é desigual, pois impossibilita a participação efetiva dos agentes.

Neste sentido,

A noção de mediação parece, portanto, designar, neste caso, as operações – assim como os seus efeitos – de tecnicização do processo de comunicação (mediação técnica) e, ao mesmo tempo, da intervenção da dimensão subjectiva nas práticas de comunicação (mediação social) (DAVALON, 2003, p. 9).

A Teoria Matemática da Comunicação (TMC) está, sobretudo, correlacionada com a noção da mediação e dos efeitos da “tecnificação” dos laços comunicacionais, uma vez que se apresenta um modelo objetivo no sentido numérico, isto é, um processo de moderação para reduzir as incertezas de troca de mensagens. Segundo Habermas (2009, p. 31) esses processos:

[...] formam sob as condições da comunicação linguística, mas nada têm em comum com as regras comunicativas da interação. Nos imperativos condicionados, a que se segue a ação instrumental e que, por seu lado, resultam do domínio experiencial da ação instrumental, só entra a causalidade da natureza, e não a causalidade do destino.

De fato, a relação comunicacional é instrumentalizada, uma vez que não há deste modo uma interação, uma ação compreensiva por parte do sistema, porquanto se mantém condicionada às próprias experiências empíricas. Neste sentido, observamos que este modo de comunicar é totalmente parte de uma razão absoluta e presa a regimes que acoplam a informação dentro de vários contextos, assim, destacando as organizações e, deste modo, as bibliotecas.

Desta forma, situamos que a mediação pode ser ressignificada. Ao observar o contorno da mediação constituímos o lado de emancipar a direção das ações para uma nova abordagem social, em que mostra não mais a comunicação por vias de mensagens prováveis (ponto a ponto), mas sim de atividades consolidadas na ação comunicativa Habermasiana a partir da compreensão hermenêutica.

Porquanto, podemos pensar a comunicação de modo efetivo. Habermas (2009) nos oferece indícios para saída desse regime. Segundo o autor a “racionalização ao nível do marco institucional só pode levar-se a cabo no meio da interação linguisticamente mediada, a saber, pela destruição das restrições da comunicação” (HABERMAS, 2009, p.88).

Consideramos repensar o modelo instrumental das técnicas na biblioteconomia e em seu contexto de mediação, concebendo um reformismo necessário para revisitar o paradigma da

comunicação que foi instrumentalizada, a fim de que, neste sentido, sejam efetivadas as ações emancipatórias, de modo a restituir seus significados que foram dirimidos por meio da razão comunicativa.

Sendo assim, comunicar é se culturalizar e, neste contexto, ressaltamos a diversidade das coisas, de modo a pensar na coletividade da informação constituindo uma colcha de retalhos tecida sobre um emblema social. Assim, “a cultura como um tecido, é formada pelos fios da informação que a coletividade tece” (MILANESI, 2002a, p. 103).

Desta forma, o contexto das bibliotecas é pareado pelo limite das tradições, por manterem-se fincados em um agir racionalizado pela técnica, uma vez que seu provimento social atualmente se mantém por via da dominação e das normas das forças produtivas informacionais que pervade a modernidade.

Habermas (2009, p. 62) reporta que:

As sociedades «tradicionalistas» só existem enquanto a evolução dos subsistemas da acção racional dirigida a fins se mantém (dentro dos limites da eficácia legitimadora das tradições culturais). Isto origina uma «superioridade» do marco institucional, superioridade que certamente não exclui reestruturações induzidas por um potencial excedente das forças produtivas, mas exclui sim a dissolução crítica da forma tradicional da legitimação. Semelhante inatacabilidade constitui um critério significativo para a demarcação das sociedades tradicionais, relativamente àquelas que atravessaram o limiar da modernização.

A desconstrução do limiar das tradições no âmbito das bibliotecas só é possível por meio das ações críticas, onde podemos desestruturar as tradições de uma razão objetiva, do qual presume sempre na finalidade instrumentalizada pela ideologia da técnica. Visto que, “a sua lógica ajusta-se à gramática de uma comunicação distorcida e à causalidade do destino que exercem os símbolos cindidos e os motivos reprimidos” (HABERMAS, 2009, p. 63). Isto é, condicionada às regras, uma comunicação estabelecida como processo de interferência, está dominada pela consciência da força (ideologia) e dos interesses influentes da ciência.

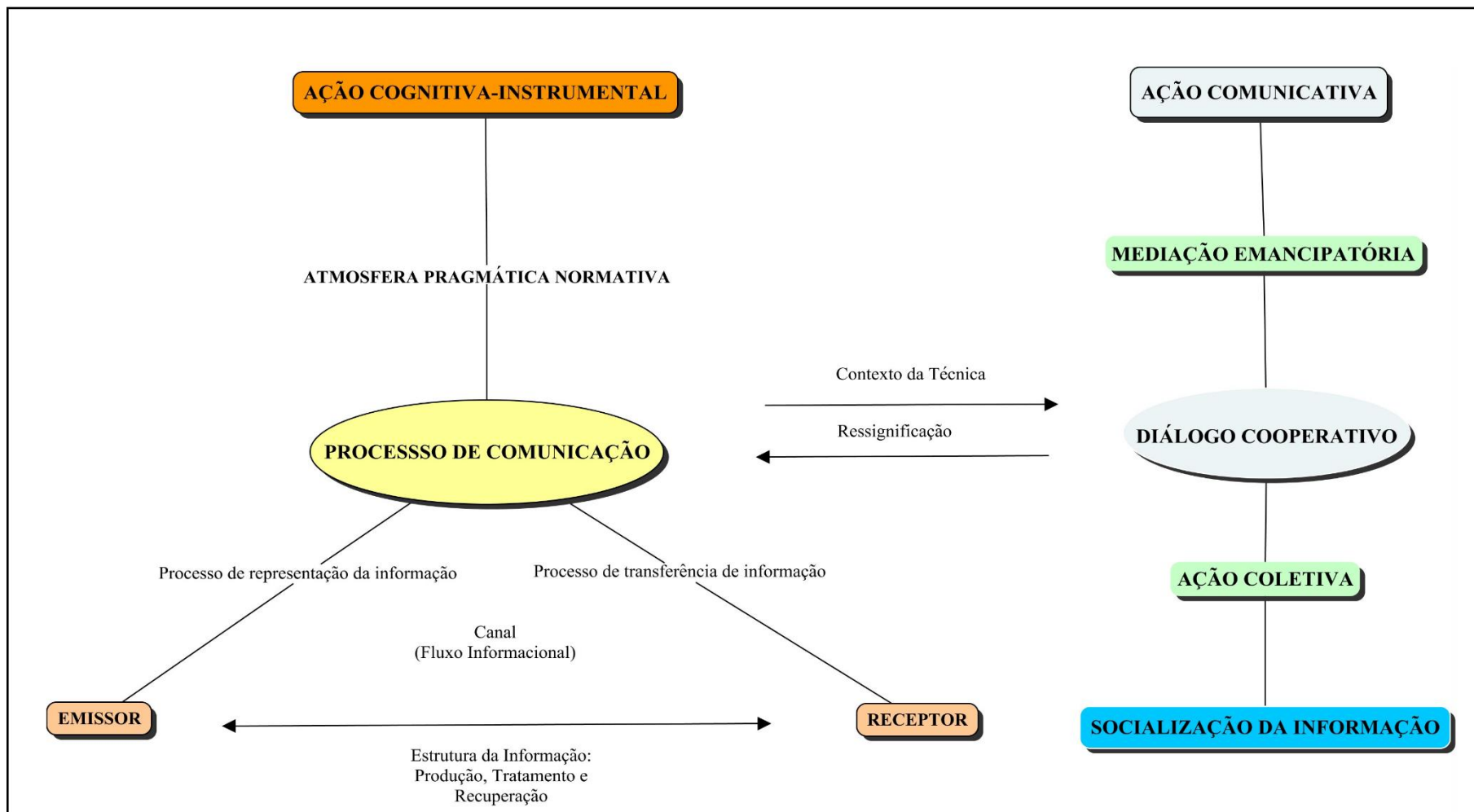
Desta forma, contextualizamos a ação comunicativa, porquanto, por meio da emancipação podemos ressignificar as relações da comunicação, dos processos e fluxos de informação, que sobrevém no ambiente da biblioteca, principalmente no que diz respeito à mediação de informações em contexto informacionais, como os centros de documentação e as bibliotecas.

A esfera pragmática apresenta-se nas as ações comunicacionais na qual deixa os atores presos a as condições das normas. A fim de ressignificar a esfera pragmática de forma crítica e interpretativa, situamos a razão comunicativa em Habermas (1990b), na qual permite a

orientação da validade das normas em que os atores reagem as normas coercitivas, sendo participantes do diálogo assumindo seu discurso livre de coação, agindo comunicativamente as estruturas transcendentais que se desfragmentam e tornam-se uma linguagem da vida, a fim de que todas as ações sejam entendidas.

Deste modo, na figura abaixo fluxo informacional sob a luz da ação comunicativa na **Figura – 5**, de modo a julgar conceitualmente a correlação da racionalidade instrumental (técnica), a ação comunicativa e a ressignificação do sistema comunicacional.

Figura 5 – Ação comunicativa e a resignificação do sistema – (contexto da técnica)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A **figura – 5** reporta um esquema conceitual sobre o fluxo de comunicação, uma vez aparatado pela **ação cognitiva-instrumental** e retalhado pela ação comunicativa. Neste sentido, a ideologia da técnica faz o sistema comunicacional condicionar-se a uma estrutura de **produção, tratamento e recuperação** da informação. A comunicação por via da **representação da informação e transferências da informação** que conforme Leite (1996) traz transtornos no “devir” comunicativo, por trazerem desigualdade e a falta da participação do indivíduo e da coletividade. Equivalem as correntes que projetaram a “dominação” em suas estruturas e alicerces (contexto da técnica), passam através de canais de mensagens entre **emissor e receptor** que são integrados ao sistema.

Por meio da **ação emancipatória** a estrutura recebe a **ressignificação**, porquanto, ação simbolicamente mediada orienta-se por “*normas de vigência obrigatória* que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas pelo menos por dois sujeitos agentes” (HABERMAS, 2009, p.57, grifo nosso).

Precedem o **diálogo cooperativo** em que a comunicação se torna livre da dominação em busca do diálogo reciprocamente constituído da ideia do verdadeiro consenso. Repaginam a estrutura comunicativa, tornando suas **ações coletivas** igualitárias, visando assegurar as mudanças na estrutura dominativa, tendo em vista a ressignificação de um novo modelo mais compreensivo e democrático.

Segundo Oliveira, V. (2006, p. 8):

O modelo proposto até agora permite que se entenda a informação como subjetiva, tácita e exigindo uma socialização para ser desencadeada. Não é uma questão de terminologia, ou seja, de acabar com uma possível confusão entre dado e informação, mas de entender que é necessário aprofundar os estudos do processo de socialização da informação

Para Braga e Christovão (1996) a relação de socialização da informação está sendo emergente no contexto da CI, uma vez que enfatiza o papel social da informação de solidariedade e cooperatividade, levando contexturas que diminuam tenacidade contextual das técnicas (transferência da informação) e envolvam a participação efetiva dos agentes.

Isto é, a **socialização da informação** integra a igualdade, sobretudo, a intersubjetividade dos atores, desfazendo a **atmosfera pragmática**, a fim de que os atores possam agir comunicativamente dispondo-se de sua validade e possam refazer as fronteiras instrumentais.

Por fim, é necessário, neste contexto, principalmente das bibliotecas, que a comunicação feita seja “mais do que apenas disponibilizar informação. E mesmo o seu fluxo, para que ocorra,

para que se estabeleça uma via de mão dupla, precisa também de uma construção comum de um novo referencial”, um **agir comunicativo** (OLIVEIRA, V., 2006, p. 9, grifo do autor).

3.2 Mediação e Democratização da Informação: retalhando o acesso

“Não há democracia efetiva sem um verdadeiro poder crítico”

(Pierre Bourdieu)

Nesta abordagem buscamos a ação crítica de Habermas no contexto da mediação e da socialização da informação, uma vez que mediar é recriar significados emancipatórios através de ações coletivas, as quais adentram a esfera pública e suas dimensões, reformando as ações que coadunam no regime das normas, a fim de ressignificar as fronteiras instrumentais que são balizadas nos espaços das organizações, principalmente no contexto das bibliotecas.

A partir de uma ação coletiva podemos buscar a informação de modo emancipatório, sem procedimentos regimentares e normativos, garantindo melhor participação social dos sujeitos. Para Habermas (1993) a emancipação⁴¹ segue um dos princípios fundamentais dos direitos dos seres humanos, uma vez que acompanha os processos, autoentendimento se entrecruzam estabelecendo uma nova compreensão.

A idéia (sic) de uma sociedade justa implica a promessa de emancipação e de dignidade humana. Pois o aspecto distributivo da igualdade de *status* e de tratamento, garantido pelo direito, *resulta* do sentido universalista do direito, que deve garantir a liberdade e a integridade de cada um. Por isso, na sua respectiva comunidade jurídica, *ninguém é livre* enquanto a sua liberdade implicar a opressão do outro (HABERMAS, 1997b, p. 159).

Desta forma, consideramos a singularidade dos indivíduos como ato de liberdade apoiada na dignidade e na conscientização de ideias emancipatórios, invalidando as normas que percorrem o estado da esfera pública, assegurando uma maior autonomia aos sujeitos. Logo, a esfera pública social deve inquirir ações políticas que possam legitimar seus direitos à informação.

A informação é um direito fundamental do Estado democrático e medida de controle popular deste. O direito à informação possibilita aos cidadãos o acesso às informações coletadas, produzidas e armazenadas pelos diversos órgãos estatais, protegendo-os de intromissões indevidas e atos arbitrários por parte dos governos (BARRROS, 2008, p.145).

⁴¹ “A **emancipação** tem a ver com a libertação em relação à parcialidade que, pelo fato de não resultarem da causalidade da natureza ou das limitações do próprio entendimento, derivam, de certa forma, de nossa responsabilidade [...]” (HABERMAS, 1993, p. 99, grifo nosso).

Situamos as esferas organizacionais onde se regula o direito das normas, principalmente os espaços que fomentam o acesso à informação como as bibliotecas. O acesso à informação é um direito atado pelo regime das regras, uma vez que a ideologia da técnica limita os espaços de ação e interpretação dos atores.

Assim, a informação é medida e do mesmo modo a contextura das ações está presa a um processo instrumental que como tal deve ser ressignificado, concedendo uma ação coletiva emancipatória. Para Habermas (1997b) a ação coletiva emancipatória segue o contexto intersubjetivo dos atores, já que o espaço da linguagem não se limita às condições estabelecidas e, portanto, segue a abertura do horizonte das interações e das interpretações possíveis.

Conforme o autor, essa ação ocorre:

A partir do momento em que entendemos a socialização intencional⁴² do modo como foi sugerido, ou seja, mediada através da comunicação, não contamos mais com seres inteligíveis, oniscientes, sem corpo e que agem fora de um contexto; porém com atores ligados a um corpo, socializados em formas de vida concretas, localizados no tempo histórico e no espaço social, envolvidos nas redes do agir comunicativo, os quais, ao interpretar provisoriamente a respectiva situação, têm que alimentar-se das fontes indisponíveis de seu mundo da vida (HABERMAS, 1997b, p. 52-53)

Consideramos a socialização da informação um direito democrático de todos os indivíduos, uma vez que a conjuntura situacional na esfera social deve seguir um contexto coletivo e de validade, onde os indivíduos possam prover ações comunicativas, principalmente nas esferas organizacionais. Assim sendo, propomos que o direito à informação é uma via de emancipação, uma vez que leva a construção de participação social e se liberta da causalidade da natureza e das limitações antidemocráticas.

Na modernidade as ações da esfera pública necessitam ser repensadas, pois são deliberadas pelos subsistemas da ação teleológica e reguladas por modelos de ação instrumental, determinadas e dirigidas pelo marco institucional (HABERMAS, 2009).

Neste contexto, a privação do agir deve ser recriada a fim de atender às necessidades do coletivo, sobretudo, cooperando para a efetividade informacional. Conforme Barros (2008, p. 80) “[...] diz respeito à efetividade do acesso à informação pelo cidadão, Habermas propõe uma forma de ação com a finalidade de resgatar e promover as formas de socialização, demonstrando que os sujeitos são plenamente capazes de agir e buscar um consenso por meio da linguagem comunicativa.

⁴² Segundo Habermas (1997b) uma regulação normativa da convivência, com a qual todos concordam, e a qual garante, inclusive, relações de reconhecimento recíproco.

Destarte, a socialização da informação⁴³ se ressignifica, uma vez que seu suprimento cria um espaço coletivo de emancipação, e, neste sentido, os atores sociais reconhecem seus direitos, orientam seus comportamentos, reagindo às leis e regimes dominantes.

Socializar informação é:

[...] pôr em prática os mecanismos através dos quais sejam produzidos de forma a harmonizar as contradições e as liberdades [...]. Hoje, a informação descendente que chega às pessoas comuns é mal aceita porque aparenta ser uma extensão de um poder, como uma manipulação: será mais e mais necessário que seus destinatários estejam associados à sua elaboração, que os receptores sejam emissores e que as emissões tenham em conta as condições de recepção. Esta participação não será aceitável a não ser que os grupos antagônicos sejam igualmente capazes de produzir, examinar e compartilhar sua própria informação (NORA; MINC, 1978, p. 123, tradução nossa).

Tais questões exemplificam a relação intersubjetiva de atores em socializar a informação, como exemplo, traz as organizações, sobretudo, as bibliotecas e os grandes centros de informação, da mesma forma se colocam em tratar e disponibilizar a informação em variados suportes como livros e periódicos.

Para Habermas (1997b, p. 110):

Os produtores da informação impõem-se na esfera pública através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Ao passo que os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e associações, têm normalmente menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios. Isso vale especialmente para opiniões que extrapolam o leque de opiniões da grande mídia eletrônica, "equilibrada", pouco flexível e limitada centristicamente.

O que se quer averiguar é a redefinição da ideologia da técnica nesses espaços, pois, essas instituições são formidáveis nas relações das leis e normas dominantes, mas essa relação entorpece as relações dos atores inseridos nestes espaços que vão em busca de informação. Como tal, esse espaço, ou seja, a biblioteca, deve ser um fenômeno emancipatório em que os atores agem comunicativamente, ressignificando os processos instrumentais e integrando um espaço coletivo, cooperativo e auto-organizável⁴⁴.

Desta forma, “para que haja a integração de uma sociedade, as ações de atores coletivos e singulares têm que ser coordenadas de tal modo que suas diferentes realizações e contribuições confluem num resultado positivo”. (HABERMAS, 1997b, p. 46). Assim, a

⁴³ Quanto mais a informação obtida for capaz de conectar-se com as necessidades viscerais e conscientes, mais o indivíduo sentirá que a informação é pertinente, significativa ou útil. Assim, a informação será considerada valiosa se satisfizer o estado visceral de inquietude que originou a necessidade de informação (CHOO, 2003, p. 102)

⁴⁴ Segundo Leite, M., (2004, p.49), essa relação traz “a idéia de interação, que une os elementos; a idéia de transformação, que pode organizar ou dispersar os elementos; a idéia de organização, que nasce das interações e transformações”.

legitimação da informação acontece quando há a integração dos atores no sistema, fortalecendo o diálogo, a fim de simplificar as ações práticas para disponibilização do conhecimento.

As organizações se constituem sobre regras explícitas de adesão de seus membros, e o conhecimento e a aceitação (por parte deles) de uma determinada ordem de expectativas de comportamento. As organizações estabelecem condições e requisitos para sua adesão. Ao condicionar a adesão de seus membros, as organizações tentam regular a contingência das ações e comunicações possíveis de desenvolvimento em seu interior, e desta maneira, fixar as fronteiras, em termos de diferenças de complexidade, com seus ambientes. Em consequência, as organizações significam uma limitação das possibilidades da ação através de uma regulação mais ou menos estreita das possibilidades comunicativas disponíveis para os atores sociais que ingressam nelas. É por isto que, como contrapartida a essas limitações, surge o mundo da organização informal, ou seja, espaços internos na organização, onde primam as relações que não são controláveis pelos meios formais. Este ambiente interno das organizações pode inclusive ganhar espaço para se constituir em uma organização dentro da organização.⁴⁵

Porquanto, consideramos nas organizações (biblioteca) o construto instrumental das normas, deve ser ressignificado no o direito à informação, a qual precisa ser socializada na esfera pública, uma vez que “o processo democrático condiciona a criação do direito legítimo a um tratamento presuntivamente racional de problemas, cujo modo de interrogação corresponde aos problemas que sempre foram elaborados de forma quase inconsciente” (HABERMAS, 1997b, p. 47). O aparato funcional instrumental das organizações prima os atores das ações emancipatórias, nas quais implementam as condições das normas, impossibilitando os atores de ingressarem e irem além das fronteiras das diferenças no ambiente organizacional⁴⁶.

Por conseguinte, consideramos que a ação coletiva emancipatória no sistema funcional instrumental acontece da seguinte forma:

Indivíduos autônomos, capazes de aprender e de se adaptarem, cooperam entre si obtendo vantagens adaptativas. Tal comportamento tende a ser selecionado e reproduzido, chegando ao ponto em que estes indivíduos cooperativos se unem formando um agregado que também passa a se comportar como um indivíduo e assim por diante. Diz-se, então, que o sistema resultante se auto-organiza, fazendo emergir um comportamento global cujo desempenho também é avaliado por pressões de seleção presentes no ambiente (externo e interno) (AGOSTINHO, 2003, p. 36).⁴⁷

⁴⁵ LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de et al. Agir comunicativo, colaboração e complexidade nas organizações. **Datagramazero** (Rio de Janeiro), v. 10, 2009.p.6.

⁴⁶ Tais problemas de *coordenação funcional* pressupõem uma orientação cognitiva que leva em conta acontecimentos e estados do mundo objetivo. Os resultados são avaliados segundo medidas da racionalidade técnica e econômica. E as condições do sucesso podem ser descritas, na perspectiva dos atores participantes, como realização de fins coletivos ou ainda, na perspectiva de um observador, como manutenção de um sistema dado, ou, finalmente, como concordância de diferentes sistemas entre si (HABERMAS, 1997b, loc. cit.).

⁴⁷ “O meio do entendimento discursivo é o único mecanismo de auto-organização que se encontra à disposição dessa comunidade” (HABERMAS, 1997b, p.51).

A contextura biblioteconômica tem o papel de transformar o caos em luz, ou seja, dos procedimentos desorganizados de informação para a organização da informação, onde a sociedade possa utilizar com maior facilidade aquilo que ela mesma produz.

Dessa forma, clarificamos a necessidade de esmiuçar indiciariamente as concepções pragmáticas que envolvem a faculdade profissional do bibliotecário, sobretudo, numa tentativa de repensar criticamente as dúvidas instrumentais que sustentam o regime das normas no contexto dos espaços das bibliotecas.

Por sua vez, as bibliotecas como espaços públicos da esfera social precisam se reflexionar além das fronteiras instrumentais, sendo que a ação da técnica prossegue nos processos de organização, recuperação, disseminação da informação como todo o seu desenvolvimento com as tecnologias precisam ser observados, pois entorpece o agir comunicativo entre os agentes.

Habermas (1997b, p. 56) orienta que:

Os fluxos comunicacionais da esfera pública política estão especialmente expostos à pressão seletiva da inércia social; todavia a influência gerada por este caminho só pode transformar-se em poder político quando passar através das comportas do processo democrático e do sistema político em geral, instaurado na forma de Estado de direito.

Assim, descrevemos uma problemática que instaura nos espaços das bibliotecas em que se orientam pelos regimes das normas, pois, o regime comunicacional se atém somente aos fluxos sistemáticos, ou seja, a linguagem é condicionada a uma regra semântica, deixando preso a um sistema burocrático os usuários por vias cognitivista e de processos de representação da informação.

Por conseguinte,

Levanta-se o problema da inserção imperceptível do poder - que se concentra nos sistemas sociais funcionais, nas grandes organizações e nas administrações estatais - na base sistêmica do fluxo do poder regulado por normas e o problema da eficácia da intervenção do fluxo *não-oficial* desse poder não legitimado no circuito do poder regulado pelo Estado de direito (HABERMAS, 1997b, loc.cit.).

Deste modo, situamos que os sistemas funcionais são regulados por normas que apagam o brilho emancipatório, que por essência precede no organismo (biblioteca). Com efeito, consideramos de modo crítico e interpretativo que o Bibliotecário, por sua vez, age funcionalmente e mede a informação por via da técnica.

Sua intervenção⁴⁸ (mediação da informação) é balizada pelo que Habermas (1997b) aborda por fluxo não-oficial. Sua intenção é seguida por trajetos regulados “de atos de fala que desempenham uma função instrumental em contextos de agir estratégico” (HABERMAS, 1990b, p.75).

Explicitamos que para ressignificar o campo *funcional instrumental* (ideologia da técnica) na biblioteconomia e seu campo de atuação (biblioteca), precisamos considerar a ação comunicativa em Habermas (1990b) para restabelecer o campo instrumental da biblioteconomia, tornando-a participativa. Para Almeida Júnior (2004, p. 86):

[...] mais do que a informação, o bibliotecário deve estar preocupado com a mediação dessa informação. Hoje, nossa reflexão aponta para a mediação – muito mais do que a informação – como o objeto principal da biblioteconomia e, portanto, do fazer do bibliotecário. Tendo a mediação como diretriz, como norte, como objeto, o bibliotecário pode alterar, pode transformar sua ação social, não a ideal, mas a real.

Neste sentido, a democratização da informação só pode ser consolidada a partir de uma ação emancipatória em que os agentes (bibliotecário e os usuários) realçam o valor social na busca de agir comunicativamente através de mecanismos democráticos.

Assim, a partir da ação comunicativa os processos instrumentais da esfera organizacional da biblioteca são ressignificados através de uma ação emancipatória, já que “os que agem comunicativamente encontram-se numa situação que eles mesmos ajudam a constituir através de suas interpretações negociadas cooperativamente, distinguindo-se dos atores que visam o sucesso e que se observam mutuamente como algo que aparece no mundo objetivo” (HABERMAS, 1997b, p. 92-93).

Neste seguimento, apresentamos as bibliotecas como espaço de ações emancipatórias. Ressaltamos Habermas referindo-se a esfera pública, que por sua vez constitui “principalmente uma **estrutura comunicacional** do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o **espaço social** gerado no agir comunicativo, não com as **junções** nem com os **conteúdos** da comunicação cotidiana” (HABERMAS, 1997b, p. 92, grifo nosso).

Porquanto, esclarecemos que na biblioteconomia:

Por outro lado, a idéia (sic) de mediação acaba por cobrir coisas tão diferentes entre si, que vão das velhas concepções de “atendimento ao usuário” à atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural –, à construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado

⁴⁸ [...] a relação que se estabelece entre os termos que se intercedem é de interferência, de intervenção através do atravessamento desestabilizador de um domínio qualquer (disciplinar, conceitual, artístico, sócio-político, etc.). Sobre outro. [...] A relação de intercessão é uma relação de perturbação, e não de troca de conteúdos. Embarca-se na onda, ou aproveita-se a potência de diferir do outro para expressar sua própria diferença. (DELEUZE, 1992, p. 153).

universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação, etc. (ALMEIDA, 2009, p. 16).

Desta forma, Habermas (1997b) aproxima a questão da mediação, a qual um conteúdo não se torna suficiente para suprir o encontro de uma linguagem amparada por um conhecimento objetivo. Assim, somente por meio de laços cooperativos dos atores é que se pode repensar o espaço instrumental, pois os atores se amparam no entendimento e promulgam o mesmo sentindo através da relação interpessoal, tomando posição perante suas ações.

Segundo Almeida (2009), a função de mediador está na ação coletiva, visto que proporciona a liberdade de acesso às informações para usuários, libertando-os de aporias instrumentais. As mediações são, neste sentido, conexões que se estabelecem pelas ações sociais e as causas (individual/coletiva).

Embora no atual contexto profissional (técnica):

Estas metodologias e práticas informacionais apontam para a centralidade dos processos de mediação na sociedade contemporânea, podendo trazer subsídios valiosos para se repensar a função política dos mediadores __ incluídos aqui os profissionais da informação __ nos processos sociais e culturais contemporâneos. Por outro lado, é forte a presença de concepções voltadas para as necessidades de dinamizar, por meio da informação, o capital e o desenvolvimento dos mercados⁴⁹ (ALMEIDA, 2009, p. 17).

Almeida (2009) reporta certas práticas que são inquiridas nos processos da mediação informacional e, desta forma, ressalta a relação embora instrumental, vista por meio de uma finalidade, ou seja, uma centralidade que cerca as organizações por via dos regimes das ações que devem ser ressignificadas principalmente nos setores da CI.

Neste contexto, descrevemos que a socialização e o acesso à informação recai no que Deleuze (1992) denomina de “colcha de retalhos”. O acesso à informação é um fenômeno mediado em mil linhas de fuga – linhas libertadoras – que seguem um “devir”, um fluxo permanente⁵⁰.

⁴⁹ Esta formulação não exprime ainda de modo suficientemente claro que a perspectiva da emancipação não resulta de modo nenhum do paradigma da produção, mas sim do paradigma do agir orientado no sentido do entendimento mútuo. É a forma dos processos de interação que tem de ser modificada, se se quiser descobrir no plano prático o que é que os membros de uma sociedade poderiam querer em dada situação, bem como o que é que eles deveriam fazer em prol do seu interesse comum (HABERMAS, 1998, p.87).

⁵⁰ Conforme Deleuze (1992, p. 45) um sistema é um conjunto de conceitos. Um sistema é aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias, e não mais a essências. Mas, por um lado, conceitos não são dados prontos, eles não preexistem: é preciso inventar, criar os conceitos, e nisso há tanta criação e invenção quanto na arte ou na ciência.

Deste modo, as bibliotecas⁵¹ necessitam serem vistas como:

[...] órgãos que atuam na produção e difusão do conhecimento e que devem se inserir nesse contexto, a partir de práticas democráticas que levem em conta a ampla participação da comunidade científica e da sociedade em geral no delineamento de pesquisas que atendam à demanda social. Esses órgãos devem estar abertos à multidisciplinaridade e à interinstitucionalidade, de forma a influenciar ativa e positivamente as grandes decisões político-econômico-sociais, no contexto em que estão inseridos (LEITE, R., 1996, p. 58).

A difusão do conhecimento deve seguir um contexto coletivo de comunicação, em que haja a transparência da informação sem estar condicionada à ideologia da técnica. Habermas (1997b, p. 160), neste sentido, adverte que “a dominação reside nas condições institucionais que impedem as pessoas de participar na determinação de suas próprias ações ou na definição das condições nas quais elas acontecem. A sociedade capitalista do Estado do bem-estar social cria formas novas de dominação”.

Deste modo, a concepção de democracia e acesso à informação é seguida positivamente pelo ponto de vista da ciência. Assim sendo, o conhecimento está preso a um sistema “interfactual”, isto é, submetido a métodos empíricos das ciências positivistas, uma vez que, a comunicação, por exemplo, segue a razão instrumental técnica - “gênese positivista”, uma encarnação da dominação, um meio de repressão social.

Porquanto,

[...] esse processo de assimilação reflexiva das tradições culturais não decorre necessariamente à luz de uma razão centrada no sujeito, nem de uma consciência histórica futurista. Na medida em que nos tornamos conscientes da constituição intersubjetiva da liberdade, desfaz-se a aparência possessivo-individualista de uma autonomia representada como posse própria o sujeito que se afirma a si mesmo, que pretende dispor sobre tudo, não encontra nenhuma relação adequada com nenhuma tradição (HABERMAS, 1997b, p. 277).

Contudo, contextualizamos a quebra do paradigma da consciência, a qual é inteirada pelo conjunto instrumental das ciências empíricas, uma vez que a partir da ação comunicativa as bibliotecas terão um viés evolutivo da emancipação. O agir comunicativo reforma os espaços que são entorpecidos pelo objetivismo instrumental. De que modo acontece esse processo

⁵¹ Segundo Leite, R., (1996, p. 60) apesar de muito enfatizada, principalmente no discurso político, na prática a democratização da informação não tem se concretizado. Isto pode ser constatado entre outras formas, pelo próprio modelo de comunicação do conhecimento, que muitas vezes não responde às necessidades individuais e coletivas da sociedade. Os mecanismos de comunicação não fornecem informações que contribuam para a tomada de decisões, nem dão oportunidade de expressão a todos os setores da população; não estimulam o diálogo nem o crescimento da consciência crítica e da capacidade de participação.

emancipatório nas bibliotecas? Segundo Stieljes (2001, p. 74), o processo emancipatório visa três áreas de interesse. Segundo o autor a emancipação acontece pelos seguintes interesses:

- a) o interesse instrumental-técnico, que procura emancipar o homem das forças da natureza e das contingências econômicas;
- b) o interesse prático, que procura emancipar o homem das forças históricas e das tradições culturais coativas impostas pela dominação política ou passivamente aceitas por ingenuidades;
- c) o interesse pela emancipação através da reflexão crítica, o que exige formas não distorcidas de comunicação.

Essas instâncias darão lugar ao agir comunicativo que redefine, por meio da emancipação as estruturas monológicas que são apregoadas pelo viés da razão instrumental da técnica. Concluimos que neste contexto a mediação e a democratização da informação, principalmente no âmbito das bibliotecas, deve ser um resultado de uma ação cooperativa em que o agir passa a ser orientado pelo entendimento dos atores, um agir social, o espaço biblioteca deve dispor a ação coletiva, onde os agentes tornariam suas ações de modo prático e reflexivo.

Portanto, para os profissionais da informação,

Não basta simplesmente colocar a informação ou o conhecimento à disposição do público, obedecendo a especificações técnicas ou concepções generalizantes. É preciso considerar expectativas, contribuições e o conjunto de interesses de todos os integrantes do processo comunicativo, criando um espaço relevante para que os sujeitos atuem efetivamente na construção social e na transformação de sua realidade (LEITE, R., 1996, p. 66).

Por fim, devemos pensar nos terrenos da racionalidade instrumental apregoadas nos espaços das bibliotecas, das organizações que disseminam as informações, de modo a pensar em uma desconstrução “do valor paradigmático da produção e do trabalho e a recuperação da emancipação prática e da autorreflexão como componentes basilares do processo evolutivo [...]” (STIELTJES, 2001, p. 76).

Significa pensar em uma ação crítica, reformando os construtos (instrumentais) da ideologia da técnica para não condicionar os usuários em normas, regras, ou seja, em uma falta de representação da realidade social, onde as ideias estão dissociadas dos processos sociais. Por sua vez, a mediação é dada como um fenômeno e não um processo associativo de um sistema.

Neste sentido, a comunicação como fenômeno deve ser proporcionada por “via do entendimento, como motivação racional que orienta a razão comunicativa e o agir comunicativo enquanto interação social [...] e [...] exerça seu potencial gerativo de entendimento num processo de interação social coordenado de forma cooperativa” (STIELTJES, 2001, p. 62).

Isto é, a comunicação não pode ser restringida pelo aparato de transferência de informação dos sistemas de recuperação. “Deve visar a estimulação do pensar crítico, insubmisso a visões parciais da realidade, buscando os elos que ligam problemas e contextos” (LEITE, R., 1996, p. 63). Tendo em vista que a ação bibliotecária não deve condicionar seus usuários ao reducionismo da ciência, mas sim libertá-lo do modelo pragmático da comunicação, conduzindo-os a uma efetiva emancipação.

4 A VIRADA INFORMACIONAL E O ASPECTO REPRESENTACIONISTA DA MEDIAÇÃO

No início havia informação. A palavra surgiu mais tarde. A transição foi alcançada pelo desenvolvimento dos organismos com a capacidade seletiva de explorar a informação com a intenção de sobreviver e perpetuar sua espécie (DRETSKE, 1987, p. 7, tradução nossa).

Nesta abordagem buscamos mostrar a virada informacional e os aspectos da ação em Dretske (1981), no contexto da mediação na Biblioteconomia a partir de um enfoque crítico e interpretativo. Desta forma, consideramos a informação enquanto um fenômeno de uma ação cognitiva, da qual emerge fissurando as estruturas duras da teoria da informação, visto que a informação enquanto uma ação está na variação e na multiplicidade emancipatória entre os autores da mediação no espaço biblioteca.

Situamos que os aspectos representacionais da informação nos estudos de Dretske (1981) emergem para a percepção-ação através dos construtos mecânicos das ciências duras, nas quais pervadem o campo da Biblioteconomia com que Capurro (2003) considera os paradigmas da ciência da informação que são condicionados aos regimes cognitivos, físico e social. Consideramos os estudos de Dretske (1981) para mostrar que a mediação da informação na biblioteconomia é mediada pela ação humana ou não humana.

Apresentamos que o contexto situacional da biblioteconomia é engendrado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), tomado pela forma mecânica de ser mediado e que, por sua vez, esse tipo de ação pode “ser analisado como um constituinte da relação entre seres orgânicos, artificiais e ambientes. Ela se torna o principal ingrediente na comunicação entre sistemas (biológicos ou artificiais) e seus respectivos nichos” (MORONI, 2009, p. 132).

Diante dos fatos, a questão levantada para a virada informacional na biblioteconomia e na CI foi marcada por acontecimentos importantes na década de 50 com os fundamentos teóricos, sua relação com outros campos de conhecimento interdisciplinar que se preocupam com a organização da informação, os sistemas de informação e a estocagem e a modelagem de dados métricos⁵².

Consideramos que o campo da biblioteconomia foi metrificado pelas aporias da tecnificação do conhecimento que adentrou pela Teoria Matemática da Comunicação (TMC).

⁵² Barreto (2002, p. 123) considera que “o homem passou a raciocinar de maneira linear, seqüencial alfabética, categorizando e classificando a Informação. Tornou-se um ser especializado em sua produção de novos conhecimentos.”

Como já elucidado no capítulo 1, essa teoria trouxe objetividade para o campo de registro de conhecimento, estando presa a paradigmas fisicalista e semanticista.

O conceito de informação em Dretske (1981) é relacionado ao aspecto representacionista da informação (percepção-ação) e incentivado pela Teoria Matemática da Comunicação e pelos fatores de entropia⁵³ (alta e baixa), isto é, da medida de quantidade de informação que atravessa um canal de comunicação, proporcionando um grau de incerteza enquanto a informação que carrega. Essa configuração trouxe um vasto problema na compreensão da transmissão de mensagens, sendo incompreensível poder interpretá-la e extrair dela o significado esperado pelo emissor.

Para Dretske (1981, p. 7, tradução nossa):

Esta é uma maneira de pensar sobre informação. Ela funda-se sobre uma confusão, a confusão da informação com significado. Uma vez que esta distinção é claramente entendida, ficamos livres para pensar sobre informação (embora sem significado) como uma *commodity* objetiva, algo cuja geração, transmissão e recepção não requer ou pressupõe (de nenhuma forma) processos interpretativos.

Nos estudos de Moraes (2012), a informação pode ser percebida, trocada e modificada dentro de um conjunto de regularidades no ambiente (biblioteca) e está ligada a exatidão. Para o autor a informação é um artefato, cujo conhecimento, representação, ação e significado são fabricados no mundo da vida. Os processos de fabricação ocorrem devido ao estabelecimento de um fluxo de informações entre a fonte e o receptor, em que a fonte é o mundo e o receptor é o sujeito cognitivo.

Por conseguinte, esclarecemos que neste estudo a mediação é envolvida no ambiente externo e interno do espaço da biblioteca, consideramos assim ser significativo em fornecer conhecimento a determinados agentes através de interpretação e tradução de informações sobre representações mentais.

Para a virada informacional, trazemos o contexto da biblioteca onde a mediação entre os bibliotecários e usuários devem exceder as aporias técnicas (ideologia da técnica), fazendo

⁵³ A entropia, como indicamos, é aqui entendida como a medida do grau de desordem de um sistema. Uma vez que os processos informacionais são mensurados através do grau da entropia presente na ocorrência dos eventos, a proposta de Shannon & Weaver envolve uma definição objetiva de informação, existente no mundo independente de um sujeito específico, consciente. A quantidade de informação gerada por um evento é medida, na proposta de Shannon & Weaver, a partir da redução da incerteza presente nos eventos. Apesar de não estarem interessados no estudo do significado da informação propriamente dito, mas em estabelecer uma noção técnica de informação, os autores propõem que ela seja concebida em termos probabilísticos decorrentes da redução de possibilidades de escolha de mensagens (MORAES, 2012, p. 36).

com que a informação entre os sujeitos seja percebida no ambiente inserido e recriadas ações de sujeito para sujeito através do diálogo.

Essa percepção, segundo Moroni (2012, p. 27):

[...] envolve aspectos direto e indireto, sendo que, no que concerne ao aspecto indireto, é através da representação que o sistema perceptivo transforma a informação objetiva disponível no ambiente em *informação significativa* no plano conceitual. Isso porque, parte da informação que perpassa os processos perceptivos adquire significado, constituindo-se como elo fundamental dos processos cognitivos presentes nas crenças. Entendemos que, segundo a concepção dretskeana, uma das formas de percepção é direta, não necessitando da mediação de representações mentais e tampouco de intencionalidade, mas de “uma relação causal.

Destarte, situamos que existem outros tipos de informação, como na natureza, por exemplo, que não necessitaria de um ser, no entanto, para que a mediação seja eficaz o ser enquanto canal de emancipação precisa fazer parte do mundo da vida e isso é um critério do agir comunicativo. Na biblioteconomia e no ambiente da biblioteca a mediação precisa ser racionalizada pela emancipação dos atores, uma vez que a informação enquanto ação está na variação e na multiplicidade emancipatória entre os autores da mediação e o espaço biblioteca.

Assim sendo, a virada informacional elucidada a mediação enquanto fenômeno do qual se emerge, fissurando as teorias da informação que trouxe para a modernidade um agir instrumental e, para tanto, consideramos neste contexto que essa razão é tecnicada e precisa passar pelo plano emancipatório onde haverá a ocorrência da percepção-ação dos atores no organismo, situamos aqui o organismo da biblioteca.

A teoria de Shannon (TMC) trouxe uma reforma na direção da informação se abeirando das tecnologias duras. Segundo Morin (2011, p. 24-25), “por tratar-se de uma transmissão de mensagens foi integrada a uma teoria da comunicação; de outro lado, sob um aspecto estatístico (relativo a probabilidade, ou melhor, a improbabilidade do surgimento de tal ou tal unidade elementar portadora de informação ou *binarydigit, bit*)”.

Neste contexto, Capurro (2003, p. 6) ressalta que “a Ciência da informação, inicia-se como teoria da *informationretrieval* baseada numa epistemologia fisicista. A esse paradigma, intimamente relacionado com a assim chamada *informationtheory* de Claude Shannon e Warren Weaver (1949-1972)”. Logo, contextualizamos na biblioteconomia e na CI que a ação informacional foi dirimida por aspectos físicos de mensagens codificadas, um regime padrão de informação, circunscrita de cima para baixo.

Na teoria fisicista da informação de Shannon e Weaver (1948), estabeleceram-se ligações entre informações, de forma ordenada e desordenada no estudo da transmissão de mensagens em vários sistemas de comunicação.

Conforme Adams (2003, p. 472, tradução nossa), “na base da teoria da informação está o desenvolvimento de métodos para regular a quantidade de informação gerada por um evento ou eventos e os tratamentos matemáticos das características de transmissão dos canais de comunicação”.

A teoria representacionista de Dretske (1981) evoca que a informação é um fenômeno do qual sua existência é independente de mentes conscientes ou de qualquer fator individual. Para Gonzalez, Broens e Martins (2012, p. 126) “Dretske (1981) adota a concepção da informação sugerida por Shannon. Ele reconhece o valor dessa proposta e a utiliza para propor uma concepção semântica de informação”.

Contextualiza, por exemplo, o pressuposto da existência de uma informação objetiva que contribui para uma caracterização representacionista da informação (DRETSKE, 1981, 1988, 1995). “Uma teoria genuína da informação seria uma teoria sobre o conteúdo de nossas mensagens e não sobre a forma pela qual este conteúdo é incorporado” (DRETSKE, 1981, p. 40).

Deste modo, para Dretske (1981) o mundo físico é considerado cheio de implicações informativas estabelecidas entre os vários tipos de estruturas, arquétipos ou grupos. Para o autor, neste sentido, “a informação é justamente aquele indicador de relações que pode ser objetivamente registrado por um receptor (humano ou não) que esteja devidamente equipado para tal” (DRETSKE, 1981, p. 63, tradução nossa).

A teoria de Shannon (1948), por exemplo, apresenta um sistema de transmissão de mensagens, que deve ser capaz de conduzir qualquer dos sinais disponíveis, não importando o significado que tenham.

Embora a noção quantitativa de informação possa ser utilizada para estabelecer o grau de liberdade na ação de um sistema, assumiremos aqui que ela é insuficiente para tratar da noção de consciência. Se a consciência implica conhecimento do curso de ação, talvez a proposta de Dretske (1981, 1988), que busca considerar o aspecto semântico da informação, seja mais adequada para o tratamento da ação ética (GONZALEZ; BROENS; MARTINS, 2012, p.130).

Para Gonzalez, Broens e Martins (2012) a informação deve ser construída a partir de um diálogo comunicativo em que os atores se comunicam simultaneamente, gerando, em princípio, ações coletivas e responsáveis.

Nesse modelo, os participantes do processo comunicativo possuem acesso democrático ao conjunto de mensagens possíveis ou disponíveis, podem, idealmente, utilizá-las de modo igualitário e comunicá-las em benefício da coletividade. Assim, por exemplo, as mensagens climáticas, como os referentes ao aquecimento global, seriam captadas, analisadas, discutidas por todos os indivíduos da sociedade,

construído o seu significado coletivamente (GONZALEZ; BROENS; MARTINS, 2012, p.132).

Nesse sentido, Dretske (1981) trouxe uma maneira de pensar sobre a informação, com total significado, uma vez que a distinção é compreendida como ato de ser livre para pensar sobre a informação, mas sem sentido, algo cuja transmissão e recepção não requer ou pressupõe de qualquer forma processos de informação.

No entanto, pode ser significativo fornecer conhecimento a determinados agentes através de interpretação e tradução de informações sobre representações mentais, segundo Dretske (1981), para identificar o conhecimento de alguma coisa que você precisa para receber informações. Para o autor o conhecimento é explicado como uma crença produzida a partir de informações (knowledgeisinformation-producedbelief).⁵⁴

Por fim, observamos que há outros tipos de informação, como exemplo, a natureza que não necessita de um ser, no entanto, para a mediação ser eficaz consideramos o ser enquanto canal de emancipação na qual faz parte do mundo da vida. Assim, a informação está em todas as partes de forma independente, isto é, o conteúdo informacional estaria distribuído no ambiente, no caso, a biblioteca, que só é percebida por intermédio do diálogo dos atores.

4.1 A ação informacional na Biblioteconomia

Informação é a cola que mantém o sistema unificado (LARGE, 2003, p. 51, tradução nossa).

A ação informacional na biblioteconomia versa sobre a necessidade de restabelecer as suas concepções teórico-prático, encontradas na percepção-ação e na ação comunicativa em avaliações críticas no plano teórico e prático da biblioteconomia e suas esferas de atuação, sobretudo, por meio de ações teóricas reflexivas.

Sobre isto, é pertinente indagarmos: De que forma devemos pensar no estudo das ações enquanto “o-que--é --ser- no ato de mediar”? Embora constatamos que o “ser” é uma ação precursora de um ato emancipatório, uma vez que nas bibliotecas a ação da técnica deve buscar compreensão hermenêutica entre os agentes para mediar as informações de forma que possa ser considerado um diálogo cooperativo em busca da coletividade.

Deste modo, a ação informacional na biblioteconomia se dará a partir de um ato cognitivo de sujeito para sujeito. Situamos que ação na mediação na biblioteconomia acontece por um processo de “tecnificação”, a razão técnica baseada na quantificação para assegurar a

⁵⁴ Para Dretske (1981) o conhecimento é a crença de informações produzidas.

informação objetivamente. Uma ação fisicalista, circulante das suas tradições instrumentais, que emergiram a partir do modelo das mensagens codificadas (TMC), a qual condicionou a mediação na biblioteconomia em representação da **informação, usuário e mediador pelo** construto instrumental das ciências empíricas.

Porquanto, buscamos clarear os problemas característicos da ação-mediada e percepção-ação, de modo a investigar a ação da informação na biblioteconomia, uma vez que a informação enquanto uma ação está na variação e na multiplicidade emancipatória entre os autores da mediação no espaço biblioteca.

Dessa forma, situamos a biblioteconomia por ser uma área interdisciplinar⁵⁵, principalmente do campo social, pois suas ações devem ser ressignificadas a fim de compreender os estudos da informação, de modo a trazer contribuições para o campo profissional da Ciência da Informação. Conforme Pombo (2003, p. 8), “uma aproximação interdisciplinar não é uma aproximação que deva ser pensada unicamente do lado do sujeito, daquele que faz a ciência. É algo que tem a ver com o próprio objecto de investigação e com a sua complexidade”.

Deste modo, as relações inter e transdisciplinar para Pombo (2003, p. 3) significam “algo que, se ultrapassa da dimensão do paralelismo, do pôr em conjunto de forma coordenada, e se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade, nos coloca no terreno intermédio da interdisciplinaridade”.

Ou seja, algo que ultrapasse as aporias instrumentais de forma a procurar estimular uma nova compreensão do conhecimento na Biblioteconomia por meio da interdisciplinaridade, isto é, uma relação complexa da realidade onde a biblioteconomia e a CI se concentram.

Consideramos pensar a informação enquanto uma ação do sujeito para outro através de um diálogo cooperativo no ambiente da biblioteca. Desta forma, consideramos pensar a partir desse ponto a relação das *affordances* sobre a representação internalista para que o bibliotecário venha a perceber a ação de mediar no ambiente da biblioteca. A concepção representacionista Gibsoniana⁵⁶ analisa as *Affordances* (qualidade do objeto) na mediação da informação como ponto de inserção na Biblioteconomia.

⁵⁵ Interdisciplinaridade é um conceito que invocamos sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento, sempre que topamos com uma nova disciplina cujo lugar não está ainda traçado no grande mapa dos saberes, sempre que nos defrontamos com um daqueles problemas imensos cujo princípio de solução sabemos exigir o concurso de múltiplas e diferentes perspectivas (POMBO, 2003, p.4).

⁵⁶ James Jerome Gibson é um psicólogo Americano que elaborou a teoria das *affordances* a partir de seus estudos no campo da percepção visual. Para Gibson: “*affordances* são possibilidades de ação que o ambiente [ou objeto] oferece ao agente. Apesar de parecer uma definição simples, há características do conceito envolvidas nesta definição que necessitam ser destacadas. Uma delas está baseada na ideia de que, durante a interação com o ambiente, o agente percebe as possibilidades de ação e não as qualidades do ambiente. Além disso, a captação de

Para Gibson (1982, 1986), *affordances* podem ser consideradas como um elemento essencial para a compreensão da dinâmica de estruturação da relação percepção-ação. Neste sentido, ela compreenderá o fenômeno informação através da mediação e seus aspectos internos e externos a das ações sociais e também da mediação e seus aspectos tecnológicos⁵⁷.

A questão central para a teoria de *affordances* não é se elas existem ou são reais, mas se realmente as informações estão disponíveis em um ambiente de luz para percebê-las (GIBSON, 1986, p. 140, tradução nossa).

Desta forma, consideramos que o diálogo no contexto das bibliotecas sobrevém por meio das *affordances*, as quais são indícios e pistas de informação que podem ser percebidas em ambientes informacionais. Elas vêm ao encontro da informação no contexto das bibliotecas, com vista aos atores encontrarem seus conteúdos e fazerem dele um diálogo crítico, na qual “caracteriza um mundo em que podemos encontrar alguém ou alguma coisa em qualquer lugar e a qualquer momento” (VECHIATO; VIDOTTI, 2014, p. 112).

O que assinalamos como percepção-ação significa a apreensão da informação no meio onde está inserida seus atores, uma vez que nas bibliotecas os atores percebem no acervo (informação) e no ambiente das bibliotecas novas possibilidades de ação e de uso da informação e travam um diálogo cooperativo, crítico e interpretativo para um universo democrático, isto é, um devir ou o que deva ser realmente. Deste modo, fazendo isso os atores têm a autonomia para sugerirem o melhor caminho e dialogarem, a fim de que possam alcançar a melhor direção a ser percorrida no espaço informacional onde se encontra.

As *affordances* caracterizam um importante atributo da interface com o sujeito. Dependendo da especificidade, ele pode ser aplicado em qualquer tipo de ambiente informacional e em qualquer arquitetura da informação. Em texto anterior, definimos *affordance* como um princípio de usabilidade, relacionado aos incentivos e pistas atribuídos ao sistema que proporcionam aos sujeitos a realização de determinadas ações (VECHIATO; VIDOTTI, 2014, p. 169).

Segundo Gibson (1982) há fontes informacionais invariáveis no ambiente e nos organismos. Neste sentido, o ambiente da biblioteca não é um regime de fluxos informacionais onde se transitam canais específicos de informação-poder, mas do arbítrio da construção de

tais possibilidades depende da escala corporal e das capacidades de ação do agente” (OLIVEIRA, F., 2005, p.90-91).

⁵⁷ Todavia, em algumas aplicações web, a pesquisa pode não ser suficiente e torna-se necessário investir na navegação, considerando o entendimento do conteúdo pelo sujeito informacional quando não procura um item específico. Por meio da navegação, é possível sugerir caminhos e pistas (*affordances*) aos sujeitos, para que possam explorar conteúdos que não sabem que existem (VECHIATO; VIDOTTI, 2014, p. 111).

acordos, consensos, construída sobre interações coletivas e não de eventos, ou até mesmo de influxos externos entre os atores inseridos no ambiente.

No organismo (biblioteca), por exemplo:

A descrição ecológica insere o ser humano (ou os organismos em geral) na informação disponível no ambiente. A percepção visual, por exemplo, envolve arranjo óptico, *invariantes e disponibilidades (affordances)* que formam as bases da percepção visual do ambiente. Estando tão imerso no fluxo de informação ambiental, o organismo compartilha de modo ativo, direto e não mediado da captação da informação. É a combinação da imersão do organismo no ambiente e no fluxo de informação ambiental ao seu redor que origina a percepção atenta do organismo ou, se você preferir, os estados cognitivos (MORONI; GONZALEZ; MORAES, 2011, p. 351).

A mediação nas bibliotecas e em organismos informacionais é concretizada na forma de reciprocidade, isto é, consideramos uma ação comunicativa. Para Moroni, Gonzalez e Moraes (2011, p. 352) “essa reciprocidade surge da descrição do ambiente ecológico como o que está disponível para a mente, ou, se você preferir, o que está disponível para se pensar”. Porquanto situamos que a informação enquanto uma ação está na variação e na multiplicidade emancipatória entre os autores da mediação no espaço biblioteca.

Vechiato e Vidotti (2014) chamam essa relação na CI e na biblioteconomia de encontrabilidade, na qual possui o um diálogo frutuoso que emerge da ação instrumental (técnica) com o intuito de deixar o ambiente mais interativo com as tecnologias. A usabilidade, neste sentido, é a percepção-ação, na qual facilita as ações dos atores com as tecnologias nos ambientes da biblioteca e é associada às questões práticas e funcionais de um sistema informatizado.

Neste contexto, situamos que a representacionalidade da informação está na percepção-ação dos atores no ambiente inserido, sobretudo, do espaço da biblioteca. Dretske constitui esse elo pensando nos pressupostos que “(1) todos os fatos mentais são fatos representacionais; (2) todos os fatos representacionais são fatos sobre funções informacionais” (DRETSKE, 1995, p.8, tradução nossa).

Por conseguinte, esclarecemos que a percepção-ação é a relação (interna) e (externa) da informação, uma vez que as relações de diálogo dos atores emergem dos laços e das propriedades que o ambiente proporciona por meio das (*affordances*), isto é, a informação enquanto uma ação está na variação e na multiplicidade emancipatória entre os atores da mediação no espaço biblioteca.

Conforme Moroni (2009, p. 69) essa relação internalista “surge de propriedades do ambiente e dos eventos sociais, ou seja, da relação que estabelecemos com o ambiente social e não somente com os nossos próprios pensamentos.” Com efeito, os atores emergem suas ações

das características que espaço possibilita através das (*affordances*). Segundo Dretske (1995) a relação informacional externalista surge como aplicabilidade da percepção e o acontecimento, visto que, neste contexto a ação (emancipatória) precisa da prática externa para apresentar a composição de elementos comunicativos.

Para Moroni (2009, p. 59) o externalismo é a “detecção de padrões informacionais auto-organizados que emergem da relação do agente com o mundo. É através da detecção desses padrões informacionais que os organismos apreendem a informação significativa no ambiente”.

Contudo, a interação/comunicativa que emerge no ambiente das organizações, principalmente dos espaços das bibliotecas carecem ser observados pelo aspecto interno e externo, trazendo assim possibilidades de concepção e comunicação integradas entre os próprios indivíduos e seus grupos, buscando um entendimento vivo e recíproco.

4.2 A Reflexão no Ato de Mediar entre a Racionalidade, Percepção e Ação

Porque perceber é olhar e captar um olhar é tomar consciência de ser visto
(SARTRE, 2011, p.333).

Nesta abordagem buscamos algumas provocações mostrando de forma crítica e interpretativa, as concepções reflexivas no ato de mediar encarando o pensamento de Habermas (1990), Dretske (1981) e Gibson (1982). Logo, consideramos que este capítulo não tem o objetivo de se aprofundar, nosso interesse é mostrar a percepção-ação por meio da ação crítica em Habermas valendo-se da intersubjetividade no qual realiza-se nas bases comunicativas onde as consciências individuais passam a ter um diálogo compartilhado na esfera pública.

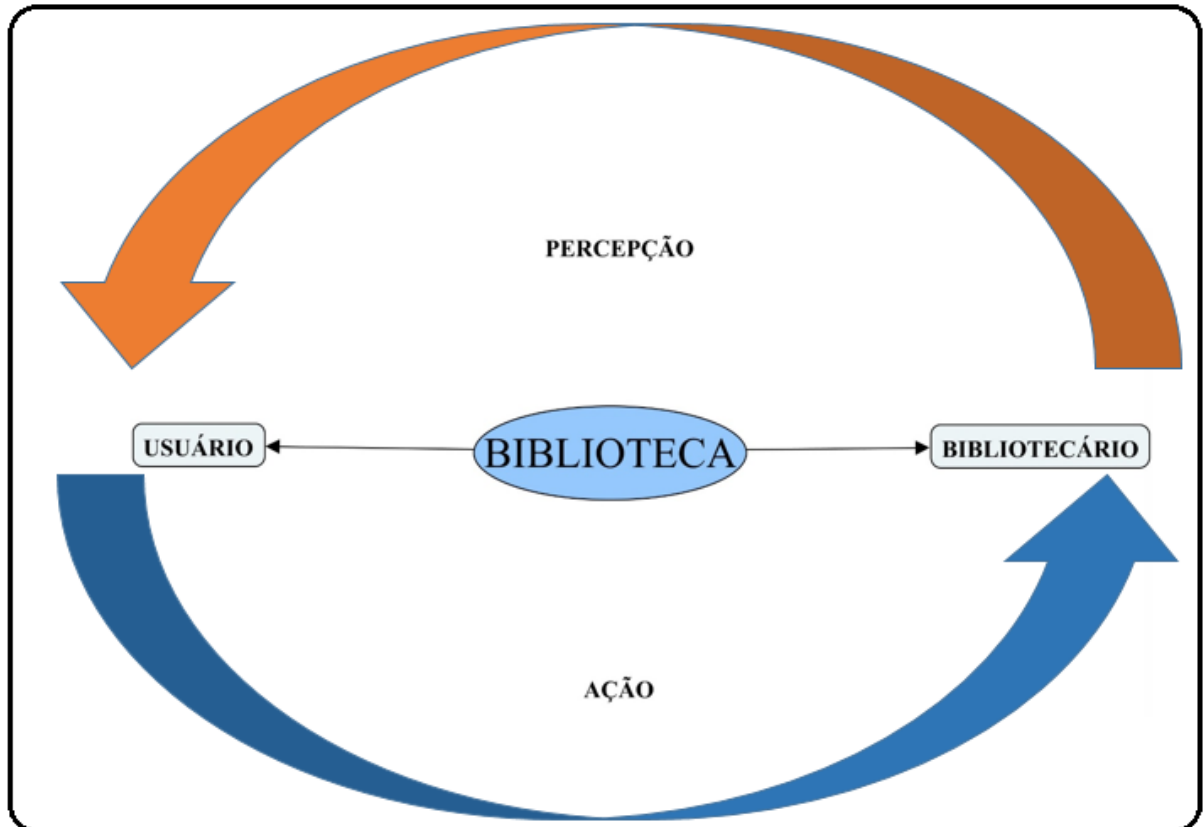
Desta forma, consideramos uma abordagem emancipatória no campo da biblioteconomia e da mediação da informação, uma vez que o ato de mediar insere os atores na intersubjetividade com a informação disponível no ambiente⁵⁸.

Assim, no contexto da biblioteconomia a mediação é um fenômeno na qual vem fissurando as energias duras. Neste contexto, consideramos que no âmbito das bibliotecas e por meio da emancipação os atores interagem com o ambiente através do processo da percepção-ação. Segundo Deleuze (1992, p. 68), “as ações encadeiam-se com percepções, as percepções se prologam em ações”.

⁵⁸ Pode-se com efeito falar de processos de subjetivação quando se considera as diversas maneiras pelas quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeitos: tais processos só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes. Mesmo se na sequência eles engendram novos poderes ou tornam a integrar novos saberes (DELEUZE, 1992, p. 217).

A (**Figura – 6**) tem a provocação de analisar como acontece a correlação da percepção-ação, explorando o entendimento da ação comunicativa dos atores bibliotecário-usuário frente a emancipação no ambiente biblioteca.

Figura 6 – Ciclo da Interação informacional no ambiente biblioteca



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Situamos que no esboço da (**Figura – 6**) há a integração da informação por meio do diálogo comunicativo, no qual através da percepção-ação dos atores transformam a biblioteca no meio discursivo, onde desenvolvem as representações perceptivas interna e externa, para agirem no meio inserido sobre um processo recíproco por meio das *Affordances*.

Desta forma, consideramos a informação enquanto um fenômeno emancipatório, que surge resignificando as ações instrumentais que rodeiam o campo científico da biblioteconomia através da razão comunicativa.

Por conseguinte, clarificamos que o modelo funcional instrumental (técnica) baliza a informação a um processo objetivo do mundo, do qual deixa os atores em meio ao âmbito da biblioteca presos e desprovidos de entendimento e da falta de diálogo e informação.

A reflexão no ato de mediar encara a ação instrumental da técnica para uma remodelagem em seu processo meditativo, uma vez que o ciclo da mediação deve acontecer

como “uma forma de vida na qual a identidade livre dos indivíduos juntamente com a livre reciprocidade entre indivíduos para se tornar uma realidade palpável” (HABERMAS, 1999b, p. 109). Assim sendo, acreditamos que as ações comunicativas formam relações interpessoais de reciprocidade⁵⁹ entre os atores no âmbito da biblioteconomia e das bibliotecas.

Habermas (1983) caracteriza a intersubjetividade como o tecido das ações comunicativas, isto é, da autorreflexão dos atores e da sua validade de percepção e ação, sobretudo, no contexto biblioteconômico. Assim sendo, consideramos que o agir instrumental, (domínio da informação), “não deveria ser pensado unicamente como fonte de poder ou de riqueza, mas como uma oportunidade para o desenvolvimento da humanidade e do meio ambiente, através de ações consideradas morais (GONZALEZ; BROENS; MARTINS, 2012, p.133).

Por conseguinte, estabelecemos que a abordagem da percepção-ação é apresentada neste contexto de forma básica, pois nos estudos de Habermas (1990), Dretske (1981) e Gibson (1982) esse diálogo será observado e aprofundado. Embora seja um estudo crítico e interpretativo, estamos convictos que essa investigação vem a ser o ponto de partida para investigações a serem contempladas nos próximos estudos sobre a Teoria dos Sistemas Complexos, Auto-organização e a Teoria dos Agenciamentos. Assim sendo, consideramos um caminho aberto para ser analisado no *corpus científico* da biblioteconomia e da Ciência da Informação e pensar a mediação além das aporias instrumentais e seus paradigmas.

A ação crítica e interpretativa nesta abordagem considerou a relação de entendermos a mediação e seu contexto informacional no processo cognitivo da ação na biblioteca entre usuário e bibliotecário, uma vez que a mediação como ato emancipatório apresenta um “devir” de agenciar por meio da percepção um diálogo em busca da razão coletiva.

⁵⁹ As reciprocidades que alicerçam o reconhecimento mútuo de sujeitos imputáveis já estão insertas no agir em que se enraízam as argumentações. Eis por que a recusa de argumentação do céptico radical se revela como uma demonstração vazia. Nem mesmo aquele que salta fora da argumentação de maneira conseqüente consegue saltar fora da prática comunicacional quotidiana; ele permanece preso aos pressupostos desta - e estes, por sua vez, são pelo menos parcialmente idênticos aos pressupostos da argumentação em geral. (HABERMAS, 1989, p. 123).

5 NA “DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA”

A idéia (sic) de uma sociedade justa implica a promessa de emancipação e de dignidade humana.

Jurgen Habermas

A valoração de um saber intrínseco humano traz-nos uma narrativa em que podemos colocar em questão o conhecimento objetivo dado pela ciência moderna. Desta forma, neste seguimento queremos mostrar “ação progressista” na biblioteconomia sobre o viés comunicativo, buscando pistas, indícios sobre a receptividade que abarca a biblioteconomia como uma área e profissão humanística, na qual orienta práticas sociais para deixar o conhecimento mais acessível para a humanidade, ações não funcionalistas que rodeiam este campo científico.

A dignidade humana é um preceito humanitário que circunda o campo da ética e de ações que legitimam os indivíduos como cidadãos. Segundo Habermas (2010) é a chave para as relações interpessoais, na qual se presume na força da coletividade do diálogo cooperativo entre atores uma articulação conceitual que conecta a moralidade da igualdade e respeito para todos.

O autor destaca que esta relação de convivência permanece escondida por trás do uso adjetival de uma coloquial expressão da desrazão de um conhecimento puramente falido, condicionado a uma racionalidade instrumentalizada que limita a emancipação pelo viés de normas⁶⁰.

Deste modo, para Habermas (1990, 1997, 1998) a partir da ação comunicativa esse desfecho passa a ser promulgado de ações compreensivas do entendimento dos seres humanos e da natureza. Em Habermas (2010) essa relação emerge quando a substância normativa abona a igualdade, seguida da autodeterminação dos indivíduos que se abastece do direito de ser informado.

Desta forma, para Barros (2008, p. 20):

A informação é uma das necessidades básicas mais antigas do ser humano. Para realizar suas atividades habituais, em todas as épocas e com pequenas variações entre culturas, o homem aprendeu a manifestar os seus desejos por meio de linguagens, comunicações, gestos, mensagens, percepções, símbolos, imagens, crenças, utilizando-se dos mais variados sentidos e estados de espírito a ele inerentes (razão, visão, audição, fala, humor, olfato, tato, choro, grito etc.).

⁶⁰ “[...] significa primariamente limitação da liberdade e atentado à dignidade humana. Ela pode, todavia, manifestar-se através de um prejuízo que priva os "oprimidos" e "submetidos" daquilo que os capacita a exercer sua autonomia privada e pública” (HABERMAS, 1997a, p.160).

De igual modo, a informação é um dos constituintes de valor intrínseco dos seres humanos, constitui um fenômeno na união de grupos e culturas no entendimento de fatos e em seu compartilhamento. Na dignidade humana para Barros (2008) é necessário a transparência de informação para alcançar a dignidade. Segundo o autor a “informação necessita, igualmente, de mecanismos concretos e eficazes para torná-lo uma ação transformadora, como fator de criação de uma conscientização ética e coletiva na participação pública, e a partir de experiências positivas impedir eventos danosos à coletividade” (BARROS, 2008, p.120).

Assim, constatamos que a biblioteconomia, por sua vez, necessita ser um campo que educa os bibliotecários (ANDERSEN, 2005). Desta feita, constitui um espaço preocupado com a organização, produção e o compartilhamento do conhecimento. Neste contexto, descrevemos o quão é fabuloso refletir a biblioteconomia sobre o viés humanístico-social, a exemplo trazemos a postura profissional do bibliotecário como “aquele que presta informações profissionalmente, o sujeito que junta e organiza as respostas em vista das prováveis indagações pode ser identificado como “informador” (MILANESI, 2002b, p.11).

Desta maneira, a tarefa essencial do bibliotecário equivale à “levar para uma mais completa exaustão os direitos existentes para a descoberta e a construção de novos direitos [...] a partir da multiplicidade de experiências” (HABERMAS, 2010, p. 467, tradução nossa). Neste contexto, manifestamos que a ação bibliotecária faz o papel de um agente que não presume suas ações funcionais em meio ao ambiente que está inserido.

Para a concepção humanística da biblioteconomia “tornava-se necessário dar um sentido social às informações, transformando-as em produtos utilizáveis pela sociedade como um instrumento essencial ao seu crescimento” (MILANESI, 2002b, p.12). Do mesmo modo, os espaços das bibliotecas, as ações de mediação dos bibliotecários precisam ser de livre arbítrio, os atores envolvidos neste espaço precisam, conforme Habermas (2010), ser capazes de formar suas ações comunicativas pessoais no ambiente cultural de sua escolha, deste modo, devem proceder agregados aos direitos democráticos de participação, excedendo a falsa dominação da ideologia tecnicista⁶¹.

A discussão referente à dignidade humana versa sobre as ações do direito, da pluralidade dos seres humanos em detrimento das ações coletivas cotidianas. Assim sendo, uma tese norteada pelo diálogo crítico, das ações dos direitos democráticos, posto que os bibliotecários

⁶¹ [...] base comum de moralidade e a lei muitas vezes obscurece a diferença decisiva da qual, considera que a moralidade impõe obrigações relativas a outros que permeiam todas as esferas de ação, sem exceção, direito moderno cria domínios bem definidos de escolha privada para a busca de uma vida individual da própria (HABERMAS, 2010, p. 471, tradução nossa).

não devem permanecer condicionados a uma visão isolada das estruturas comunicativas, suas ações precisam ser discutidas, a fim de que as cumpram agindo comunicativamente.

Neste mesmo contexto equiparamos uma questão de ousadia referente a emancipação da informação. Barros (2008, p. 192) destaca que “o direito de receber informações sobre fatos ou atos que sejam vitais à ação e à dignidade humana não está condicionado a nenhuma circunstância”. De tal modo, a informação, neste contexto, é um fluxo permanente que dissolve e cria novas realidades, nas quais são fundadas no mundo da vida da humanidade com um direito uno e de primazia.

Deste modo, percorrendo o campo empírico e pragmático da biblioteconomia situamos a percorrer os caminhos da mediação e entender através do caráter interpretativo as ações dirimidas pelas ciências empírico-analíticas, isto é, agir a partir da técnica⁶², tendo em vista rescindir este caráter funcional e pragmático, a fim de que as ações dos atores envolvidos neste processo sejam libertas, uma vez que a questão da dignidade humana tem um caráter primordial, principalmente nos construtos de uma consciência coletiva.

Milanesi (2002b) reporta que se antes era preciso conhecer as técnicas de catalogação, o desafio moderno dos bibliotecários seria a dominação das tecnologias e as normas que apenas transcenderam seu contexto funcional. Para Arendt (2007, p.163) “a canalização de forças naturais para o mundo humano destruiu a própria finalidade do mundo, ou seja, o fato de que os objetos são os fins para os quais os instrumentos e ferramentas são projetados”.

Na biblioteconomia,

As “técnicas” tocavam os limites do treinamento e se aproximavam do adestramento: um máximo de respostas com um mínimo de reflexão. Já as chamadas “culturais” não mostravam nenhum vínculo com o trabalho profissional e, portanto, não poderia fazer ponte entre o específico técnico e a cena social (MILANESI, 2002b, p. 17).

Embora entorpecida por parte da técnica, a biblioteconomia tem um passaporte liberal e humanístico, legitimado no código de ética da profissão. Na margem a biblioteconomia mostra muito mais seu cunho científico, o que demonstra ser na atual modernidade propensa a vieses de ações funcionais.

Arendt (2006, p. 3) adverte que:

Torna-se difícil compreender que devemos ser livres de fato num campo, ou seja, nem movidos por nós mesmos nem dependentes do material dado. Só existe liberdade no âmbito particular do conceito intra da política. Nós nos salvamos dessa liberdade justo na “necessidade” da História. Um absurdo abominável.

⁶² “[...] dirigido pelas preferências próprias e (em condições de informação incompleta) orientado pelos efeitos, entra o agir regulado por normas” (HABERMAS, 1997a, p. 67).

A realidade social em que nos encontramos reproduz na honrosa menção de Arendt como é complicado refletir sobre a liberdade. As ações humanas são dependentes e apregoadas a sistemas particulares de políticas preestabelecidas.

Logo, mostra-nos que só há liberdade no tempo em que nos submetemos ao sistema das normas, das regras, uma vez que essa relação de liberdade é um conceito (positivista) e passível de manipulação da razão instrumental, na qual deixa a sociedade restrita das ações emancipatórias, o que certamente é um absurdo, pois a cena social da modernidade mostra o “passado como futuro”, como reporta Habermas (1993) ao fazer a reflexão sobre o cenário moderno dos problemas que afligem a sociedade, apresentando a preponderância da inutilidade das teorias socioculturais que carecem de um entendimento⁶³, principalmente com as tecnologias de controle.

Deleuze (1992, p. 222) por sua vez, observa que:

Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição.

As relações na modernidade tornaram-se individuais por ascensão dos parâmetros tecnológicos, a sucessão da técnica tem elevado a supremacia de ações de confinamento pelo regime de poder. A ação instrumental torna-se parte de um grande regime de normas - uma ação em que os atores permanecem coagidos a não pensarem, até mesmo não manifestarem suas ações.

Por conseguinte, esse agir na modernidade condiciona o diálogo em um modelo “criptográfico” de monitoração da vida humana, um regime de poder. Neste contexto, “a noção de mediação parece, portanto, designar, neste caso, as operações – assim como os seus efeitos – de tecnicização do processo de comunicação (mediação técnica)” (DEVALLON, 2003, p. 9).

Não obstante, a mediação em bibliotecas não precisa fazer parte de um marco regulatório de operações de processos específicos de representação de informação para os profissionais bibliotecários, ela carece, neste sentido, de uma ação coletiva visando o diálogo cooperativo entre os atores, abrangendo as pretensões de validade das práticas normativas e não-informacionais que emergem como poder comunicativo, isto é, as pretensões de ação

⁶³ “[...] atribui às forças ilocucionárias da linguagem orientada ao entendimento a função importante da coordenação da ação” (HABERMAS, 1997a, p.25).

devem visar a liberdade do modo de pensar amplo de cada um dos atores que estão inseridos no contexto da biblioteca.

As ações emancipatórias nas bibliotecas precisam acontecer no diálogo comunicativo em que os “atores tomam uma diferente perspectiva quando, em vez de seguintes comandos morais, fazem uso de seus direitos” (HABERMAS, 2010, 471-472, tradução nossa).

Deste modo, por meio da ação crítica de Habermas consideramos que as relações humanas são bases de ações coletivas, agenciadas por meio das “ações comunicativas que se difundem em espaços sociais e épocas históricas; e as ações comunicativas, não somente se alimentam das fontes das tradições culturais e das ordens legítimas, como também dependem das identidades de indivíduos socializados” (HABERMAS, 1997a, p. 111).

Concebemos assim, que o bibliotecário por estar inserido no ambiente social precisa estar atento às ações de reciprocidade no ambiente inserido e contemplando ações de diálogo, reprimindo o antagonismo dos sistemas das normas. Por conseguinte, a mediação em bibliotecas e no fazer do bibliotecário “não é uma fonte de normas do agir. Ela possui um conteúdo normativo, porém somente na medida em que o que age comunicativamente é obrigado a apoiar-se em pressupostos pragmáticos de tipo contrafactual” (HABERMAS, 1997a, p. 20).

No âmbito das bibliotecas essa ação necessita ser realizada, segundo Barros (2008), por meio da transparência, o que a torna imprescindível na acessibilidade da informação. Deste modo, por meio de ações coletivas emancipatórias justapõe os atores em uma comunicação transparente, o que reflete exatamente no direito de ser informado, uma ação designada “a dignidade humana”, de igual modo, os usuários e os bibliotecários emanam suas ações provendo a dignidade através de uma ação-mediada. Neste contexto, a ação-mediada entre os atores quebra a relação do sistema das normas, amplificando suas liberdades de poder comunicativo.

Tal poder comunicativo só pode formar-se em esferas públicas, surgindo de estruturas da intersubjetividade intacta de uma comunicação não deformada. Ele surge em lugares onde há uma formação da opinião e da vontade, a qual, junto com a liberdade comunicativa que permite a cada um "fazer uso público de sua razão em todos os sentidos, faz valer a produtividade de um "modo de pensar mais amplo". Este tem por característica" que cada um atém o seu juízo ao juízo de outros possíveis, e se coloca no lugar de cada um dos outros (HABERMAS, 1997a, p.187).

A ação comunicativa na biblioteconomia visa remodelar as ações instrumentais (técnica), dispondo-se de um pensamento emancipatório entre os vários atores envolvidos num processo, a fim de que cooperem para uma mediação com feitos democráticos, tendo em vista

ressignificar todo emaranhado entorpecido pela ideologia da técnica. Assim sendo, “[...] “dever” inerente a recomendações pragmáticas, relativizado pelos fins e valores, e dirige-se ao arbítrio [...] de atores que tomam decisões inteligentes, em situações de interesses e de orientações axiológicas” (HABERMAS, 1997a, p. 202).

Com base no argumento de Habermas (1997a), temos que o fazer biblioteconômico na prática intersubjetiva profissional deve acontecer como uma ação coletiva, visando o diálogo cooperativo entre os atores. Deste modo, nas bibliotecas a mediação deve proceder não como uma ação passiva da verdade ou do saber, apregoada ao agir instrumental (técnica), mas sim como um fenômeno para alcançar a autonomia vital, a autodeterminação entre os atores bibliotecário-usuário no ambiente (biblioteca).

Neste contexto, mostramos a importância humanística e social do espaço (biblioteca), uma vez que se dispõe ser um ambiente de ações coletivas emancipatórias que agenciam um diálogo interpretativo entre os atores (bibliotecário-usuário), a fim de que excedam a vivência empírica da instrumentalização da técnica. Para Deleuze (1992) esse diálogo deve ser revolucionário e criador de novas ações sem que se possam cessar sua natureza, isto é, sem que seus afazeres estejam confinados ao regime instrumental (biblioteca).

O cunho liberal e humanístico do agente bibliotecário tem muito a ser considerado em relação a suas ações enquanto agenciador cultural no seu ambiente de trabalho. O bibliotecário é parte de um tecido coletivo na atmosfera da biblioteca, no entanto, sua ação de interferência permanece convergida sobre a ação da técnica.

Deste modo, deparamo-nos que a razão da técnica, ação exercida por este profissional não abarca a essência crítica que se deve ter. Portanto, a mediação, neste sentido, precisa cultivar o pensamento crítico do bibliotecário, de tal modo, as validações de suas ações precisam ser refletidas em seu ambiente a partir da razão comunicativa⁶⁴ visando o bem-estar dos usuários.

Certamente a mediação na biblioteconomia permanece sobre uma estrutura dominante pela solidez das normas. Conforme Habermas (1997a, p. 321):

Normas e princípios possuem uma força de justificação maior do que a de valores, uma vez que podem pretender, além de uma especial dignidade de preferência, uma obrigatoriedade geral, devido ao seu sentido deontológico de validade; valores têm

⁶⁴ A razão comunicativa possibilita, pois, uma orientação na base de pretensões de validade; no entanto, ela mesma não fornece nenhum tipo de indicação concreta para o desempenho de tarefas práticas, pois não é informativa, nem imediatamente prática. De um lado, ela abrange todo o espectro de pretensões de validade da verdade proposicional, da veracidade subjetiva e da correção normativa, indo além do âmbito exclusivamente moral e prático (HABERMAS, 1997a, p.21).

que ser inseridos, caso a caso, numa ordem transitiva de valores. E, uma vez que não há medidas racionais para isso, a avaliação realiza-se de modo arbitrário ou irrefletido, seguindo ordens de precedência e padrões consuetudinários.

Assim, a realização das normas necessita ser exercida de modo reflexivo pelos profissionais bibliotecários, a fim de comungar um diálogo excedendo as aporias da razão prática. Segundo Silva (2013, p. 121), a razão prática veio a “ser o fio condutor entre esses dois extremos, colocando ainda mais a organização documental” das bibliotecas a meios tecnicistas e empiristas. Neste sentido, contextualizamos a superação desse fio tecnicista por vias da razão comunicativa.

Desta maneira:

A razão comunicativa, ao contrário da figura clássica da razão prática, não é uma fonte de normas do agir. Ela possui um conteúdo normativo, porém somente na medida em que o que age comunicativamente é obrigado a apoiar-se em pressupostos pragmáticos de tipo contrafactual. Ou seja, ele é obrigado a empreender idealizações, por exemplo, a atribuir significado idêntico a enunciados, a levantar uma pretensão de validade em relação aos proferimentos e a considerar os destinatários imputáveis, isto é, autônomos e verazes consigo mesmos e com os outros (HABERMAS, 1997a, loc, cit).

Ressaltamos que Habermas (1990, 1998, 1999) traz a questão da emancipação no sentido de legitimar o estado democrático por meio do agir comunicativo, porquanto o autor observa que o viés da norma só torna-se um precursor positivo porque a racionalidade instrumental adentrou a modernidade com processo de organização de meio e fins.

Nesta questão a dignidade humana excede a razão instrumental (técnica), pois concede aos atores a emancipação, assim sendo, o direito legítimo de participação e alcançar cooperativamente um diálogo. Embora a ideologia da técnica tenha se tornado a dominação na modernidade para atingir meios objetivos, consideramos que esta esqueceu-se da dignidade do ser humano na qual presencia a emancipação, a autonomia dos indivíduos de modo igualitário.

A dignidade Humana é parte do código de ética da profissão do bibliotecário, na resolução do CFB nº 006/66, enquanto profissional social e humanista dispõe de seu juramento: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”. Do mesmo modo, promover ações coletivas que deixam o livre acesso às informações de modo democrático⁶⁵.

⁶⁵ “A missão principal dos bibliotecários e outros profissionais da informação é assegurar o acesso à informação para todos no sentido de seu desenvolvimento pessoal e educacional, enriquecimento cultural, lazer, atividade econômica, participação informada e reforço da democracia” (IFLA, 2012, p. 2).

Destacamos, bibliotecários, “a biblioteconomia e estudos de informação em geral, sempre tiveram uma auto-compreensão paradoxal ou ideologia. Por um lado, viram-se como promotores de, por exemplo, democracia, livre e acesso do público à informação, coragem civil e alfabetização” (ANDERSEN, 2005, p.13, tradução nossa). Entendemos que a biblioteconomia, os bibliotecários se veem como profissionais que democratizam a informação, o que contextualizamos ser uma ação pragmática embutida no agir funcional instrumental (técnica).

Deste modo, situamos ser imprescindível que os profissionais bibliotecários,

[...] reconstruam os estilhaços deixados pelo *agir funcional instrumental* (positivista, prática do *saber-fazer*, histórico-hermenêutica e empirista). Desse modo, para que isso aconteça realmente esse profissional deve incorporar esse perfil de pesquisador, de construtor de saberes, e não apenas ficar “acorrentado” a uma hierarquia administrativa (SILVA, 2013, p. 125).

É necessário para que os bibliotecários sejam precursores do direito de acesso livre à informação na esfera pública, a fim de atuarem comunicativamente, as ações coletivas e também sendo críticos ativos de si mesmos.

Agindo como críticos da informação, os bibliotecários poderiam cooperar para a desmistificação dos sistemas de organização do conhecimento na esfera pública, discutindo e justificando por que os sistemas de organização do conhecimento, e sua funcionalidade são importantes para o público. Ou seja, a biblioteconomia precisa argumentar que esses sistemas fazem uma diferença dentro da sociedade, e também mostrar como eles afetam nossas atividades profissionais e diárias. Bibliotecários podem e deveriam fazer isso ativamente, atuando como críticos das estruturas de comunicação textualmente mediadas da sociedade (ANDERSEN, 2005, p.19, tradução nossa).

Sob a ação crítica da biblioteconomia e dos bibliotecários, ponderamos que precisa olhar por trás das formas de conhecimento organizado e mediado na sociedade “a superfície do discurso” (ANDERSEN, 2005). Uma vez que é necessário se ater ao juramento do bibliotecário, o qual se funda na emancipação social da investigação científica e na dignidade da pessoa humana em prol do outro, buscando a reciprocidade.

Por conseguinte, instituímos que somos os mentores de ações que devem se estenderem além do sistema das normas, repensando os construtos comunicativos que, por conseguinte, ficam sobre a dependência da relação das regras. Acreditamos que por meio da ação comunicativa os bibliotecários - usuários se emancipem, discutindo e justificando, pois, “o ato-de-compreender não se planifica na empatia no outro, mas na **reconstrução de uma objetivação intelectual**” (HABERMAS, 1987, p. 161, grifo nosso).

Salientamos ser imprescindível deliberar a independência da ideologia da técnica para ações que convirjam nas mudanças estruturais da razão técnica na biblioteconomia para as razões comunicativas, a qual visa a orientação dialógica essencialmente social dos atores dirigindo ao arbítrio (emancipação) para que, deste modo, a mediação por sua essência proceda em “devires”, isto é, “uma série de mudanças de modos de Ser. Nesse sentido está em oposição ao Ser enquanto imutável” (LALANDE 1999, p. 253).

Com efeito, consideramos os “devires” a ação crítica dos bibliotecários e suas ações no âmbito profissional contextualizada na competência comunicativa, na criação de novos contextos sociais e amplos, consciente de sua ação necessária para um conhecimento democrático de diálogo e mutualidade com seus usuários e estando cada vez mais perto do social.

5.1 A Biblioteconomia e a ação progressista

Ser bibliotecário, hoje, significa ser mais do que um organizador e conservador de acervos, mais que um pesquisador, mais que um educador; significa ser um defensor de valores ameaçados, de um conhecimento e espaço público de partilha, que deve motivar a profissão.

Naomi Klein (2003)

Neste diálogo buscamos os retalhos e indícios do universo empírico e pragmático da biblioteconomia, a qual é balizada pela vivência empírica da instrumentalização da técnica. Neste contexto, precisamos compreender a ação progressista e social da biblioteconomia na qual Civallero (2013) institui como fios de pensamentos críticos e emancipatórios, que visam a cooperatividade no meio social contemplando teoria e prática.

Destarte, a *Progressive Librarianship*⁶⁶ (biblioteconomia progressista) é, deste modo, uma ação voltada para o caráter crítico, social e alternativo dos profissionais da informação, que institui um espaço de novas reflexões e investigações para os bibliotecários. Isto é, uma “atitude crítica” que participa da implementação na prática do chamado pensamento crítico nas

⁶⁶ A chamada biblioteconomia, (crítica ou progressiva) surgiu na década de 30 no século passado nos Estados Unidos e rapidamente se espalhou por países como Canadá e Europa, Alemanha, Grã-Bretanha, Áustria, Reino Unido, etc. Essa corrente filosófica e disciplinar na Biblioteconomia baseia-se na idéia de que informação, conhecimento e acesso à cultura são direitos fundamentais da dignidade humana. Portanto, é constituída e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no manifesto em defesa da biblioteca pública da UNESCO. Visa a ressignificação do aspecto técnico e a influência das tecnologias no âmbito das disciplinas na biblioteconomia. A biblioteconomia progressista concentra a sua atenção sobre o aspecto social e na necessidade do compromisso social dos profissionais e trabalhadores da informação e no âmbito bibliotecas (FOIS; PERELLÓ, 2008, p. 8-9, tradução nossa). Ver mais em: <<http://www.progressivelibrariansguild.org/>>.

bibliotecas: análise, questionamentos, pesquisa e avaliação contínua de reivindicações que são aceitas como “verdade” (CIVARELLO, 2013).

Este tipo de pensamento é essencial para então estes profissionais serem capazes de construir sua opinião e seu raciocínio por si mesmos, de forma autônoma (e que ensinar os usuários a fazê-lo); para que hesita, explorar e perguntar; ir além superfície, aparições e discursos oficiais, as notícias da mídia de massa e declarações irrelevantes, ordens e imposições (CIVARELLO, 2013, p. 158).

Desta forma, valendo-se do agir comunicativo⁶⁷ em Habermas (1981, 1983, 1999) situamos o lado da percepção e diálogo que, neste sentido, reflete o pensamento crítico no processo de compreensão auto-reflexiva dos diferentes atores envolvidos no ambiente (biblioteca). Por conseguinte, bibliotecários e usuários procedem ao diálogo construindo seus discursos de forma autônoma.

Neste contexto, para Habermas (1997b, p. 51) “o meio do entendimento discursivo é o único mecanismo de auto-organização que se encontra à disposição dessa comunidade”. Embora nosso interesse não seja aprofundar no conceito de auto-organização, mas conferir que a mesma é uma ação que impulsiona sua própria operacionalização dentro de um sistema, a fim de reestruturar a base organizacional (biblioteca), fundando-se nas interações de diálogo crítico entre os variados agentes inseridos no ambiente.

Consideramos que essa mutualidade dialógica é apreendida no ambiente por *invariantes* que são chamadas de *affordances*. As *Affordances*, segundo Gonzalez (2011, p. 22) “é a habilidade humana e dos seres vivos de conceber, sentir e perceber a dinâmica das relações informacionais, [...] as quais possibilitam a ação dos organismos no meio ambiente”.

Deste modo, situamos que a biblioteca é um ambiente auto-organizado, quando se torna um organismo discursivo através do diálogo mútuo e da percepção-ação, isto é, das *invariantes e affordances*, na qual os atores (bibliotecário - usuário) se situam e sentem a dinâmica informacional no ambiente (biblioteca).

Aqui as implicações normativas são evidentes: a força social e integradora da solidariedade, que não pode ser extraída apenas de fontes do agir comunicativo, deve desenvolver-se através de um amplo leque de esferas públicas autônomas e de processos de formação democrática da opinião e da vontade, institucionalizados através de uma constituição, e atingir os outros mecanismos da integração social- o

⁶⁷Neste sentido, o agir comunicativo aponta para uma argumentação, na qual os participantes justificam suas pretensões de validade perante um auditório ideal sem fronteiras. Os participantes de uma argumentação partem da suposição idealizadora de que, no espaço social e no tempo histórico, existe uma comunidade comunicacional sem fronteiras e têm que pressupor, [...] a possibilidade de uma comunidade ideal "dentro" de sua situação social real (HABERMAS, 1997b, p. 51).

dinheiro e o poder administrativo - através do *médium* do direito (HABERMAS, 1997b, p. 22).

Por conseguinte, o agir comunicativo no ambiente da biblioteca sobrevém por uma ação progressista, ressignificando a ideologia da técnica implantada no cenário democrático. Deste modo, a ação progressista propõe um meio de interseção crítica na biblioteconomia e nas ações dos bibliotecários. Segundo Civarrelo (2013, p. 157, tradução nossa) “a biblioteconomia progressista pode definir-se como uma corrente de pensamento e ação que reivindica uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática”.

Esboçando Deleuze (1992), o bibliotecário precede ao devir, reconstruindo seu aparato pragmático, refletindo que seu trabalho não se encontra numa urna de invenção, mas procede reconstruindo as transcendências, a fim de restabelecer a intersubjetividade de uma comunicação.

Assim, através da ação progressista propomos emergir um questionamento crítico nas bases empírico-analíticas do processamento de representação da informação que molda a biblioteconomia pelas energias da ação técnica do *saber-fazer*.

Na biblioteca, por exemplo,

A função final dos processos técnicos [...] somente é válida se ela atender às necessidades humanas, se for compreendida no contexto das relações estabelecidas entre os fenômenos humanos e sociais. Tal concepção baseia-se na interpretação, em todos os processos, eventos que escape do visível e até mesmo as chamadas tecnologias podem explicar. Do ponto de vista da atividade de bibliotecário, Biblioteconomia é considerada uma ciência humana, social ou cultural, orientada para a compreensão dos fenômenos da realidade social (MOYA, 2011, p. 4, tradução nossa).

A biblioteconomia é considerada uma ciência humana, na qual norteia práticas sociais para deixar o conhecimento mais acessível para a humanidade, através de ações que atendam às necessidades de informação dos indivíduos. Deste modo, a ação motivadora da biblioteconomia precisa de um diálogo cooperativo entre os atores, abrangendo as pretensões de validade das práticas normativas e não informacionais que emergem como na forma de poder comunicativo.

Assim sendo, essas práticas se estruturam e organizam a amplitude social e fornecem a base para o processamento e formação de consciência coletiva nesse campo de conhecimento. (MOYA, 2011), fazendo assim com que a biblioteconomia volte suas ações além da ideologia e da técnica. “É possível concebê-la não apenas exclusivamente de forma empírica e técnica, mas como um aspecto da construção abstrata, o que significaria mostrar sua constante

mutualidade”⁶⁸. O que certamente contextualiza uma biblioteconomia moldada pela ação progressista, apresentando-nos um modo significativo de contribuição, a fim de nos apontar uma ação contemplativa das coisas que são objetivas, focando seu contexto abstrato.

Isso é, para Civallero (2013) a função do Bibliotecário no âmbito social é engajada na divulgação de informação, incentivando o pensamento crítico (especialmente dentro da biblioteca) mas também entre seus usuários. Suas pegadas devem proceder em questionar a realidade, refletir e agir dentro da biblioteca coletiva, amplificando uma série de opções alternativas e oportunidades para os profissionais com consciência social e crítica, a fim de que tenham um grande diálogo em consenso sobre suas próprias convicções sobre os limites do seu trabalho (emancipação).

Desta forma, posicionamos que a ação progressista (social) é respaldada em Habermas (1997b) no aspecto emancipatório. Na biblioteca, por exemplo, os bibliotecários e usuários não validam seus diálogos com a legitimidade emancipatória, uma vez que os bibliotecários não conscientes de suas responsabilidades justificam suas questões no saber empírico e deixam seus usuários cativos de um sistema coercitivo.

Desde a sua criação, o pensamento de biblioteca foi influenciado pelas correntes de pensamento filosófico, tais como o positivismo, manifestado na criação de sistemas de classificação e a abordagem das leis e teorias; idealismo, relacionado com a fé a força da idéia e o papel transformador do livro; pragmatismo, expressado na preparação, desenvolvimento e unificação das regras e procedimentos para tornar os processos mais eficientes de, finalmente, o marxismo, que concebe a biblioteca como um sector da frente ideológica, biblioteca e cultural e educacional (MOYA, 2011, p. 5, tradução nossa).

Na desconstrução do paradigma, a ação emancipatória se estabelece entre os vários atores que estão em participação com suas validades de ação. Garantem sua legitimidade na validação das normas de modo cooperativo e democrático.

Segundo Habermas (1983a, p. 59):

Quando, finalmente, o jovem aprende a questionar a validade de normas de ação e de papéis sociais, o setor de seu universo simbólico volta a se ampliar; emergem agora princípios segundo os quais podem ser julgadas as normas em conflito recíproco. Esse modo de tratar as pretensões de validade hipotética exige uma suspensão temporária das ações coercitivas; ou - como também se pode dizer - exigem a elevação a discursos nos quais as questões práticas podem ser esclarecidas de modo argumentativo.

⁶⁸ CUADRADO, Amparo García. La investigación en historia de las instituciones documentales: estado de la investigación y propuesta metodológica. *Anales de Documentación*, v. 1, ene. 1998. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/3091/3061>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

No âmbito social a emancipação se constitui com a ideia de uma ação crítica e coletiva, quando de forma crítica os atores de uma determinada atmosfera social (biblioteca) julgam a validade das normas, clareando seu discurso em prol da compreensão.

Para Habermas (1997b, p. 159):

A idéia (sic) de uma sociedade justa implica a promessa de emancipação e de dignidade humana. Pois o aspecto distributivo da igualdade de *status* e de tratamento, garantido pelo direito, *resulta* do sentido universalista do direito, que deve garantir a liberdade e a integridade de cada um. Por isso, na sua respectiva comunidade jurídica, *ninguém* é livre enquanto a sua liberdade implicar a opressão do outro. Pois a distribuição simétrica dos direitos resulta do reconhecimento de todos como membros livres e iguais.

Deste modo, consideramos que a ação progressista na biblioteconomia visa atos coletivos de responsabilidade no meio social. Quer dizer, uma ação voltada a intersubjetividade na prática biblioteconômica e que permite tanto o bibliotecário quanto os usuários, segundo Habermas (1997a), fazer o uso da razão em todos os sentidos, ou seja, pensar mais amplamente.

Essa ação ampla acontece na intersubjetividade dos atores envolvidos no ambiente em um diálogo cooperativo. A ação intersubjetiva (diálogo) deve possibilitar aos atores bibliotecário-usuário “um entendimento não coagido [...] no seu relacionamento recíproco, bem como [...] a manifestação de condições simétricas do reconhecimento recíproco livre” (HABERMAS, 1990b, p. 182).

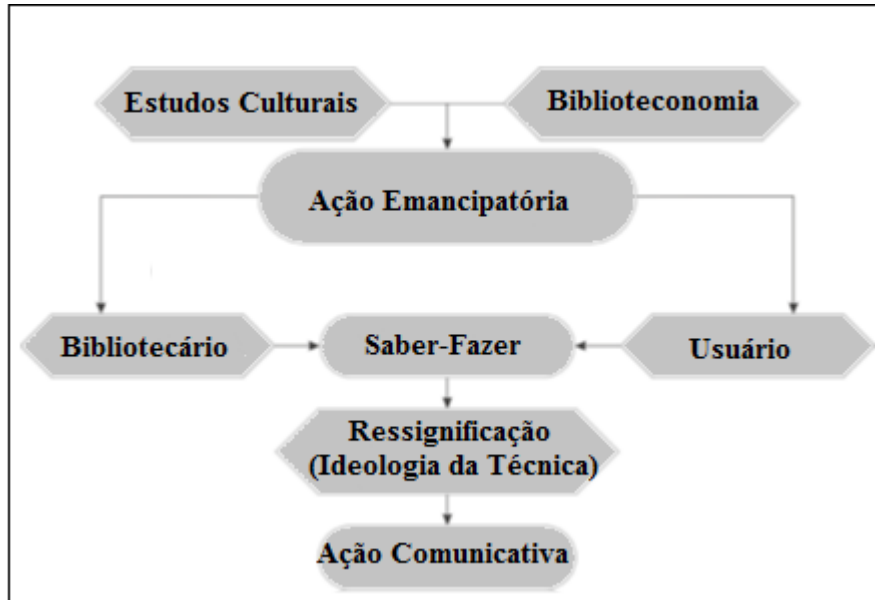
Civallero (2013), em seus estudos sobre ação crítica em bibliotecas situa que os bibliotecários devem conceder o pensar crítico no seu ambiente de trabalho, incentivando seus usuários no reconhecimento de práticas culturais, compreendendo o universo empírico e pragmático que circunda nessa atmosfera.

Deste modo, explicitamos que é preciso ressignificar o *agir funcional instrumental* (ideologia da técnica) na biblioteconomia e em seu campo de atuação (biblioteca) para as ações coletivas emancipatórias, um fenômeno de mediação que instaura uma democracia deliberativa para que os atores inseridos nessa atmosfera possam proceder desenhando seu papel social, considerando a inclusão, pluralismo, igualdade participativa e a autonomia.

Assim, consideramos que a ação comunicativa vem dar um novo significado ao campo instrumental da biblioteconomia, tornando-a mais participativa e considerando também a ressignificação da esfera pública e, que, deste modo, os profissionais da informação estejam dispostos a torná-la válida, sendo críticos da informação em seu espaço técnico informacional, a fim de considerar ser possível atuar reposicionando suas condições, normas e regras aporéticas.

A **Figura – 7** é um esboço conceitual de práticas de ressignificação do agir em um regime instrumental (técnico). Sob a luz da ação comunicativa desenha um reposicionamento de etapas construtivas que o bibliotecário - usuário deve estabelecer comunicativamente.

Figura 7– Práticas de ressignificação dos valores socioculturais na biblioteconomia



Fonte: Adaptado de Moya (2011). Elaborado pelo autor, 2016.

Neste esboço, consideramos os estudos de Moya (2011), o qual contempla as práticas sociais como ação emancipatória e transcende as técnicas tradicionais bibliotecárias. Para a autora a **biblioteconomia** é social em todos os âmbitos.

Deste modo, seria preciso considerar os **estudos culturais** para promover a prática social do bibliotecário, de modo que no contexto da biblioteca essas ações sejam remodeladas na “investigação, produção e difusão de significados e práticas culturais relacionadas a sociedade e seu contexto político e social” (MOYA, 2011, p. 10).

Assim sendo, consideramos que as bibliotecas são como espaços interculturais, independentemente de suas especificidades instrumentais. A **ação emancipatória**, neste contexto, é uma ação voltada pela consciência coletiva, dirigida a uma forma de contemplação da diversidade social na qual deva ser o espaço biblioteca e biblioteconomia. Segundo Habermas (2009, p. 144) “o interesse emancipatório visa a consumação da reflexão enquanto tal” e precisa seguir o diálogo livre entre **Bibliotecários** e **Usuários**. Para Arendt (2007 p. 41) essa ação “não está sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro [...]. Não significava domínio, como também não significava submissão”.

Constitui a valoração moral e discursiva dos atores envolvidos dentro do contexto informacional, isto é, o diálogo entre os bibliotecários e usuários, segundo Habermas (1983a),

não convergem em lealdade, gratidão e justiça, mas sim na reciprocidade, isto é, uma questão de “tu te inclinas a mim e eu me inclino a ti”.

O processo operatório **saber-fazer**, racionalização do agir instrumental na biblioteconomia concebe as “regras metodológicas como normas das práxis de pesquisa” (HABERMAS, 2009, p.145). O **saber-fazer** é a racionalização de cada um dos procedimentos instrumentais (técnicos) na biblioteconomia aos atores bibliotecários e usuários, visam a reflexão crítica dos processos operatórios (pragmáticos) que teorizam a biblioteconomia e seu espaço de atuação.

Situamos que a biblioteconomia enquanto ciência moderna (empirismo) aplica “infalivelmente os seus métodos sem refletir acerca do interesse que guia o conhecimento” (HABERMAS, 2009, p. 144). Neste contexto, consolidamos que a partir da **ressignificação** da ideologia da técnica a biblioteconomia engendra uma ruptura a-significante⁶⁹, desconstruindo as aporias das técnicas por meio do diálogo cooperativo. Isto faz com o que seu campo social se torne mais participativo, de modo que os profissionais da informação (bibliotecários) sejam dispostos a torná-la válida e desenvolver outros significados sobre seu próprio campo de conhecimento.

Do mesmo modo, sendo críticos da informação, recriando as condições normativas por meio da **ação comunicativa**, na qual faz a reforma no campo da esfera pública, os atores antecedem seus diálogos dispondo-se de ações cooperativas no ambiente (biblioteca), a fim de que a cultura e as práticas sociais sejam compartilhadas neste espaço e se proceda em ações coletivas. Tornando-se autônomos sobre as estruturas normativas possíveis o consenso que serve de base para o agir comum e atue incentivando o pensamento crítico especialmente dentro da biblioteca, mas também entre seus usuários (HABERMAS, 1997b; CIVARELLO, 2013).

5.2 “Para uma biblioteconomia mais crítica”: sob a ação analítica dos paradigmas

A biblioteconomia deve constituir-se sobre as práticas sociais com a finalidade de satisfazer as necessidades culturais, tanto materiais como intelectual, em forma complexa e heterogênea das recíprocas influências por meio das interações com a sociedade. Esse encontro deve estar nas práticas de interpretação em interação com o agente usuário – informação – agente bibliotecário (MOYA, 2011).

⁶⁹ Ver: DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. Mil Platôs. **Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol.1, Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

Neste diálogo procuramos percorrer os retalhos e indícios do universo empírico e paradigmático da biblioteconomia com o viés da CI, a qual é marcada pela incompreensão das ciências empírico-analíticas⁷⁰, podendo assim, ser ressignificada pela ação progressista (social) e consolidada com um olhar crítico a partir da teoria crítica de Habermas.

A corrente paradigmática da biblioteconomia se transcorre na revolução técnica e científica. Segundo Saracevic (1996) a chamada “explosão informacional” ganhou proporção universal, dado seu poder de dominação e controle econômico, tecnológico e informacional.

Esta evolução foi profundamente marcada nas relações humanas em diferentes áreas, como na América Latina, América do Norte, Europa, Ásia, África, leste e, finalmente, a expansão da informação científica com uma roupagem tecnológica e social.

O paradigma informacional tomou conta no *corpus científico* da Biblioteconomia e da CI em prol de buscar seu *status científico*. A biblioteconomia e CI foram tomadas por um campo epistemológico na qual é postulado por Capurro (2003) como paradigmas (físico, cognitivo e social)⁷¹, que versam os aspectos semânticos visando à representação da informação.

Assim sendo, são influências das ciências empírico-analíticas, um saber (técnico) “[...] envolvido com leis e teorias bibliométricas para explicar o comportamento e a estrutura da literatura; realizando estudos para entender a dinâmica dos processos de comunicação e o comportamento de usuário [...]” (BRAGA, 1995, p.4).

Essas influências na biblioteconomia estão balizadas em sistemas de normas e regras (funcionalismo), a biblioteconomia no seu universo pragmático apresenta leis que a organiza e regulamenta. Para Habermas (2009, p. 145) “o pragmatismo sempre concebeu regras metodológicas como normas das práxis de pesquisa”. Nesta vereda situamos que as leis e códigos classificatórios postulados por Dewey e Ranganathan deixaram a biblioteconomia

⁷⁰ “É um saber tecnicamente utilizável, na qual atravessa o conhecimento das regularidades empíricas; constitui a base de explicações causais que em forma de prognósticos condicionados possibilitam um controle técnico sobre processos objetivados”. (HABERMAS, 1990a, p. 93, tradução nossa).

⁷¹ [...] três paradigmas, que servem de sustentáculo para diferentes análises do fenómeno da informação. Tais paradigmas seriam o Físico, o Cognitivo e o Sociocognitivo; cada um deles substituindo o anterior. No que concerne o Paradigma Físico, estritamente relacionado com a teoria da informação de Shannon e Weaver, um objeto físico, uma mensagem ou um signo é transmitido entre um emissor e um receptor; e é essa mensagem, e não uma informação, que reduz a incerteza. O referido paradigma, desse modo, exclui o protagonismo do sujeito cognoscente, identificado como usuário, no processo informativo e comunicativo [...]. As limitações desse paradigma conduziram ao Paradigma Cognitivo, que se apoia na ontologia popperiana e sua distinção de três mundos: o físico, o da consciência e o do conteúdo intelectual das teorias científicas. Este paradigma, [...] é aplicado ao modelo de Brookes como agente formador de uma rede existente nos espaços cognitivos, chamada informação objetiva – percebida como uma perspectiva cognitiva a partir do momento em que se busca verificar de que forma os processos informativos são capazes, ou não, de transformar o usuário (GOUVEIA JUNIOR; SALCEDO, 2015, p. 8-9).

condicionada à dominação puramente técnica sem um trato com a compreensão (GOUVEIA JUNIOR; SALCEDO, 2015).

Segundo Civallero (2013, p. 159, tradução nossa):

A Biblioteconomia “convencional” defende sua posição, limitando suas ações para um pequeno punhado de processos e técnicas; dessa forma, eles poderiam argumentar que qualquer coisa que caiu fora das fronteiras desta definição padronizado “não é objeto de estudo dos bibliotecários”. A biblioteconomia Progressista, no entanto, entendida como algo muito mais extenso e complexo do que uma série de mecanismos Administrativos e de um conjunto de instrumentos e canais distribuição de informações; dado que a biblioteca Era um organismo vivo (auto-organizado), firmemente enraizado na sociedade e em contínua interação com ela, seu estudo (e ensino e aprendizagem derivado dele) deve incluir todos e cada um uma das facetas que podem lidar com o trabalho do bibliotecário.

Nos estudos de Moya (2011) há novos debates teóricos em relação ao reconhecimento e os aspectos de ordem social e das integrações intersubjetivas que embarcam no processo de diálogo cooperativo e comunicativo na biblioteconomia.

Deste modo, enfatizamos a biblioteconomia como técnica ou como ciência, estabelecendo uma postura cognitivista “reducionista marcada pela formação das disciplinas informativa e orientada para os usuários como sistema simbólico e (valorativo)” (MOYA, 2011, p. 7, tradução nossa). Corresponde a informação “coisificada”, orientada ao objeto (livro) como suporte de informação.

Civallero (2012, p. 6, tradução nossa) realça que com a teoria crítica neste contexto a biblioteconomia vem “desmitificar a falácia da neutralidade, objetividade e imparcialidade [...] para “(des) construir as nocivas hierarquias biblioteconômicas atuais, proporcionando o diálogo diversificado e a participação autêntica de todo a coletividade biblioteconômica”.

Deste modo, consideramos que nosso interesse não é julgar esses saberes, mas tornar a mediação uma ação coletiva emancipatória de forma a fazer com que o profissional bibliotecário não seja validado somente pelo saber-fazer (técnico), mas proporcione a conformidade de legitimação (emancipação) uma solidariedade que foi esquecida pelos bibliotecários e que, sobretudo, ressaltamos uma postura crítica e humanística para os bibliotecários, a fim de que operem na esfera pública ações emancipatórias.

Deste modo, procuramos as pegadas e indícios para um saber mais crítico e compreensivo em prol da ressignificação e da sustentação do laço homogêneo da normatividade. Para uma biblioteconomia crítica, trazemos a ação progressista para analisar e ressignificar os paradigmas estilhaçados na biblioteconomia.

Conforme Civallero (2013, p. 160, tradução nossa), o “pensamento crítico é o princípio e o fim de todas as ações para uma biblioteconomia social”. De igual modo, a participação

coletiva no círculo hermenêutico permite aos atores agir comunicativamente, valorizando seus diálogos. Assim, “os atos de entendimento recíproco assumem o papel de coordenação da ação. O tecido das ações comunicativas nutre-se dos recursos do mundo da vida e, ao mesmo tempo, constitui o medium pelo qual as formas concretas de vida se reproduzem” (HABERMAS, 2000, p. 443).

Uma questão a ser empregada dentro da biblioteconomia são os estudos interdisciplinares sobre o modo de racionalização, a ação comunicativa dentro de sua historicidade, com o fenômeno da mediação ponderamos emergir os questionamentos “como conhecer” e “como criar” mecanismos comunicativos que fazem os atores traçarem o diálogo reflexivo em prol de uma ação coletiva.

Uma práxis social dos atores constituem uma ação questionadora que auxilia nas questões sociais no âmbito das bibliotecas, convalidando o entendimento de fenômenos que mostram a realidades do ambiente, atores e a sociedade como tal.

Nesta práxis social deveria ser mediada com o seu outro a razão historicamente situada, encarnada, confrontada com a natureza. Se agora o agir comunicacional vai assumir as mesmas funções mediadoras, a teoria desse agir atrai sobre si a suspeita de representar apenas *outra variante* de Filosofia da Praxis. Na realidade ambas têm de cumprir uma tarefa: entender a razão prática como uma razão concretizada em história, sociedade, corpo e língua (HABERMAS, 2000a, p. 293).

Analiticamente os paradigmas da Biblioteconomia precisam passar pelo crivo das razões comunicativas, a biblioteconomia progressista as usa para estabelecer seu elo dialogal de conhecimento com vários atores disciplinares. De forma intersubjetiva essas relações emergem de um olhar reflexivo que adentra o campo instrumental e pragmático da biblioteconomia.

O acordo comunicacional proposto, que se mede pelo reconhecimento intersubjetivo de exigências de validade, permite a formação de uma rede de interações sociais e contextos do mundo de vida. É claro que estas exigências de validade têm um rosto duplo: enquanto exigências transcendem todo o contexto local; ao mesmo tempo têm de ser feitas aqui e agora e têm de ser reconhecidas de fato se tiverem de suportar o acordo de participantes na interação, necessário para que haja verdadeiramente cooperação (HABERMAS, 2000a, p. 297).

As ações culturais, por exemplo, são ações comunicativas. Para Moya (2011) essas ações têm o caráter interdisciplinar, pois “se centram em analisar uma forma específica do processo social, correspondente a atribuição de sentido a realidade, e o desenvolvimento de uma cultura de práticas sociais compartilhadas [...]” (MOYA, 2011, p. 9, tradução nossa).

Por sua vez, nas bibliotecas:

Os participantes já não vão buscar a este *mundo da vida* somente os padrões consensuais de interpretação (o saber de base do qual se alimentam os conteúdos proposicionais) mas também os padrões de relações sociais de confiança no plano normativo (as solidariedades tacitamente implícitas em que se apoiam os actos elocutórios) e as competências adquiridas no processo de socialização (o pano de fundo das intenções do locutor) (HABERMAS, 2000a, p. 291).

Desta forma, situamos que a ação comunicativa em Habermas (1990a) vem trazer à biblioteconomia uma ciência desconstrutiva das aporias (técnicas) e acalorada mais no conhecimento histórico-hermenêutico, onde há agentes e saberes competentes a partir da perspectiva participativa. Assim, “o mundo da vida forma um horizonte e ao mesmo tempo oferece uma quantidade de evidências culturais das quais os participantes no ato de comunicar, nos seus esforços de interpretação retiram padrões de interpretação consentidos”. (HABERMAS, 1990a, p. 279).

Em Moya (2011), considera que as bibliotecas são organizações sociais das quais fundam-se necessidades e ações para a melhoria humana. Para a autora,

O indivíduo se humaniza mediante a cultura, porque ela une a vida social. E é um modo de entender e desenvolver na vida, os ideais, os sentimentos, as tradições e costumes, concretizando em práticas sociais. [...] as práticas bibliotecárias, em tantas práticas sociais, criadoras e reprodutoras de cultura, essas correspondem como parte de um sistema sociocultural, na qual incidi no desenvolver cultural mediante aos mecanismos, ordenamentos e modos de atuação especificamente humanos (MOYA, 2011, p. 12, tradução nossa).

Por conseguinte, a objetividade do paradigma funcionalista e tecnicista na biblioteconomia ainda precisa colocar em discussão sobre as suas aplicações com a informação e a mediação. Sendo assim, o modo de atuação e interação e a relação interpessoal da biblioteconomia devem ser planificadas para o acesso à informação.

Com a ação do ato comunicativo, os paradigmas podem ser observados por uma abordagem mais abrangente, com a proposta de compreender não só os aspectos físicos que balizam seu próprio conteúdo de incertezas.

Sendo assim, consideramos que analiticamente a biblioteconomia deve propor ações críticas em seu campo de conhecimento, ações essas que possibilitem a concepção crítica e comunicativa e dê consistência para tirar do seu círculo aporético, tradições que não buscam um entendimento recíproco.

Para Civallero (2013) a mediação e ação progressista (social) do profissional bibliotecário precisa envolver a reflexão, o debate crítico, compreendendo o jogo de conceitos teóricos, pensamentos e abordagens que atravessam a liberdade e a solidariedade e compromisso social da biblioteconomia.

Para uma biblioteconomia mais crítica, social e democrática, Civallero (2012, p. 33-34, tradução nossa) designa ajuizamentos de forma analítica no plano teórico e prático da biblioteconomia e suas esferas de atuação.

1. Considerar que a teoria é a espinha dorsal de toda disciplina, e que são os conceitos, categorias, vínculos, estruturas, relações, métodos e definições que fundamentam suas ações, existe uma necessidade urgente de regenerar, consolidar e ampliar o corpus teórico da biblioteconomia;
2. A teoria deve ser construída: a) através da sistematização planejada das práticas biblioteconômicas (especialmente aquelas baseadas em indícios, pistas e evidências) a partir de um enfoque plural comparativo/internacional e integrador; e b) através do diálogo e debates abertos interdisciplinares, ativos e críticos que permitam confrontar as práticas da biblioteconomia;
3. A biblioteconomia deve considerar seriamente a inclusão de reflexões e abordagens críticas, bem como a adoção de perspectivas, políticas e filosóficas (humanistas) tanto nos processos de elaboração e análise teórica como em sua prática cotidiana;
4. Seria recomendativo criar espaços de participação profissional onde se divulgue e explique a teoria na biblioteconomia, de modo que seja útil e operacional e ambos possam ser discutidos, contestados e reformulados (especialmente por meio de estratégias de pesquisa-ação);
5. Tanto a teoria como as ferramentas necessárias para as categorias de construção, adaptação e diretrizes pertencentes às áreas do conhecimento devem estar presentes nos âmbitos acadêmicos e educacionais, desde que alcance a autonomia teórica da biblioteconomia;
6. O discurso a favor da aparente neutralidade da biblioteconomia deve ser abandonado e a realidade assumida. A biblioteconomia tem seus princípios ideológicos, como também econômicos e políticos; os profissionais devem então esclarecer, analisar e encontrar o melhor argumento para defender, questionar e modificar;
7. A mercantilização da biblioteca e seus processos e atividades devem ser relatadas e nunca naturalizada. Não se deve cair em esquecimento que a biblioteca é uma entidade criada para capacitar os cidadãos, garantir o direito à liberdade de informação e de acesso universal ao conhecimento;
8. As associações e organizações da biblioteconomia não devem endossar os estreitos interesses do sistema capitalista e suas estruturas sujeitas à lógica do mercado. Em vez de um fórum de publicidade e venda de serviços, elas precisam fornecer espaços de aprendizagem reais, intercâmbio e difusão do conhecimento.
9. A formação biblioteconômica carece ser adaptada à realidade atual das bibliotecas sem perder de vista suas bases teóricas e suas vertentes disciplinares. A escola de biblioteconomia tem que ser mais do que um prelúdio para o mercado de trabalho e tornar-se um lugar de formação educacional integral e humanística, onde se formem profissionais críticos da informação e não apenas profissionais de um dado perfil de trabalho.

Desta forma, sintetizamos que o principal vínculo com a investigação é trazer a relação crítica para biblioteconomia, de modo a ressignificar o campo instrumental, o qual é balizado pela ideologia da técnica.

Os estudos sociais e culturais na biblioteconomia trazem a luz enfoques interpretativos de lacunas e valores teóricos práticos ainda pouco estudados. Contextualizamos que a ação progressista na biblioteconomia ressignifica seu campo de estudo, principalmente por meio da ação comunicativa, podendo assim constatar que o fazer biblioteconômico na prática intersubjetiva profissional acontece como uma ação coletiva, visando o diálogo cooperativo

Deste modo, explicitamos que é preciso dar um novo significado ao *agir funcional instrumental* (ideologia da técnica) na biblioteconomia e em seu campo de atuação (biblioteca) para as ações coletivas emancipatórias, pois, consideramos que a ação comunicativa vem restabelecer o campo instrumental da biblioteconomia, tornando-a participativa.

Embora seja um estudo de base interpretativa, estamos convictos que a biblioteconomia progressista e crítica vem a ser um ponto de partida para outros muitos estudos, um caminho aberto para a biblioteconomia pensar além das aporias instrumentais e fazer-se além de seus paradigmas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito também precisa poder contar a sua própria história; pois o estado final de um processo de formação não é alcançado antes que o sujeito só lembre dos caminhos de identificações e alienações, nos quais ele se constituiu. **Em um processo de formação, nós só aprendemos sobre o mundo aquilo que experimentamos ao mesmo tempo em nós mesmos como sujeitos que aprendem** (HABERMAS, 2009, p. 283, grifo nosso).

Ao longo desta pesquisa tentamos compreender uma possível aplicabilidade da Mediação da Informação na Biblioteconomia através da forma crítica e interpretativa das razões comunicativas em Habermas e à luz da Filosofia da Informação, principalmente com o auxílio da Ciência da Informação, acompanhando as discussões da mediação da informação, sendo esta pensada como agir comunicativo.

Doravante, foi necessário levantar o debate e mostrar a relevância teórica e social da Biblioteconomia, uma vez que no contemporâneo esse profissional é indispensável para o tratamento adequado da mediação e organização da informação.

Para um melhor entendimento desses fenômenos se tornou imprescindível neste estudo a utilização das interpretações hermenêuticas, cujas reflexões nos fez pensar que um dos principais problemas da mediação da biblioteconomia está relacionado com a falta de compreensão crítica, na qual é balizada pelo aspecto da herança da razão instrumental.

Desta forma, esclarecemos que na modernidade essa razão torna-se uma nova maneira de categorizar as relações sociais, impelindo as ações da emancipação, da busca das razões comunicativas na qual buscam no autoentendimento um olhar intersubjetivo (emancipatório) para trazer a compreensão e diálogo na esfera pública.

Na busca do agir comunicativo, consideramos a virada informacional como os aspectos da ação informacional, tendo em vista que analisamos as *Affordances* (indícios e pistas de informação que podem ser percebidas em ambientes informacionais), através de um meio que facilite as ações dos atores com as tecnologias nos ambientes da biblioteca, associada às questões práticas e funcionais de um sistema informatizado.

Com o incremento da teoria habermasiana concretiza-se a remodelagem do construto instrumental da técnica da mesma forma com a mediação da informação pelo processo interpretativo, tornando o agir prático de um diálogo onde deve envolver as formas culturais que se configuram o estado da informação e da comunicação no contexto social, sobretudo, no âmbito das bibliotecas.

Em vista disso, consideramos satisfatório referenciar os objetivos propostos neste trabalho. Situamos ser necessário constituir uma relação de mediação dos profissionais bibliotecários para mais perto do social e construir aportes para pensar além das aporias instrumentais e se fazer além de seus paradigmas. Através das razões comunicativas, vem a reboque a reforma dos construtos (instrumentais) da ideologia da técnica, e através da emancipação tornar os usuários mais autônomos.

Concretizamos que a mediação da informação enquanto fenômeno comunicativo planeia o pensamento livre, crítico e racional. Mediando em ações coletivas há de repensar as abordagens teóricas sobre o tema mediação na biblioteconomia de forma emancipatória e não mais preso a um regime dominativo, tornando a biblioteconomia e os bibliotecários agentes das relações interpessoais (abordagem solidária) de agentes da socialização da informação, que integram a igualdade, a fim de dispor de sua validade para que possa mediar, ressignificando as fronteiras instrumentais dos espaços de informação.

Consideramos a mudança de paradigma do agir funcional instrumental (técnica) para um provento de devir. Estabelecemos que o “ser-bibliotecário” é uma ação precursora das razões emancipatórias, a qual realiza-se na qualidade da informação, na linguagem do entendimento do “ser” e sua preocupação com o usuário. A percepção-ação se concretiza na forma de reciprocidade que o ambiente emerge das interações. Constitui a combinação de atores, ambiente e agenciamentos informacionais, coloca o ser enquanto canal de emancipação, neste sentido, a biblioteca é o intermédio do diálogo dos atores.

Com efeito, os resultados interpretativos demonstram que a mediação da informação na biblioteconomia é dominada pela racionalidade instrumental da técnica e, por sua vez, precisa passar pelo plano das ações comunicativas e emancipatórias para estar presente em todas as ações do profissional da informação.

Por fim, concluímos que a mediação da informação na biblioteconomia necessita de questionamentos teóricos e emancipatórias, os quais se aproximam do social, a fim de anunciar relações críticas e sociais, onde os reflexos comunicativos possam transcender as políticas da razão instrumental (ideologia da técnica) com a intenção de produzir agenciamentos e ações coletivas emancipatórias no ambiente das bibliotecas e, por assim, reconstruir práticas de ressignificação da técnica e do saber-fazer, que ainda se encontram aprisionadas em um regime coercitivo.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ADAMS, F. The informational Turn in Philosophy. **Minds and Machines**, Netherlands, v.13, p.471-501, 2003.
- AGOSTINHO, M. E. **Complexidade e organizações**: em busca da gestão autônoma. São Paulo: 2003.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.
- _____. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus Editora, 2004. p. 70-86.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; BORTOLIN, S. Mediação da Informação e da Leitura. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 2007, Londrina. **Anais eletrônicos**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- ALMEIDA, M. A. de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/6/12>>. Acesso em: 19 mar. 2015.
- _____. A produção social do conhecimento na sociedade da informação. **Informação & Sociedade**. Estudos, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 11-18, 2009.
- ANDERSEN, J. Information Criticism: Where Is It?. **Progressive librarian**, n. 25, p. 12, 2005.
- APEL, Karl Otto. **Transformação da Filosofia I**: filosofia analítica, semiótica, hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2000.
- ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009.
- _____. Correntes teóricas da Biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 41-58, 2013.
- ARAÚJO, E. A. de. Transferência de informação como processo social: uma proposta de paradigma. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 7, n. 1, 1997. Disponível em:<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/358/1605>>. Acesso em: 24 set. 2015.

ARENDDT, H. **O Que é Política?**. Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

BARRETO, A. de A. A condição da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13563.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

BARROS, L.V. **O Estado (in)transparente**: limites do direito à informação socioambiental no Brasil. 2008. 368 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4167/1/2008_LucivaldoVasconcelosBarros.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

BRAGA, G. M.; CHRISTOVÃO, H. T. **Projeto Integrado de Pesquisa "Socialização da Informação: desenvolvimento de metodologias para a sua efetivação"**. Processos CNPq 523272/944 (NV) e 522943/969 (NV). Rio de Janeiro: CNPq/IBICT, 1996.

_____. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, **Anais...** 2003. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CIVALLERO, E. Aproximación a la Bibliotecología Progresista. **El profesional de la información**, v. 22, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.html>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Contra la 'virtud' de asentir está el 'vicio' de pensar**: reflexiones desde una bibliotecología crítica. Preprint: Acta Academica, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/edgardo-civallero/docs/reflexiones_desde_una_bibliotecolog/1>. Acesso em: 25 fev. 2016.

COELHO, C. N. P. **Teoria Crítica e Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Editora In House, 2014.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

COUTINHO, S. R. A Recepção Como " Pragmática Argumentativa" Uma Visita Ao Conceito pelo Olhar Habermasiano. **Perspectiva Teológica**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 103, 2010.

CUADRADO, A. G. La investigación en historia de las instituciones documentales: estado de la investigación y propuesta metodológica. **Anales de Documentación**, [S.l.], v. 1, ene. 1998. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/3091/3061>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

DAVALON, J. La médiation: la communication en process. **Médiations&Médiateurs**, Paris, n.19, p.37-59, 2003. Tradução de Maria Rosário Saraiva. Revisão de Maria Rosário Saraiva e Helena Santos.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 1

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of information**. Oxford: Blackwell, 1981.

_____. **Explaining behavior: Reasons in a world of causes**. Cambridge, MA: MIT press, 1988.

_____. **Naturalizing the mind**. Cambridge: MIT Press, 1995.

FIEDLER, R. C. do P. A teoria da ação comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. **Revista da Educação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 93-100, 2006.

FREIRE, G. H. de A. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

FREITAG, B.; ROUANET, S. P. **Habermas**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **A Teoria Crítica: Ontem e Hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FOIS, S.; PERELLÓ, J. G. Una aproximación a la Bibliotecología crítica, socio-política, progresista y alternativa. In: IV Congreso Nacional de Bibliotecología, Documentación, Archivística y Museología, **Anais...** 2008. Potosí, Bolivia, noviembre, 2008. Disponível em: <www.cpcib.org/congrpts/ponencias/JAVIER_GEMIO%5B1%5D.doc>. Acesso em: 29 fev. 2016.

FOUCAULT, M. Verdade, poder e si mesmo. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V. Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2004.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIBSON, J. J. **Reasons for realism**. New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc, 1982.

_____. **The Ecological Approach to visual perception**. New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc, 1986.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILES, T. R. **Introdução a filosofia**. São Paulo: 3.ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.22, n.3, p.217 - 222, set. / dez. 1993.

_____. Dos estudos da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2011.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012.

GONZALEZ, M. E. Q. Visões de um mundo: uma reflexão a partir da perceptiva da filosofia ecológica. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia (Org.).

(In) sustentabilidade do desenvolvimento : meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

GONZALEZ, M. E. Q.; BROENS, M. C.; MARTINS, C. A. **Informação, conhecimento e ação ética**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GOUVEIA JUNIOR, M.; SALCEDO, D. A. Uma arqueologia biblioteconômica: paradigmas, rastros e discursos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 5-27, dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8639481>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1982.

_____. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983a.

_____. **Conhecimento e interesse**. Trad. de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Coleção Os Pensadores).

- _____. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- _____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **La lógica de las ciencias sociales**. Madrid: Tecnos, 1990a.
- _____. **Pensamento Pós-metafísico**. Tradução de: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990b.
- _____. **Passado como Futuro**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- _____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade I**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.
- _____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade II**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.
- _____. **O Discurso filosófico da modernidade**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- _____. **Teoría de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1999a.
- _____. **Teoría de la acción comunicativa II: Crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus, 1999b.
- _____. **A constelação pós-nacional**. Ensaios políticos. Trad. de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: LitteraMundi, 2001.
- _____. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- _____. **Técnica e Ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- _____. The concept of human dignity and the realistic utopia of human rights. In: **Metaphilosophy**, v. 41, n. 4. Oxford, July, 2010.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M et al. **Textos escolhidos**: Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. Trad. Edgard Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- IFLA. **Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação**. IFLA, 2012. Versão português. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

KLEIN, N. "Why being a librarian is a radical choice". In: **Dissidentvoice**, 2003. Disponível em: http://dissidentvoice.org/Articles7/Klein_Librarian.htm Acesso em: 25 fev. 2016.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: Teoria da Ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KURAMOTO, H. Scholarly information: purpose of a new model for the Brazil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006.

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3ª Edição. Tradução: Fátima Sá Correia. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

LARGE, D. N. **Ecological philosophy**. Web Version. 2003. Disponível em: <http://www.newphilsoc.org.uk/Ecological/DavidLarge.PDF>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LEITE, M. S. A. **Proposta de uma modelagem de referência para representar sistemas complexos**. 2004. 420f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LEITE, R. A. O. Novos paradigmas para a socialização da informação e a difusão do conhecimento científico: perspectivas da interação entre a organização dos sistemas e a complexidade da informação. **Informare**: cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 57-69, 1996.

LIMA, J. de C.; RIVERA, F. J. U. Agir comunicativo, redes de conversação e coordenação em serviços de saúde: uma perspectiva teórico-metodológica. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.13, n.31, p.329-42, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000400008>. Acesso em: 5 out. 2015.

MARCONDES FILHO, C. **Até que Ponto, de Fato, nos Comunicamos?** São Paulo: Paulus, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, J. W. de M. **A racionalidade comunicativa como ágora de processos educativos emancipatórios**. João Pessoa, 2008.227. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MILANESI, L. A. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002a.

_____. Formação do Informador. **Informação e Informação**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 07-40, jan./jun. 2002b.

MORAES, J. A. de. **Implicações éticas da “virada informacional na Filosofia”**. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORONI, J. O conceito de informação no contexto da teoria da auto-organização. **Filogênese**. Marília: UNESP, p. 131-144, 2009.

_____. **Uma reflexão filosófica sobre o conceito de informação ecológica**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

MORONI, J.; GONZALEZ, M. E. Q.; MORAES, J. A. de. O Que é Filosofia Ecológica?. **Kínesis**: revista de estudos dos pós-graduandos em filosofia, v. 3, n. 05, 2011.

MOYA, F. P. Bibliotecología y estudios culturales: elementos teóricos que posibilitan su vinculación. Bibliotecas. **Anales de Investigación**, n. 7, 2011.

NORA, S.; MINC, A. **L'informatisation de la société**. Paris: La documentation française, 1978.

OKADA, S. Y.; ORTEGA, C. D. Análise da Recuperação da Informação em Catálogo online de Biblioteca Universitária. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 18-35, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, V. P. de. Uma informação tácita. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, C. L. de. Um apanhado teórico conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnica e características. **Revista travessias**, Paraná, v.2, n.3, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/search/results>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

OLIVEIRA, F. I. da S. **Affordances**: a relação entre agente e ambiente. Marília, 2005. 99f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/88194>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: PIMENTA, Carlos (Coord.). **Interdisciplinaridade, humanismo, universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004. Disponível em: <http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia_interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

REIS, J. C. **Escola dos Annales**: A inovação em História. São Paulo: Paz e terra, 2000.

- SANTOS, B. de S. **Introdução a uma Ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun.1996.
- SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: Ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SESSA, P. da S. **A construção de significados e as ferramentas culturais em atividades de campo**: demanda para o ensino de Biologia. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SHANNON, C. E.; A Mathematical Theory of Communication. **The Bell System Technical Journal**, v. 27, p. 379-423, 623-656, July, October, 1948. Disponível em: <<http://cm.bell-labs.com/cm/ms/what/shannonday/shannon1948.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2014. SIERRA, Pelayo García. Manual de materialismo filosófico: una introducción analítica. Tradução de Gustavo Bueno. Oviedo: Fundación Gustavo Bueno, 2001.
- SILVA, A. M. da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Revista Prisma**, n. 9, 2010.
- SILVA, L. E. F. da. **Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da Arquivologia e seu status de cientificidade**. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- SOUZA, F. das C. de. Ética bibliotecária no contexto atual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 136-14, 2007.
- STIELTJES, C. **Jurgen Habermas**: a desconstrução de uma teoria. São Paulo: Germinal, 2001.
- TARDIF, M. **Saberes docentes & formação profissional**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- VALENTIN, M. **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- VALENTIM, M. L. P. et al. Gestão da informação utilizando o método infomapping. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 184-198, 2008.
- VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.